NAÇÃO E DEFESA

ANO VIII — N.º 27 — JULHO - SETEMBRO DE 1983
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General ALTINO AMADEU PINTO MAGALHÃES
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Coronel Silva Carvalho (Presidente), Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira da Costa, Professor Marques Guedes, Tenente-coronel Oliveiros Martins (secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Calçada das Necessidades, 5 – 1350 LISBOA

REEDIÇÃO LIMITADA DE 1995

ISSN 0870-757X

DEPÓSITO LEGAL N.º 54801/92

SUMÁRIO

EDITORIAL 5

OS AÇORES E O ATLÂNTICO: UMA PERSPECTIVA PARA A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA 11

Álvaro Monjardino

DESENVOLVIMENTO E DESPESAS MILITARES 35

Magalhães Mota

ASPECTOS ACTUAIS DA AGRICULTURA PORTUGUESA, SUA EVOLUÇÃO E INSERÇÃO NA CEE 49

Apolinário Vaz Portugal

TRANSPORTE 65

Vilar Queiroz

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E GEOSTRATÉGICO — UMA PERSPECTIVA DA SUA EVOLUÇÃO 79

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes

ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA 113

José Luís Almiro Canêlhas

A DEFESA NO MUNDO 129

A DOUTRINA DOS ARTIGOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

EDITORIAL

EDITORIAL

1 — Conotado com o programa da 17.ª Exposição de Arte, Ciência e Cultura, promovida em Lisboa pelo Congresso da Europa, a Radiotelevisão Portuguesa realizou e transmitiu um documentário subordinado ao título «OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES».

É justo realçar, nesta revista, o mérito de tal documentário pela exaltação que fez dessa nossa epopeia, incluindo a obra cultural, social e material consequente, por nós realizada nas sete partidas do Mundo. Nessa epopeia e obra assentam, fundamentalmente, o justificado orgulho de sermos portugueses e a pesada responsabilidade de nos conservarmos dignos de o ser.

2 — Recordar e nolibitar os feitos da nossa História não é mero acto estéril de descabido narcisismo. Tem de constituir imperativo da consciência dos portugueses, para podermos reflectir, serenamente, no que fomos, face à situação actual do País e encontrarmos, com ânimo forte, caminhos de grandeza do futuro. Somos um povo capaz. Temos que ultrapassar as dificuldades e as lutas ridículas em que nos temos deixado consumir nos últimos anos, para enfrentarmos objectivos à medida do que somos.

3 — No documentário da RTP foi referido, entre outros feitos notáveis, o Forte Coimbra. E foi focada a legenda, inscrita à entrada do Forte, «AQUI SE APRENDE A DEFENDER A PÁTRIA».

A legenda é apropriada: o Forte Coimbra é, desde a sua construção, uma lição viva de defesa da Pátria. Construído em 1797, nos confins de Mato Grosso, na margem do rio Paraguai, foram os seus próprios construtores, sob o comando

do Coronel Ricardo Franco, a pô-lo à prova, em combate, pela defesa dos direitos de Portugal. Em palavras simples, é o General Lyra Tavares, do Exército Brasileiro, quem nos dá, no seu livro «A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil», a seguinte narrativa desse combate:

«Foi em 1801. A guarnição do Forte era de 24 homens apenas. A vigilância permanente assinala a presença de navios espanhóis que conduziam tropas de desembarque de efectivo superior, em 15 vezes, ao contingente português. Era a força do General D. Lázaro de Ribera, em nome do qual um emissário foi entregar a Ricardo Franco uma intimação de capitulação no prazo máximo de uma hora.

É a seguinte a transcrição, integral, das mensagens trocadas entre o chefe português e o espanhol atacante:

«A bordo de la goleta Nuestra Señora del Carmen, 17 Setiembre 1801.

Ayer á la tarde tube el honor de contestar el fuego que V S hiso de ese fuerte; y habiendo reconocido que las fuerzas com que voy imediatamente á atacarlo son muy superiores á las de V S no puedo menos de vaticinarle el último infortunio; pero, como los vassalos de S M Católica saben respetar las leys de la humanidad, aún en medio de la guerra, portanto pido a V S se rinda á las armas del Rey mi amo, pués de lo contrario, á canon e á espada, decidira de la suerte de Coimbra, sufriendo su desgraciada guarnicíon todas las extremidades de la guerra, de cuyos estragos se verá libre V S se conveniere com mi propuesta, contestandome categoricamente esta en el termino de una hora.

D. Lázaro de Ribera.»

«Forte de Coimbra, 17 de Setembro de 1801.

Tenho a honra de responder a V. Ex.ª categòricamente que a desigualdade de fôrças foi sempre um elemento que muito animou os portugueses a não de-

samparar o seu pôsto e defendê-lo até a última extremidade, a repelir o inimigo e sepultar-se debaixo das ruinas do forte que lhes foi confiado. Nessa resolução está tôda a gente deste presídio, que tem a distinta honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. Ex.ª

Ricardo Franco de Almeida Serra.»

D. Lázaro, findo o prazo marcado, desencadeou o ataque que iria durar oito dias nas tentativas de dominar o forte. Ao nono dia desistiu da empresa e regressou a Assunção.»

4 — Forte Coimbra, obra dos portugueses, constitui para nós, a par de outros feitos, lição importante de defesa nacional. O caminho que nos aponta é o do patriotismo, da união dos portugueses, do trabalho sério e abnegado, do sacrifício, da determinação, da coragem, da dignidade, da honra postos ao serviço da Pátria.

Foi este o caminho dos nossos maiores. Somente por ele poderemos garantir a defesa de Portugal, e promover e assegurar o bem-estar dos portugueses. Sigamo-lo!

OS AÇORES E O ATLÂNTICO: UMA PERSPECTIVA PARA A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Álvaro Monjardino

OS AÇORES E O ATLÂNTICO: UMA PERSPECTIVA PARA A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (*)

I — *INTRODUÇÃO*

1. Do fundo do oceano Atântico, e numa área geológica (e simbolicamente) crucial — onde se encontram e encostam as chamadas placa europeia, placa americana e placa africana — surgiram, desde há 18 milhões de anos, as nove ilhas dos Açores.

Esta juventude geológica — há muito se haviam separado os continentes — veio a ter paralelo na própria História.

Na verdade, ela reduz-se, para estas ilhas, a uns escassos cinco séculos: para quem os considere da Europa, os Açores são, historicamente falando, as mais modernas ilhas europeias.

2. Quem atentar num mapa do Atlântico Norte, e olhar os seus arquipélagos, notará certas características no dos Açores:

a) São ilhas relativamente pequenas: nove, com uma área total de 2340 quilómetros quadrados;
b) São as mais afastadas dos continentes: 800 milhas da Europa, 2100 da América do Norte; é um «arquipélago oceânico»;
c) São, no seu conjunto, as mais afastadas entre si: o arquipélago estende-se ao longo de 600 quilómetros.

Se compararmos, nestas três perspectivas, os Açores com as Canárias, com a Madeira, com Cabo Verde, com as Bahamas, com as Pequenas Antilhas, com as Ilhas do Canal, e as Hébridas, e as Órcades, e as Feröe, estas características ressaltam de maneira bastante clara.

Destas características resultam várias consequências.

(*) Exposição feita no Instituto da Defesa Nacional, ao Curso de Defesa Nacional de 1982/83.

Uma delas vem a ser o enorme espaço marítimo que as nove ilhas definem: se falarmos em termos de Zona Económica Exclusiva, ela atinge, à volta dos Açores, uma área de 938 000 quilómetros quadrados, sem quaisquer contactos, conflituais ou não, com outras zonas económicas.

Outra consequência é, decorrentemente, o isolamento em relação aos continentes, e das próprias ilhas entre si, com os naturais problemas que daí resultam quanto a transportes e comunicações e suas sequelas psicológicas e até linguísticas.

Outra é a posição de guarda avançada da Europa — e do Norte de África — face ao continente norte-americano.

O grande espaço marítimo só agora começa a avultar como um elemento de especial valor.

Mas a situação oceânica, essa condicionou a História dos Açores desde o seu início até aos nossos dias.

II — *O ENVOLVIMENTO INTERNACIONAL*

3. Na verdade, ainda no século XV há notícias de expedições que partiram dos Açores para noroeste, e que possivelmente alcançaram a Terra Nova e a Gronelândia. A península do Lavrador deve o seu nome a João Fernandes, *o Lavrador*, que a reconheceu pouco depois de Colombo haver chegado às Antilhas. E possivelmente já antes, João Vaz Corte Real e Diogo de Freire terão abordado terras do Novo Mundo: foi no regresso de uma dessas viagens que se descobriram as ilhas mais ocidentais do arquipélago — as Flores e o Corvo.

4. Porém no século XVI é que os Açores se tornaram imprescindíveis para o tráfego marítimo do Atlântico. As frotas do Oriente, e mesmo as regressadas da Costa da Mina, no golfo da Guiné, tinham de escalar os Açores, pois o regime dos ventos obrigava-as a uma larga volta pelo Atlântico Ocidental. As frotas espanholas da América, por seu turno, encontravam ali o seu primeiro ponto de apoio europeu. Umas e outras faziam os seus rumos pelas ilhas mais norte-ocidentais, o Corvo e as Flores; e procuravam abrigo no melhor porto natural, que ao tempo era o de Angra, na ilha Terceira. Essas frotas, carregadas de mercadorias ricas e metais preciosos, tinham de haver-se com mares desabridos, e

com corsários ingleses, franceses, holandeses e argelinos, que usualmente as esperavam junto daquelas ilhas ocidentais, e que impunemente circulavam no que hoje é o mar regional, apesar das flotilhas de guerra que tentavam menos interceptá-las do que proteger as pesadas naves chegadas do outro lado mar.

Este papel de «universal escala do mar poente» trouxe um desenvolvimento considerável às ilhas dos Açores. A um século e meio do seu povoamento inicial, contavam mais de 50 000 habitantes; e duas das suas povoações portuárias, Angra e Ponta Delgada, haviam recebido foros de cidade.

O Provedor das Armadas, que residia em Angra, correspondia-se directamente com o rei de Espanha: e foi a pedido deste que o oiro e a prata das Américas passaram a ser desembarcados, para maior segurança, durante as escalas destinadas ao refresco das frotas.

Este desembarque, imposto pelos riscos do mar e pelas ameaças dos corsários, esteve na origem de um activo contrabando que interessou mercadores locais e estrangeiros; e impôs medidas de fortificação que prevenissem, como preveniram, qualquer desembarque dos ladrões do mar — e que ainda hoje são um testemunho notável de arquitectura militar.

As armadas das Índias deixaram de escalar os Açores na segunda metade do século XVII. A partir de então avultou um outro circuito — cuja existência, aliás, começara antes: o do Brasil.

5. As relações comerciais com o Brasil marcaram profundamente os Açores nos séculos XVII e XVIII, e delas testemunham as madeiras preciosas que invadiram as Ilhas, muitas delas como matéria-prima de simples caixas de açúcar. Justamente, o comércio (lícito e ilícito) do açúcar fazia-se *pelos* Açores *para* o Norte da Europa. Não foi tão rico como o anterior: mas assinalou esta época, e desencadeou um fenómeno correlativo, que foram as primeiras migrações de açorianos para a América do Sul.

O comércio do açúcar desenvolveu-se, sobretudo, a partir da extinção da Companhia do Comércio do Brasil, a qual detinha monopólios desfavoráveis às Ilhas. Mais tarde, em 1736, o rei de Portugal, novamente sacrificando interesses açorianos, condicionou o tráfego marítimo entre as Ilhas e o Brasil, o qual começava a canalizar oiro americano para os Açores e, de lá, para o Norte da Europa.

6. No século XIX, as relações com o Brasil mantiveram-se — menos nas mercadorias, mais na emigração. E as funções, agora menos vitais, de suporte a alguma navegação atlântica. Na América do Norte, já industrial mas ainda sem petróleo, consumia-se, para iluminação, óleo de baleia; e as frotas baleeiras da Nova Inglaterra incluíam os Açores nos seus itinerários de rotina, que aliás passavam também na Madeira e em Cabo Verde. Começou assim, em meados do século XIX, a emigração norte-americana dos Açores.

A navegação a vapor suscitou algum interesse pelos Açores, baseando-se agora nos portos, melhor equipados, de Ponta Delgada e da Horta, onde se faziam abastecimentos e se metia carvão. Porém as linhas comerciais importantes (por exemplo, o algodão americano para Inglaterra) já passavam ao largo das Ilhas, e a sua relevância marítima internacional caiu verticalmente.

7. O século XX trouxe aos Açores novas aptidões em termos de trocas intercontinentais.

Na sua primeira metade avultou um interesse derivado das telecomunicações: vários cabos submarinos amarravam nas Ilhas, das quais o Faial, com a sua pequena e nova cidade da Horta, porventura atingiu de todas a maior prosperidade.

Antes e depois da II Guerra Mundial, o interesse pela aeronáutica comercial transformou a Horta em ponto de escala dos hidroaviões «Clippers», que ligavam os dois continentes; e, até à era do jacto, dos anos sessenta, conferiu uma importância internacional ao aeroporto de Santa Maria, escala inevitável entre a Europa do Sul e a América do Norte, e entre a Europa do Norte e a América do Sul.

Mas no século XX desenvolveu-se uma outra importância, agora inteiramente separada (ao contrário do que se dera trezentos anos antes) dos tráfegos e das escalas comerciais: a importância militar.

Esta importância exprimiu-se e exprime-se em uma base naval durante a I Grande Guerra, duas bases aéreas durante a II Grande Guerra, acordos de defesa entre Portugal e os Estados Unidos nos tempos da Guerra Fria, um porto de reserva para a NATO, uma base francesa de rastreio de mísseis nas Flores, e a base das Lajes, com a ponte aérea para Israel em 1973, a vigilância permanente dos submarinos navegando no Atlân-

tico e as pretensões americanas quanto ao apoio à Rapid Deployment Force.

8. Esta rápida História de cinco séculos teve sempre um elemento de presenças estrangeiras em ilhas que, por seus habitantes, sua cultura e suas tradições, são profundamente portuguesas. Paradoxalmente, porém, o largo e bravio mar que as divide, e as separa da faixa peninsular europeia, foi sempre uma porta aberta a gentes de outras nações, que nas Ilhas se estabeleceram, por vezes com persistência, e confundindo-se, mais tarde ou mais cedo, com as populações.

Assim, logo no século XV — e além do núcleo dos povoadores, que era português — vieram flamengos, e também há notícias de ingleses. Aliás, a cultura do pastel, planta tintureira utilizada para a indústria têxtil, interessava àquelas regiões do Norte, pioneiras da Europa industrial.

9. As relações com os espanhóis desenvolveram-se a partir do século XVI.

As frotas da América, após deixarem o último porto do Novo Mundo, escalavam os Açores: e os contactos davam-se durante as escalas dessas frotas, e das armadas que as comboiavam.

Quando Filipe II sucedeu na coroa de Portugal, levou três anos para submeter o Arquipélago, cujo povo queria um rei português. A disputa implicou três expedições, e as Ilhas acabaram rendidas após a última incursão do Marquês de Santa Cruz, que movimentou dezasseis mil homens, e cuja vitória pode ver-se pintada no Escorial, ao topo da Sala das Batalhas.

Durante esses anos de resistência, as Ilhas albergaram tropas francesas e inglesas. Depois, no domínio filipino, passou a haver guarnições espanholas, de cuja descendência ainda hoje existem muitos nomes de família. Paralelamente, aventureiros dos Açores atreveram-se a ir para as Índias de Castela, como se lhes chamava: um grupo deles fundou Santiago del Saltillo, capital de Coahuila, no México.

10. Os mercadores estrangeiros proliferaram, sobretudo nos períodos de mais intenso tráfego comercial, como se compreende. O fenómeno é tanto mais impressionante quanto é certo — no que respeita aos ingleses —

que se mantém durante a dominação filipina, e contra ordens expressas do rei.

Foram, sobretudo e sempre, ingleses e holandeses, depois também franceses, gente da Europa do Norte, estreitamente empenhada nas trocas marítimas, que se implantou nas cidades e desenvolveu os seus negócios.

Estavam intensamente ligados ao comércio clandestino de metais preciosos, que encaminhavam para Londres e Amsterdão, como estiveram, mais tarde, ao do açúcar brasileiro.

Após a restauração de um rei português, no século XVII, os mercadores ingleses viram ampliados os seus privilégios, como compensação das ajudas britânicas na libertação de Portugal.

Por seu turno, famílias norte-americanas instalaram-se nos Açores em fins do século XVIII, ainda e sempre envolvidas no comércio marítimo; e marcaram, com a sua presença, um tipo de relações com o seu país de origem que ainda hoje atrai e fascina os Açorianos.

Já no século XX existiram pequenas colónias inglesas, americanas e alemães residentes, formadas por funcionários das companhias dos cabos submarinos. Ainda hoje vivem três mil cidadãos dos Estados Unidos dentro da base das Lajes, e à volta dela.

Os primeiros consulados estrangeiros nos Açores apareceram logo em princípios do século XVII.

11. Nos séculos XVI e XVII, o comércio e o contrabando eram indissociáveis. O corso e a pirataria faziam-lhes um contraponto de terror. Os mares dos Açores, conta Linschöten, eram livremente sulcados por corsários — holandeses, franceses, ingleses, mouros, turcos. As Ilhas fortificaram-se, mas sofreram desembarques, e tiveram que combater. Apenas duas, mais pobres e indefesas (e também as mais procuradas, por razões de navegação), as Flores e o Corvo, não tiveram veleidades de resistência: e criaram «modus vivendi» com os piratas, abastecendo-os de tudo, a troco de alguma paz.

Com o passar do século XVIII, a pirataria declinou: os últimos foram os argentinos, arredados os europeus para zonas mais ricas e cobiçadas.

Foi este o elemento da intervenção estrangeira que, de todos, naturalmente deixou mais traumatismos no povo dos Açores — traumatismos que ainda sobrevivem em algumas expressões pejorativas, e que porventura

condicionaram a relativa aversão ao mar que ainda hoje subsiste em muitos açorianos.

12. As presenças militares estrangeiras nos Açores iniciaram-se, como foi referido, com tropas francesas e inglesas, durante a resistência a Filipe II, ao serviço do pretendente português — e de uma tentativa para trazer as Ilhas à esfera de influência das jovens potências marítimas que viriam a dominar o Mundo. Foram maus os contactos com a população, que acabou por detestá-las, e com elas se envolveu mesmo em motins de uma violência invulgar.

Após a rendição das Ilhas, houve durante quase sessenta anos guarnições militares espanholas, finalmente reduzidas, após onze meses de cerco, mas com capitulação honrosa, em 1642.

Algumas tropas inglesas, em 1832, no tempo das lutas liberais, não deixaram rasto perdurável.

No século XX, os efectivos militares britânicos e norte-americanos, muito significativos durante a II Guerra Mundial, e depois dela, vinham mentalizados para respeitar as populações: por isso, a sua permanência — que já vai em perto de quarenta anos — se tem verificado sem conflitos assinaláveis.

III — *O CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO*

13. Tem sido assinalado que os Açores, pequena região insular e oceânica, apresentam uma vida socioeconómica (e até política) acentuadamente marcada por uma dependência do exterior — a qual é, aliás, comum a todas as zonas marítimas de circulação.

Esse exterior sobressai com uma viva nota internacional. E define-se em função da origem e do destino das linhas de tráfego intercontinentais que passam pela Região. Essa origem e esse destino não se encontram nas próprias Ilhas — salvo (e até agora) para pequenas produções do sector primário. Por isso, não é a posição das Ilhas que determina a existência de tais linhas: contrariamente, é a existência dessas linhas que valoriza as Ilhas, em determinadas épocas.

Isto significa um papel historicamente passivo do Arquipélago, em que de súbito ele aparece esvaziado de interesse relativamente a quem, pouco antes, o utilizava com intensidade.

Foi este ponto de reflexão que, nos últimos anos, mereceu uma sistematização em termos políticos, com o seu reflexo jurídico-constitucional.

14. Cedo se foram apercebendo os Açorianos de que, apesar da prosperidade que o tráfego internacional lhes trazia, este implicava encargos e bruscas mudanças de intensidade, com resultados negativos nas populações.

Já no século XVII se protestava contra os custos e encargos de manutenção das fortalezas; e se conseguia — com maior ou menor êxito — que dinheiro dos impostos reais fosse afectado a essas despesas.

Também cedo foi notado que certos entendimentos internacionais, em que Portugal se envolvia, podiam repercutir-se negativamente nas Ilhas, e no seu viver.

Se nem todos tomaram consciência da instrumentalização do patriotismo ou de alguns interesses açorianos aquando da sucessão filipina — porque acabou por ser um conflito internacional, com envolvimento do Norte da Europa, o que ali se travou — logo após a Restauração as facilidades concedidas pelo novo rei aos mercadores ingleses e franceses deixaram os comerciantes e armadores insulares numa consciente situação de completo desfavor.

Depois, o estabelecimento do monopólio a favor de Lisboa, pela Companhia do Comércio do Brasil, da navegação para esta grande e rica colónia, provocou empobrecimento, impulsos de emigração e agitação social.

15. Por isso, a primeira tentativa teórica de formular um *sistema político* que *tirasse partido, em benefício das Ilhas e dos seus povos*, desta situação de envolvimento nos circuitos internacionais, apareceu no início do século XVIII, em boa parte como reacção contra aquele estado de desfavor. O seu autor foi um jesuíta, António Cordeiro, em seu livro «História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Hemisférico Ocidental». O modelo que ele propunha era o de uma forma de governo que atendesse à dispersão das Ilhas, e se baseasse na realidade do comércio marítimo, e de um efectivo poder naval.

A proposta não vingou; até porque a crise momentânea estava a vencer-se, o comércio com a América do Sul crescia de novo, e entrava

mesmo a desenvolver-se com o oiro do Brasil — a ponto de o rei intervir, limitando-o autoritariamente.

16. Em 1813, num livro publicado em Londres com o título «History of the Azores», defendia-se que as Ilhas deveriam separar-se de Portugal para se tornarem numa colónia inglesa. O autor era um oficial britânico, e o livro traduzia uma perspectiva estreitamente conexa com os novos interesses sul-americanos do Reino Unido, atento ao fim dos impérios peninsulares, e para se compensar da perda das suas próprias colónias americanas.

Mas os argumentos, objectivamente seriados pelo seu autor, serviram, durante século e meio, como fundamentação ou inspiração de todos os descontentamentos e propostas separatistas que se desenharam nos Açores, sempre em momentos de depressão económica e confusão política aparecidos em Portugal.

Em 1870, num curioso reflexo do movimento iberista que contagiou intelectuais e políticos portugueses, e da derrocada final do império espanhol perante a hegemonia norte-americana, surgiu abertamente nos Açores a voz separatista, mas desta vez já propendendo para um protectorado da América do Norte.

Assim também voltou a acontecer durante a I Guerra Mundial, e logo no fim dela, sob influência da base naval de Ponta Delgada, e em aparente coincidência com a outorga da cidadania norte-americana aos habitantes de Porto Rico.

17. Nos últimos meses do anterior regime português, fui deputado independente por um dos círculos eleitorais dos Açores na Assembleia Nacional.

Foi aí que, pela primeira vez, levantei o problema das bases militares existentes nos Açores, sublinhando a impropriedade de elas não trazerem contrapartidas financeiras, nem ao País nem à Região em que se implantavam. Tencionava mesmo fazê-lo no princípio de Dezembro de 1973, no rescaldo da Guerra do Yom Kippur. A pedido do Doutor Marcelo Caetano, então Presidente do Conselho, que fora meu professor na Universidade de Lisboa, e invocava o melindre da situação — a ponte aérea para Israel fora imposta de facto ao Governo português — adiei a minha

intervenção para mais tarde, e só vim a fazê-la em Janeiro de 1974, vésperas do termo da vigência do Acordo das Lajes.

Em 8 de Fevereiro desse ano, os deputados açorianos, entre os quais me encontrava, como se encontrava o actual Presidente do Governo Regional dos Açores, entregavam ao Presidente do Conselho um documento com a indicação de alguns pontos com interesse económico e político que, em nome dos nossos constituintes açorianos, entendíamos deverem ser acautelados em futuras negociações sobre as bases militares da Região.

18. A revolução de 25 de Abril de 1974 trouxe aos Portugueses, entre várias coisas, a liberdade de expressão. Deixou de ser *tabu* levantar certos problemas, e discutir determinados assuntos em público: consequentemente, passou a falar-se em todos. Movimentos de cariz separatista apareceram logo nos Açores, e tornaram-se agudos durante o período de hegemonia comunista no governo provisório português.

Falava-se abertamente em independência. Mas pode sustentar-se que ninguém, com seriedade, acreditava mesmo nela. Seja como for, e como suporte de uma qualquer separação de Portugal, envolvido numa espiral revolucionária, contava-se com a negociação da posição estratégica dos Açores. Inventavam-se, literalmente, verbas fenomenais. Mas sabia-se muito pouco — e a traumatizante experiência da base de Berbera, na Somália, não se dera ainda, e por isso não podia tirar-se dela qualquer lição.

Entretanto, e a par desta exaltação separatista (cujo suporte popular foi sempre pequeno) sentia-se e sustentava-se, publicamente e perante um consenso regional generalizado, que o novo regime constitucional português deveria consagrar a *participação* regional nos *benefícios* provindos das negociações internacionais com incidência directa no Arquipélago.

Na cola desta reivindicação veio a outra, aliás logicamente anterior, mas muito mais ousada — e que era o direito a *ter uma voz* nessas negociações.

Foi neste conturbado clima que o Governo português criou a Junta Regional dos Açores, da qual vim a fazer parte. A Junta, por encargo governamental, elaborou um projecto de estatuto político-administrativo para a Região.

Estava-se já em 1976. No dia 2 de Abril entrava em vigor a nova Constituição portuguesa. Logo a seguir iniciava-se a vigência do Estatuto Provisório.

IV — *TRÊS PERSPECTIVAS CONCRETAS*

19. Este conhecimento do que a minha Região sempre *valeu*, mais ou menos, como *suporte de circuitos internacionais;* esta noção do seu papel *essencialmente passivo* em relação a tais circuitos — que faz dela, em caso de disputa, uma autêntica «região-alvo», eventualmente a neutralizar; a ideia clara de que os Açores jamais foram pretendidos por aquilo que a sua terra produz, mas já o foram, e voltam a sê-lo, pela sua *mera realidade geográfica*; finalmente, a consciência de que tal característica não pode deixar de ser *posta ao serviço dos povos* da Região — tudo isso nos levou ao que chamamos a *racionalização política da dependência do exterior.*

Esta racionalização política é que levou ao *estabelecimento, em termos institucionais*, e não meramente de facto, *do direito de participação* açoriana — e madeirense — *em certas relações internacionais* de Portugal.

Na verdade, a Constituição portuguesa prevê, para as duas regiões autónomas portuguesas — ambas periféricas, marítimas e insulares — o direito a participarem nas negociações de tratados e acordos internacionais que lhes digam respeito, e nos benefícios que daí decorram.

Estamos, portanto, muito para além do que, por exemplo, se prevê no artigo 52.º do Estatuto da Sardenha, e que vem a ser o direito a participar na elaboração de *projectos* de tratados, e *só* se esses tratados forem comerciais.

O texto a que nos referimos, apresentado ao plenário da Assembleia Constituinte, foi *votado sem discussão* e *por unanimidade* em sessão de 25 de Março de 1976.

Também *por unanimidade* foi aprovado, no mesmo dia, um aditamento a esse texto, o qual previa, para além da intervenção nas negociações, a participação das Regiões nos benefícios decorrentes das convenções internacionais que com elas tivessem que ver.

O preceito manteve-se integralmente na revisão constitucional de 1982.

Desta maneira, por força do *artigo 229.º alínea* l), da Constituição, a Região Autónoma dos Açores tem o direito de:

> «Participar nas *negociações* de tratados e acordos internacionais que lhe digam respeito, bem como nos *benefícios* deles decorrentes.»

O Estatuto Provisório (Decreto-Lei n.º 318-B/76, de 30 de Abril, na parte que agora nos interessa alterado pelo Decreto-Lei n.º 427-D/76, de 1 de Junho) veio, em certa medida, explicitar aquela norma constitucional. É que, definindo no seu artigo 1.º o Arquipélago como um mero conjunto de ilhas e ilhéus, sem lhes referir o mar envolvente (ao contrário do que no projecto se previa) esclareceu contudo que os benefícios decorrentes de tratados e acordos internacionais que directamente respeitassem à Região *incluíam* os relativos a convenções sobre águas territoriais e a zona de domínio económico exclusivo contígua ao Arquipélago (artigo 55.º).

Esta precisão foi obtida sob pressão da Junta Regional dos Açores no Governo Provisório.

Alargava-se, pois, ao âmbito da participação nos benefícios; todavia — literalmente, pelo menos — não se alargava *às negociações em si.*

Este é um dos pontos em que o Estatuto vigente vai mais, muito mais além.

No número 2 do seu artigo 1.º declara-se que a Região, além das suas ilhas e ilhéus, abrange ainda o mar circundante e seus fundos, definidos como águas territoriais e zona económica exclusiva, nos termos da lei.

O artigo 61.º indica, exemplificativamente, matérias de Direito Internacional que respeitam directamente à Região:

a) Utilização do território regional por entidades estrangeiras, em especial bases militares;
b) Protocolos celebrados com a NATO e com outras organizações internacionais, em especial sobre instalações de natureza militar, ou paramilitar;
c) Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia;
d) Lei do Mar;
e) Utilização da Zona Económica Exclusiva;
f) Plataforma continental;
g) Poluição do mar;
h) Conservação e exploração de espécies vivas;
i) Navegação aérea;
j) Exploração do espaço aéreo controlado.

O artigo 62.º esclarece ainda o seguinte:

«A participação nas negociações de tratados e acordos internacionais que digam respeito à Região realizar-se-á através da *representação efectiva na delegação nacional* que negociar o tratado ou o acordo, bem como nas respectivas *comissões de execução ou fiscalização.*»

Finalmente, o artigo 84.º do Estatuto determina que:

«Os benefícios decorrentes de tratados ou acordos internacionais directamente respeitantes à Região, *tal como definida no artigo 1.º deste Estatuto*, serão afectados a projectos de desenvolvimento desta.»

20. Tem sido apontado que a política externa portuguesa tende a orientar-se segundo três vectores: o *atlântico*, o *europeu* e o *africano.*

O *vector atlântico* é porventura o mais significativo, porque acompanha a nossa História desde que Portugal se afirmou no mundo como nação independente, e não uma mera potência regional. Por isso ainda hoje é a mais segura garantia da sua identidade como país independente.

O *vector europeu* tem que ver com a nossa *ascendência cultural*, e constitui uma hipótese plausível, ainda que incerta, para um futuro a médio prazo. Para isso conta, todavia, com a nossa posição atlântica, e a nossa relação com a África.

O *vector africano* está ligado ao que podemos chamar a nossa *descendência cultural.* As independências são recentes, os cordões mal laqueados ainda sangram, terceiras forças disputam ainda os pedaços mais apetitosos. A antiga relação, em qualquer caso, permanecerá, e não pode ser ignorada. Só que, sem quebrar os laços da língua e da cultura, e ainda o das trocas humanas, não voltará a ser o que começara várias gerações atrás.

Os três pontos concretos que adiante vamos referir correspondem a posições activas que os Açores tomaram na definição de aspectos da política atlântica portuguesa e, consequentemente, afirmativa da identidade nacional.

Todos são actuais, e qualquer um deles está ainda em aberto. Correspondem, por isso, a problemas vivos, sobre que ainda podem cometer-se erros, e trilhar caminhos errados.

Igualmente são todos fundamentais, e por isso nenhum deles deve ser menosprezado por quem se preocupar — no sentido mais nobre da expressão — com a Defesa Nacional.

Referiremos pois, sucessivamente:

— A lei do mar e a Zona Económica Exclusiva;
— O controlo da navegação aérea no Atlântico;
— O Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.

21. Um representante da Região Autónoma dos Açores integrou a delegação portuguesa à Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Não era difícil avaliar o interesse que a Conferência e a Convenção do Direito do Mar iriam ter para as Regiões insulares. *Até para a definição futura do seu estatuto internacional.*

Seja qual for o direito que, mesmo sem a adesão dos Estados Unidos, vier a estabilizar-se — e normas desta natureza certamente estarão destinadas a uma intensa maturação — *as ilhas passarão a ser afectadas, até na sua realidade política*, pelos poderosos interesses e pelas formidáveis dinâmicas que, a par de técnicas inovadoras, aparecerão como impulso e suporte das modernas leis do mar: desde a sua feitura até aos múltiplos aspectos do seu entendimento prático.

Foi também a partir dos Açores que se lançou o alerta contra a poluição de fundos marinhos próximos da ZEE portuguesa por resíduos nucleares. Ainda há poucas semanas, em Londres, uma delegação do Governo Regional, integrada na representação portuguesa, fez aprovar uma resolução nesse sentido.

Toda esta problemática do Direito do Mar que agora se desenha *coloca a minha Região perante um problema económico e político inteiramente novo em toda a sua História.*

Até quase aos nossos dias — o movimento internacional de apropriação dos espaços marinhos surgiu com o fim da Guerra Mundial —, os Açores viram a sua condição de ilhas oceânicas sempre valorizada em termos de *circulação* — de mercadorias, de pessoas, de ideias, de forças militares.

A sua História e os seus caminhos forjaram-se no meio das tensões nascidas dos *grandes circuitos comerciais ou militares* do Atlântico:

Mas nunca tiveram uma importância significativa — internacionalmente falando, entenda-se — em termos de *produção*. Repetimos: os Açores têm sido disputados ou cobiçados como *base* ou *encruzilhada*; nunca o foram, nem serão, por causa do seu gado, dos seus lacticínios, das suas paisagens — ou dos seus ananases.

A partir de agora, porém, com uma Zona Económica Exclusiva *que nem por ser portuguesa deixa de ser regional*, enorme e sem conflitos de fronteira marítima, os Açores *podem começar a interessar como centro de uma área eventualmente rica em pescas e, a longo prazo, em recursos minerais.*

Neste final do século XX começamos a encontrar perturbantes analogias com a «corrida à África» de há cem anos — quando as potências industriais se talharam fartos quinhões de território à custa das antigas culturas negras, ou de nações fracas, como Portugal, que até invocavam respeitáveis direitos históricos, mas não tinham a fome de matérias-primas, nem a vitalidade agressiva, nem os meios militares dos países capitalistas de então.

A violenta gestação, e a dolorosa infância dos novos países africanos, a própria viabilidade deles, são o preço que ainda hoje se paga por essa competição egoísta, em que a doutrina da «ocupação efectiva do território», mesmo do território não costeiro, veio a impor-se de facto, para além dos textos da Conferência de Berlim.

É tendo presente esta cada vez menor capacidade portuguesa quanto a dominar eficazmente os seus 2 000 000 de quilómetros quadrados de mar que, do ponto de vista dos Açores, se aborda a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia sem apreensões especiais quanto ao «dossier» da Agricultura, mas com reservas e receios em tudo o que respeitar a direitos de pesca.

Isto sem falar nos Estados Unidos, e da sua posição isolada e egoísta quanto ao novo Direito do Mar.

Ouvir, como já ouvimos, da boca de um alto responsável, que poderemos ter de *sacrificar o mar para salvar os têxteis*, é, porém, qualquer coisa que não pode esquecer-se. Para que se façam os possíveis, e os impossíveis, por que tal enormidade não venha a suceder.

Só uma política de vistas curtas, ou de demissão total, pode permitir que se coloque uma alternativa daquelas.

Os têxteis estão em crise na Europa, pertencem já ao passado em face dos novos centros produtores do Extremo Oriente. O mar é um futuro amplíssimo — para muitos, ainda aqui ao nosso lado, já um presente inegável. Só que exige investimento, tecnologia, trabalho e remunerações adequadas.

Talvez porque os Açorianos (que geralmente não se reconhecem bons marinheiros, não gostam de ser pescadores, mas foram, por exemplo, quem iniciou a pesca industrial do atum na Califórnia) são particularmente sensíveis à realidade marítima, temos reiteradamente feito sentir ao Governo Central o que pensamos sobre tudo isto, combatendo firmemente quaisquer tentações de abrandamento quanto ao mar português, e reivindicando um conhecimento e uma defesa integral da Zona Económica Exclusiva.

Numa perspectiva que não é só regional, o primeiro departamento universitário português de Oceanografia e Pescas — ainda muito incipiente, é bem verdade — está criado na cidade da Horta, e no âmbito da Universidade dos Açores, desde 1976.

Justamente nestes dias se desenvolve, também na Horta, mais uma «Semana das Pescas», como aliás vem sucedendo de há três anos para cá: esta, por sinal, menos um colóquio de sábios, e mais um encontro de técnicos e de pescadores.

E no Verão passado, após uma luta áspera e arrastada contra a incompreensão de alguns departamentos centrais, um cercador oceânico da praça de San Diego, contratado pelo Governo Regional, veio demonstrar que é possível e vantajoso o uso da rede de cerco em capturas de atum no mar dos Açores.

22. Portugal tem dois centros de controlo de navegação aérea: um em Lisboa, outro na ilha açoriana de Santa Maria.

Ambos estão mal equipados e obsoletos, a ponto de se impor a sua reformulação técnica total. Para o efeito, existem dois projectos:

NAV 1, para Lisboa;

NAV 2, para Santa Maria.

Houve uma «tentação» do Governo português, em face dos custos elevados do reequipamento dos dois centros: reequipar Lisboa, abandonar Santa Maria. Esta tentação andava muito viva há cerca de um ano.

As áreas controladas pelos dois centros são diferentes. A de Lisboa, «apertada» entre a de Casablanca, a das Canárias, a de Santa Maria e a de Madrid, é muito pequena. A de Santa Maria é limitada ao norte pelo paralelo 45 (Shannon e Terra Nova), a poente pelo meridiano dos 40 graus oeste (Nova Iorque e São João de Porto Rico), a sul pelo controlo de Trinidad, pelo do Sal e o das Canárias.

É um espaço enorme, que Nova Iorque há muito ambiciona, como foi claro e expresso aquando da greve dos controladores aéreos norte-americanos, em 1981.

Foi tendo presentes os mapas, e a realidade política que um centro de controlo aéreo pode proporcionar, que a Assembleia Regional dos Açores aprovou por unanimidade, em 18 de Junho de 1982, a seguinte moção:

> «A existência do Centro de Controlo Regional de Navegação Aérea dos Açores é de importância vital para o desenvolvimento económico-social da ilha de Santa Maria e de grande interesse para a Região Autónoma dos Açores.
>
> A extinção de tal Centro tanto pode suceder por encerramento deliberado, como por caducidade emergente da obsolescência do seu equipamento, se não for imediatamente substituídio pelo do chamado Projecto NAV 2.
>
> Se tal extinção se verificar, tarde ou cedo virá a pôr-se em causa uma boa parte do actual espaço aéreo controlado a partir de território português, por força de reivindicações em benefício de centros de controlo americanos e, possívelmente, até europeus.
>
> Esta Região Autónoma, no exercício de faculdades constitucionais, tendo presente o artigo 61.º, *j*), do seu Estatuto, e na consciência (histórica e actual) de que a influência portuguesa no Atlântico está profundamente ligada à consideração dos Açores nos termos territoriais mais amplos — que abrangem as ilhas, a Zona Económica Exclusiva, e o espaço aéreo circundante — tem o dever de chamar a atenção do Governo português para a gravidade destes riscos.
>
> Entende-se que qualquer recuo, mediato ou imediato, e ainda que por razões meramente técnicas, em cada um daqueles três cam-

pos, se traduzirá em sério prejuízo económico, mas também político, nomeadamente no relativo à relevância externa portuguesa e aos pressupostos físicos da própria identidade nacional.

Assim a Assembleia Regional dos Açores reclama a implementação do Projecto NAV 2, e o imediato reequipamento do Centro de Controlo Regional de Navegação Aérea dos Açores, em nome do interesse da Região, mas ainda — e não menos — do próprio interesse nacional.»

Esta moção passou despercebida, ou quase, dos grandes meios de comunicação social portuguesa, talvez por se não referir a problemas corporativos desses mesmos órgãos, ou não respeitar às crises de um partido, ou às declarações do homem público em voga.

Não passou, porém, ao Governo Regional, que dela vigorosamente se fez eco junto do Governo Central, a partir do Verão de 1982.

Destas tomadas de posição resultou uma inflexão nítida nas disposições do Governo quanto ao centro de controlo aéreo de Santa Maria. Por estes dias sairá um despacho conjunto definindo uma política que passa pela manutenção daquele centro (1).

Este caso ilustra, uma vez mais, uma antiga ideia, aliás imposta pelo senso comum: rever-se um país na sua posição geográfica e nos seus valores estratégicos, sem mais nada, releva do mais completo e oco narcisismo. Os valores estratégicos, para além de conhecidos, ou são aproveitados (directa ou indirectamente) por quem os possui, ou simplesmente não merecem ser de quem são.

É tudo uma questão de tempo: neste último caso, esteve quase aberto o caminho para que outrem os fizesse seus.

23. O *Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa entre Portugal e os Estados Unidos*, ainda em vigor, é datado de 5 de Janeiro de 1951. Ao abrigo deste acordo — que não menciona os Açores — veio a assinar-se,

(1) Despacho conjunto do Ministro da República para os Açores, do Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes e do Presidente do Governo Regional dos Açores, de 14 de Abril de 1983 (*Diário da República*, II Série, n.º 97, de 28 de Abril de 1983).

em 6 de Setembro de 1951, um *Acordo de Defesa*, que explicitamente respeitava as facilidades nos Açores — fundamentalmente relativas à base das Lajes.

Em Novembro de 1957, pelo Acordo Suplementar de Defesa, e os respectivos «Arranjos Técnicos», prorrogou-se o direito ao uso das facilidades nos Açores. Em fins de 1962, entrou-se num regime de prorrogações unilaterais, por parte de Portugal, do uso dessas facilidades. Em Dezembro de 1971, por uma troca de notas, prorrogou-se mais uma vez o uso de tais facilidades, até 3 de Fevereiro de 1974.

Com as vicissitudes da revolução portuguesa, o assunto caiu em ponto morto (e os norte-americanos continuaram estabelecidos nas Lajes). Entrou em vigor a nova Constituição. Em 25 de Novembro desse ano de 1976, a Assembleia Regional dos Açores votava a confiança no Governo Regional para intervir nas negociações para a utilização da base das Lajes, com um programa de doze pontos. Abriram-se as negociações em 1977, com a presença da delegação regional, que exerceu, em consonância com aqueles pontos, uma actividade discreta, mas constante, no sentido de se obterem contrapartidas financeiras significativas para a Região.

Por troca de notas efectuada em Lisboa a 18 de Junho de 1979, o uso de facilidades nos Açores foi prorrogado por nove anos (mas desde 3 de Fevereiro de 1974 ...); simultaneamente, e tendo em consideração essas facilidades, o Governo dos Estados Unidos comprometia-se a entregar a Portugal:

— 80 000 000 dólares, em quatro prestações anuais, para investimento público na Região dos Açores;
— 60 000 000 dólares, em equipamento militar, para as Forças Armadas portuguesas.

Neste momento, decorrem negociações, com presença regional, sobre a eventual actualização dessas contrapartidas, e também com vista a um futuro acordo de defesa.

O que está a passar-se nestas negociações?

Como sempre, ou quase sempre, a preparação da delegação portuguesa — que deveria ter-se processado desde 1979 — começou tarde e a más horas, com alguma desarticulação, sem embargo as sugestões e as pressões do

Governo Regional que vêm, pelo menos, desde 1981. Em Dezembro desse ano, havia um texto-proposta português visando alterar um dos Anexos ao Acordo Técnico de 15 de Novembro de 1957.

Em Novembro último, perante um evidente marasmo nas negociações, verificou-se uma posição de «forcing» por parte dos órgãos regionais, do que resultou a reabertura formal dessas negociações, já com o novo Embaixador dos Estados Unidos — nas vésperas do Natal de 1982...

Entretanto, como era previsível, o acordo vigente chegava ao seu termo, em 4 de Fevereiro de 1983, sem qualquer renovação negociada.

Entrou-se então numa fase de prorrogação automática por mais seis meses — isto é, até 4 de Agosto de 1983 — conforme resulta da troca de notas atrás referida, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Secretário de Estado norte-americano, de 9 de Dezembro de 1971.

No decurso destas negociações, o Governo dos Estados Unidos tem manifestado um interesse acentuado na reformulação do Acordo de Defesa, de maneira a utilizar facilidades militares não só nos Açores, mas em todo o território português: o que incluiria a base de Beja, outras infra-estruturas aeroportuárias, e o estabelecimento de um sistema de controlo de comunicações, conhecido por GEODESS.

O ponto de vista dos órgãos de Governo próprio da minha Região, claramente expresso desde 1982 — e agora perfilhado finalmente pelo Governo português — é de que a negociação dos Açores deve ser separada das negociações sobre o restante território português.

Os Açores têm presenças militares norte-americanas desde 1944. O restante território português não tem nenhumas.

A admissão das facilidades pretendidas no Continente significa uma opção de fundo que, mesmo em relação a um país aliado, não pode tomar-se (nem prometer-se) de ânimo leve, pelo seu significado real e pelas implicações que trará, mesmo no contexto de toda a política externa portuguesa — nomeadamente nos seus vectores *europeu* e *africano*.

É bom recordar a conhecida frase de Anthony Eden, em carta para Winston Churchill — «Portugal não é uma segunda Guatemala». Mas convém reflectir também se, para que tal asserção se faça, como em 1944 se fez, será preciso um governo autoritário e pessoal, como então havia.

Desejamos bem que não. O que todavia traz exigências imediatas de determinação e sacrifício colectivamente assumidos, e mau grado a difícil

situação económica portuguesa, com que alguns contam para obterem privilégios a troco de um prato de lentilhas.

Relativamente ao Acordo das Lajes, devemos assinalar que, neste momento, o tempo joga a nosso favor. Daqui até Fevereiro já pouco falta. Se não houver renovação até lá as facilidades caducam, e elas são demasiado importantes para os Estados Unidos para serem postas em causa ou abandonadas.

Ora há situações que, nesta negociação, têm de resultar corrigidas. Há *práticas* viciosas a terminar, *garantias* de respeito efectivo da soberania portuguesa (sobretudo quanto a decisões judiciais) a obter. Depois, há a *natureza* das facilidades a considerar — o novo *porto* da Praia da Vitória abre, nesta área, perspectivas muito amplas — e a *finalidade* das mesmas, directa ou indirecta — o Acordo vigente está feito *para* o espaço NATO, não para o golfo Pérsico nem para o Índico. Há, por tudo isto, *contrapartidas financeiras* a aumentar substancialmente e, pela primeira vez, todo um sistema de *garantias* de reparações, em caso de guerra, a estabelecer.

24. Gostaríamos de deixar claro que as tomadas de posição que atrás deixamos expostas não significam hostilidade, geral ou especial, para com ninguém.

Contudo o velho aforismo «amigos, amigos, negócios à parte» em nenhum contexto é mais certeiro que no das negociações internacionais.

Até porque só concita respeito, no concerto das Nações, quem, sendo fiel aos compromissos assumidos, mostrar combatividade e competência na defesa dos seus próprios interesses.

Finalmente, que ninguém se escandalize (como sucedeu aquando da revisão constitucional) por de uma Região Autónoma portuguesa virem opiniões, reivindicações e críticas em matéria de política externa do nosso país.

Primeiro, porque é um direito constitucional que assiste aos seus órgãos.

Depois, porque não é de surpreender que naquele pequeno, disperso e longínquo arquipélago — onde há precisamente quatro séculos tombava o último baluarte da independência e da dignidade portuguesas de então —

ainda hoje exista uma *sensibilidade* especial para os problemas nacionais, e a sua inserção no mundo que nos rodeia.

Ignorá-lo constituirá um grave erro: e uma imperdoável responsabilidade nacional para quem o cometer.

Álvaro Monjardino

Presidente da Assembleia Regional dos Açores

DESENVOLVIMENTO E DESPESAS MILITARES

Magalhães Mota

DESENVOLVIMENTO E DESPESAS MILITARES

1. A ideia de que é preciso optar entre desenvolvimento ou despesas militares é consequência lógica da dicotomia clássica entre canhões e manteiga. Mas talvez valha a pena actualizar os exemplos.

A 2.ª sessão extraordinária da ONU dedicada ao Desarmamento (7 de Junho a 9 de Julho de 1982) foi antecedida pela divulgação dos dados do Banco Mundial, de acordo com os quais 1981 tinha chegado ao seu termo atingindo-se os maiores números de sempre em relação a pessoas mal alimentadas (570 milhões), por alfabetizar (800 milhões) e sem acesso aos mais elementares serviços de saúde (1500 milhões).

Neste quadro, justificar gastos militares com o argumento de que protegem recursos é justificar um círculo vicioso. Gastando 500 biliões de dólares/ano, «a indústria dos armamentos tornou-se a principal consumidora dos recursos que alega proteger (1).

«Um grupo internacional de especialistas, encarregado pelas Nações Unidas de investigar a relação entre o desenvolvimento social e a corrida aos armamentos, chegou à conclusão de que todos os anos, ao longo das últimas três décadas, quase 6 % dos recursos mundiais disponíveis foram consumidos pela corrida às armas.» (...)

«O grupo constatou que, muito embora o rendimento médio *per capita* nos países em vias de desenvolvimento não ultrapasse $^1/_{12}$ do das nações ricas e fornecedoras de armas do Ocidente, o Terceiro Mundo só por si foi responsável por 75 % de todas as importações de armas durante os anos 70, à custa das suas limitadas reservas em divisas e do bem-estar dos seus povos.» (...)

«Com a esperança duma possível redução parcial dos armamentos da ordem dos 25 % durante os anos 80 e de mais de 15 % na década de 90, (...) os países em desenvolvimento poderiam esperar aumentar o

(1) Ian Steele, documento não oficial das Nações Unidas intitulado «A corrida às armas num mundo onde ainda existe fome».

seu PNB pelo menos 3,7 %, a produção agrícola 4,6 % e, mais importante ainda, elevar o seu consumo *per capita* até 21,3 % nos países de rendimento médio da América Latina, 47,6 % nos países asiáticos de baixo rendimento, e 166,7 % nos países mais pobres e áridos de África.» (...)

Ao apresentar à 36.ª sessão da Assembleia Geral da ONU o seu relatório intitulado «Desarmamento e Desenvolvimento», a Sr.ª Inga Thorson, Subsecretário de Estado para o Desarmamento da Suécia, que foi também a presidente do grupo de investigação, fez questão de frisar que, face ao declínio do crescimento económico e à reduzida capacidade do ambiente para satisfazer as necessidades materiais, alimentares e energéticas da comunidade mundial, numa base equitativa e aceitável, os responsáveis pelas decisões políticas têm essencialmente duas alternativas:

> «O mundo pode continuar a corrida aos armamentos, com o seu característico vigor, ou modificar a sua posição, e consciente e rapidamente procurar uma ordem internacional política e económica que seja sustentável.
> O que não é possível é fazer as duas coisas» (2).

2. Outro documento das Nações Unidas (3) revela que só 5 % dos 500 biliões de dólares gastos anualmente em armas chegaria para atingir a meta para auxílio oficial ao desenvolvimento estabelecido na Estratégia Internacional para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1981-1990).

E acrescenta:

> «Os recursos actualmente esbanjados em armas podiam quebrar os grilhões da miséria, fome, ignorância e doença que atingem inúmeros milhares de seres humanos dos países mais pobres. Todos os anos, as actividades militares absorvem um volume de recursos igual a cerca de duas vezes o Produto Nacional Bruto conjunto dos países que constituem a metade mais pobre da população mundial.»

---

(2) Op. e Loc. citados. O relatório citado corresponde a Un Publication, Sales n.º 5.78.IX.1 «Economic and Social Consequences of the Armes Race and of Military Expenditures».

(3) DPI/6967 — Maio 1982.

Alguns dados comparativos são ainda mais esclarecedores na sua crueza. Assim:

«— As despesas com a saúde (sem contar com a assistência médica particular) não representam mais de 60 % dos gastos militares.

— Os recursos destinados à investigação médica são apenas $^1/_5$ dos aplicados à investigação e desenvolvimento militares.

— Em 10 anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) gastou 83 milhões de dólares para acabar com a varíola no Mundo — esta importância não chegaria sequer para comprar um bombardeiro estratégico moderno.

— Os planos da Organização Mundial de Saúde para acabar com a malária — uma das grandes causas de mortalidade no Terceiro Mundo — têm sido atrasados por falta de fundos. O montante em questão — 450 milhões de dólares — é menos de metade do que o mundo gasta *por dia* para fins militares.

— Do total das despesas mundiais em investigação e desenvolvimento, desde 1945, calcula-se que cerca de 40 % tenham sido gastos em objectivos militares ou com eles relacionados.»

Mais um dado: «Nos Estados Unidos, o sector militar consome entre 700 e 750 milhões de barris de hidrocarbonetos líquidos por ano, ou seja, aproximadamente 3,5 % do total do consumo mundial e isto sem incluir os produtos petrolíferos utilizados para produzir armas e equipamentos.»

Em 1981, os EUA gastaram com a defesa 222 mil milhões de dólares. A França aumentou em 17,6 % o seu orçamento de defesa para 1982. De 1977 a 1981, a Tailândia passou de 711 milhões para 13 000 milhões e a Libéria de 6000 para 16,5 milhões de dólares, enquanto a Arábia Saudita passava «modestamente» de 10 300 mil milhões para 14 500 mil milhões os seus gastos militares.

Um «F-5» custa 20 milhões de dólares e o «F-16» 12 milhões.

O custo de *dez* destes aviões resolveria o problema da assistência alimentar de emergência ao Terceiro Mundo.

Talvez não seja necessário elencar mais dados.

Foi Eisenhower quem disse:

> «Cada espingarda que se fabrica, cada barco de guerra que se deita ao mar, cada foguete disparado, significam, no fim de contas, um roubo a todos aqueles que sofrem de fome e não têm alimentos, a todos aqueles que têm frio e não são agasalhados.»

3. Também o «velho» argumento de acordo com o qual as guerras — e também a sua preparação — contribuiriam para uma certa melhoria em relação a muitas técnicas, podendo apresentar-se exemplos numerosos em quase todos os sectores, da cirurgia à electrónica, parece também em crise.

   Ninguém contesta essa melhoria, nítida até.

   Mas poderá falar-se de descobertas?

   Não é certo que a «pesquisa fundamental» tenha sido activada pela guerra. A guerra favoreceu a aplicação de certas descobertas, mas, na generalidade, não provocou essas descobertas.

   Activou o aperfeiçoamento de certas técnicas mas orientou-as num sentido particular. *A guerra que se serve da técnica foi útil ao desenvolvimento técnico e não à ciência.*

   E uma outra questão essencial continua a colocar-se: terá sido a guerra a causar o desenvolvimento técnico de que tanto se fala? Ou foi uma *ocasião*? Provocando uma mobilização dos espíritos, uma ajuda aumentada dos poderes públicos, um ambiente de urgência...

   E não é também exacto que cerca de 25 % dos recursos humanos científicos são absorvidos em trabalhos e investigações que se prendem com o sector militar?

   Poderá sequer falar-se em termos de eficácia desse investimento?

4. Uma outra linha de argumentos é a carreada pelo Congresso dos EUA. Seja-me permitido abrir um parênteses para salientar que agora que tanto se fala no reforço da componente parlamentar do nosso sistema constitucional, é importante salientar que o modelo actual de parlamentarismo autêntico não é já a Câmara dos Comuns mas, muito provavelmente, as Câmaras dos Estados Unidos.

   Nos Comuns, a realidade introduzida pela disciplina partidária (assim mesmo menos rígida que a portuguesa: recorde-se que houve liberdade de voto para discutir e votar a adesão à CEE) traduziu-se, na prática,

na impotência da minoria que, pelo facto de o ser, *não pode* derrubar o Governo e na impotência da maioria transformada em sistemática apoiante do Governo.

Uma das mais importantes fontes da actividade parlamentar nos EUA é a actividade das Comissões, no controle e fiscalização da actividade do Executivo, sem paralelo em qualquer outra actividade parlamentar no Mundo.

Fechado o parênteses, valerá a pena recordar os elementos de estudo e as conclusões a que chegou em 1979 a Comissão do Congresso encarregada de avaliar os custos da actividade governamental.

Essa Comissão concluía que os EUA deveriam dobrar o seu orçamento militar para pagar os sistemas de armas encomendados e que «a menos que se produzisse uma verdadeira catástrofe nacional» seria pouco provável que se encontrassem fundos do montante necessário para a realização de tais projectos.

Na verdade, o esforço financeiro exigido é o triplo do efectuado durante a guerra do Vietname e aproxima-se do efectivado durante a II Grande Guerra. Só esse esforço permitiria pagar o submarino «Tridente», o novo sistema de mísseis «MX», o carro de combate «XM-1», o novo porta-aviões «Nimitz», os novos bombardeiros de longo alcance, etc.

Mas, e ao mesmo tempo que se reconhece esta dimensão de esforço financeiro, assinala-se também que os novos sistemas de armas pouco acrescentam à capacidade militar americana. Aperfeiçoa-se uma tecnologia vinda do passado em vez de explorar uma concepção nova centrada sob o presente.

De facto, como sublinhou a Comissão, os aviões, carros de combate e navios de guerra actuais são descendentes directos dos da II Grande Guerra. Mesmo as armas nucleares, com os seus sistemas de lançamento e os mísseis balísticos intercontinentais, não serão apenas extensão dos meios de bombardeamento estratégicos da II Grande Guerra? (4). Não se duvida de que cada geração de armas adquire maior rapidez, precisão, alcance e carga útil. Mas é igualmente mensurável que estas melhorias custam um enorme aumento de preço e de complexidade dos sistemas.

(4) O raciocínio poderia ampliar-se à artilharia, no caso da URSS.

Os bombardeiros modernos custam 200 vezes mais, os aviões de caça 100 vezes mais, os porta-aviões 20 vezes mais e os carros de assalto 15 vezes mais em relação aos preços da II Grande Guerra.
Acresce que a complexidade crescente gera também problemas cada vez mais complexos de manutenção e substituição de peças.

5. Finalmente, numa economia em crise, o peso das despesas militares terá ou não influência no relançamento ou, pelo menos, na sustentação das economias?
O projecto económico do Presidente Reagan foi, já neste momento, objecto duma série de correcções que, em boa medida, evidenciam o seu fracasso.
Mas a questão da política económica de Reagan ultrapassa claramente o âmbito da questão restrita que analisamos. Não nos servirá, portanto, de exemplo.
No âmbito do estudo das Nações Unidas a que já fizemos referência, fizeram-se algumas contas em matéria de emprego. «Citando estimativas do Governo dos Estados Unidos, os peritos afirmam que um bilião de dólares de despesas militares criaram 76 000 empregos, mas que se a mesma importância tivesse sido aplicada em reduções fiscais, o número de novos empregos teria sido de 112 000» (5).
Mas sabe-se que «as actividades ligadas ao sector militar em todo o mundo continuam a empregar aproximadamente 60 biliões de pessoas» (5) pelo que os peritos concordam que «seriam necessárias medidas para assegurar uma redução suave e gradual das indústrias que deixassem de ser necessárias» (5).
A verdade porém é que a ideia de que uma forte «procura» em termos militares «determinava» uma indústria altamente competitiva está, também ela, a ser posta em causa.
Um livro recente (6) compara a electrónica americana e japonesa, a primeira beneficiando das encomendas e das necessidades militares, e a japonesa pressionada antes pelas necessidades do mercado de massa, dos preços pouco elevados, da simplicidade de concepção.
A vantagem da indústria japonesa não é, sequer, contestável.

(5) Op. e Loc. citados. UN Publications Sales n.º 5.78.IX.I.
(6) De Mary Kaldor «O Arsenal Barroco» — 1981 — Universidade de Brighton.

Aliás, as estatísticas demonstram igualmente que, desde 1950, a taxa de crescimento da produtividade dos EUA é inferior quer à da República Federal da Alemanha quer à do Japão.
O quadro seguinte é, aliás, ainda mais esclarecedor:

«Será diferente a situação no que se refere à URSS?
De acordo com um texto recente (7) «Para apoiar a modernização e crescimento contínuo das forças armadas, no último quarto de século, a União Soviética aumentou as suas despesas em termos reais dedicando uma média de 12 a 14 por cento por ano do seu Produto Nacional Bruto para despesas militares. Em 1979, em termos comparativos, os investimentos militares soviéticos estimados em dólares excederam os dos Estados Unidos da América em 70 %.»

O mesmo relatório diz, poucas páginas adiante:

«Na última década a União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia têm enfrentado economias cada vez mais deterioradas enquanto mantêm, simultaneamente, altos níveis de produção de equipamento militar para uma ampla modernização das suas forças. A própria economia soviética está em dificuldades e enfrenta prioridades competitivas com recursos escassos, neste início do 11.º Plano Quinquenal. Os problemas englobam escassez de alimentos, baixa produtividade laboral, falhas nos transportes e restrições energéticas, o que se tem tudo combinado para fazer baixar o crescimento industrial a um máximo de 1945 para cá.»

Parece poder concluir-se que não é diferente a situação. Por um lado, não há pressão concorrencial para obter contratos ou créditos mas apenas para realizar os programas inscritos no Plano.
O peso das despesas militares limita ainda mais a investigação.
O desenvolvimento assenta — muito mais que nos EUA — na estrutura industrial dos ano 30/40.

(7) «Poderio Militar Soviético», 1982, Centro do Livro Brasileiro. Trata-se de um documento que, segundo o próprio texto, «constitui um extracto de «briefings» proporcionados aos ministros da Defesa da NATO».

Acresce que se o orçamento dos EUA é acusado de conservadorismo (8), os sistemas de planificação centralizada são muito mais conservadores: os beneficiários dos recursos principais são os que têm o poder de repartir; consequentemente podem, cada ano, esperar receber a mesma parte.

6. Que se poderá concluir, se é que alguma coisa se pode concluir?
Parece comprovado que o peso das despesas militares distorce prioridades e, como tal, prejudica e põe em causa acções mais importantes e úteis para o progresso.
Mas tem «isto» a ver, no essencial, com a problemática do desenvolvimento?
Talvez valha a pena examinar o problema também por essa coordenada.

7. Sabemos que o *desenvolvimento* o é de todo o homem e de todos os homens, que deve ser integral, geral, mundial, solidário, homogéneo, de dinâmica própria de cada grupo humano, que deve partir dos próprios povos, que exige um esforço contínuo de harmonização das tensões e de redução das relações de força.
Sabemos também que o desenvolvimento é, e ao mesmo tempo, uma aspiração humana e um processo histórico, um pensamento e uma acção, um ideal e uma realização.
Sabemos isto tudo e repetimo-lo, quase com estas palavras (e as que usámos são as de «Economie et Humanisme»), desde há mais de duas décadas, pelo menos.
A verdade, porém, é que, tanto ao nível da acção como do pensamento, é mais fácil dizer o que é o subdesenvolvimento do que definir o que é o desenvolvimento.
Como perguntava Jaurès: «Se existe progresso, qual é a ideia decisiva e última pela qual medimos as diversas formas de desenvolvimento humano?»
No fundo, talvez continuemos a ignorar em que consiste o verdadeiro progresso da Humanidade.

(8) OTTO A. DAVIS in «Hearings Before the Subcommittee of Economy in Government», págs. 206, 207 e 229 (Senado dos EUA, 1967).

8. Se não é possível dispor de uma definição, poderemos ao menos sugerir método inverso.

Quais serão as *exigências* de progresso inseridas na história actual?

Arriscarei dizer que o nosso é um tempo em que descobrimos a solidariedade que nos liga aos outros, tornada evidente pelas interdependências à escala planetária.

Aí está a economia, outra vez. A lembrar-nos que dependemos do preço do petróleo, da subida do dólar, do bom ano cerealífero dos EUA, etc., etc.

Não estaremos, naturalmente, todos de acordo sobre a importância e as consequências dessa solidariedade.

Mas muitos de nós estaremos de acordo em que todos os recursos, bens da terra e técnicos, se fizeram para que todos possam viver melhor e alguns de nós, pelo menos, entendemos que isso implica que cada um possui um certo direito a esses recursos.

Só que sendo as solidariedades mundiais, necessitando a economia de todo o espaço terrestre para se realizar (no plano do consumo, das trocas ou da produção), «isto» entra necessariamente em confronto com a ideia de que o conjunto dos meios da nação e do Estado constituem o *poderio* nacional.

As nações dominantes pela sua actuação constituiriam, assim, uma *ameaça* para as menos favorecidas, mesmo que a sorte destas vá melhorando.

Não foi outro, aliás, um dos raciocínios primeiro surgido quando o Instituto Batelle resolveu pensar ele próprio uma estratégia de produtores de petróleo.

9. Assim, poderemos fechar o círculo.

Há quem ponha em causa que a corrida aos armamentos seja, por si só, um factor de guerra.

Na República Federal da Alemanha, onde toda a problemática do desarmamento vem ganhando crescente relevância, o CDU tem retorquido que, por exemplo, a II Grande Guerra não foi provocada por uma corrida aos armamentos, mas pela «atitude agressiva de uma ditadura expansionista que intensificava o seu arsenal bélico de maneira unilateral, ao passo que as democracias ocidentais fechavam os olhos perante o perigo de guerra iminente, descuidavam as suas potencialidades mili-

tares em matéria de defesa, procurando paradoxalmente deter o regime nazista através de uma política de «paninhos quentes» (9).

É outro o tema *Desarmamento*, em particular quando confrontado com a sua própria possibilidade política, quando unilateral. Mas tão relacionado com o nosso próprio tema, que qualquer de nós poderia repetir as palavras do Papa João Paulo II: «Estou, de facto, profundamente convencido que, face aos efeitos científicos previstos como certos, de uma guerra nuclear, a única opção moral e humanamente válida é a redução dos armamentos nucleares, até uma futura eliminação completa simultaneamente efectuada por todas as partes, mediante acordos explícitos e com o empenho de aceitar controles eficazes.

Entre os esforços a fazer, pela paz da humanidade, destaca-se o que visa garantir a todos os povos a energia necessária para o seu desenvolvimento pacífico.»

Creio que é tempo de concluir.

O esforço de armamento contemporâneo faz crescer a dependência, monopoliza capitais e assume custos exorbitantes em termos de peritos, energia e balança comercial, de tal modo que alarga o fosso entre os desenvolvidos e os outros.

Se o papel que aqui assumo é o de introduzir um debate, sugerir problemas e levantar questões, então talvez devêssemos meditar se não será este mesmo fosso, entre os desenvolvidos e os outros, a maior ameaça à paz mundial.

A sociologia política considera frequente a associação entre «situação revolucionária» e miséria generalizada. São igualmente conhecidas as teses — curiosamente, ou talvez não, de homens do Terceiro Mundo — de Abdulaye Ly («Les masses africaines et la condition humaine») e Frantz Fannon («Les damnés de la terre») segundo as quais a revolução mundial futura será a revolta universal dos camponeses famintos e miseráveis.

«Arrumar» povos num beco sem saída tecnológico significa que eles aí seriam mantidos pela repressão e que a violência poderia ser a «sua saída».

---

(9) Esser Kahn, representante da Fundação Konrad Adenauer em Portugal, artigo intitulado «Argumentos para a actual discussão sobre a paz mundial» in n.º 24 de «Democracia e Liberdade» publicação do IDL — Instituto Amaro da Costa.

O desenvolvimento seria assim a verdadeira segurança colectiva ou, como disse Paulo VI, «desenvolvimento é o nome novo da Paz». Estamos perante uma responsabilidade colectiva que diz respeito à razão de ser e à sobrevivência da Humanidade ([10]).

Magalhães Mota

([10]) O texto corresponde à versão actualizada e organizada das notas que serviram de base à exposição de idêntico tema feita ao Curso de Auditores de 1982.

Tratando-se da exposição *introdutória* de um debate, procurando motivá-lo, parece importante acrescentar duas curtas notas de esclarecimento no novo contexto de apresentação deste trabalho:

I) A construção de uma Paz autêntica tem entre os seus pressupostos a compreensão correcta do que é a Guerra e a realidade profunda da conflituosidade colectiva.

II) Chamar a atenção para a problemática da corrida aos armamentos corresponde, de igual modo, à desmitificação dos movimentos que, como reforço da posição de um contendor, procuram o desarmamento do outro *e exclusivamente a esse criticam*. Não há pacifismo unileteral.

ASPECTOS ACTUAIS DA AGRICULTURA PORTUGUESA SUA EVOLUÇÃO E INSERÇÃO NA CEE

Apolinário Vaz Portugal

ASPECTOS ACTUAIS DA AGRICULTURA PORTUGUESA SUA EVOLUÇÃO E INSERÇÃO NA CEE

1 — *INDICADORES DA AGRICULTURA PORTUGUESA*

A agricultura, como parceiro essencial ao desenvolvimento da economia, provoca, com o seu crescimento e aceleração, o aumento da «procura» em outros sectores da actividade económica e solicita o investimento. É sempre uma *actividade apoiada*, procurando, em função desta, situar a sua viabilização na competitividade com os outros sectores económicos. Poderíamos assim afirmar, como conceito geral, que a sua viabilização é função dos níveis de rendimento a obter ou a apoiar. O suporte à actividade agrícola pressupõe certo grau de orientação para o mesmo, procurando-se, através de mecanismos financeiros, de mercado ou de outros, a evolução da agricultura, a sua organização e a sua segurança (tranquilidade para quem investe), reduzindo o apoio governamental à ineficiência, mantida por «custos sociais».

1.1 — No caso da agricultura portuguesa, são de natureza *estrutural* e *conjuntural* as fragilidades do sector, a traduzirem um estado de crescimento insignificante ou estagnado, característico de uma *agricultura de subsistência* que nos *apavora*, quando se exige que seja, no domínio económico e pela sua competitividade, um parceiro de valia e não parente pobre da estrutura socioeconómica e cultural do País. O estádio de desenvolvimento em que nos situamos na agricultura carece de evolução, apoiada e realista, faseando, no tempo, os objectivos a atingir. Dada a incidência da estrutura social do mundo rural no equilíbrio sociopolítico, a evolução agrícola tem de ter em consideração aquele tecido que dela é fortemente dependente, provocando modificações por fases, sem criar roturas ou processos de «mudança» bruscos. O óptimo será, nestes casos e no tempo, o possível a atingir!

Precisemos alguns indicadores do estado de desenvolvimento da agricultura portuguesa.

1.1.1 — *Balança Agrícola*

A instabilidade da Balança Agrícola Portuguesa, deve-se principalmente, ao aumento mais generalizado do poder de compra da população portuguesa, ao aumento da população portuguesa que recebeu cerca de 1 milhão de portugueses das colónias portuguesas de África, ao reflexo da crise de energia (Portugal importa em energia cerca de 16 % do total das suas importações), à inflação/recessão provocada pela desvalorização do escudo e valorização do dólar, aos efeitos da luta ideológica por que, após a revolução de Abril de 1974, PORTUGAL passou, e aos efeitos adversos do clima. A um crescimento da «procura», a oferta de bens alimentares tornou-se menos eficiente, obrigando à importação, nomeadamente de cereais e oleaginosas. Importou-se no ano de 1981 cerca de 71 % do trigo consumido e 70 a 75 % do milho utilizado, nomeadamente, na produção de carne e leite!

A «procura» não provocou o aumento de produção e a evolução tecnológica desejada do sector produtivo nacional (modernização da agricultura), situação agravada ainda por condições climáticas adversas nos últimos dois anos.

1.1.2 — *O crescimento agrícola*

Por falta de uma política agrícola agressiva e integrada no desenvolvimento económico dos outros sectores, provocando a mudança, é praticamente nulo o crescimento verificado nos últimos anos, com valores negativos durante os anos de 1975 a 1977, reflexo da reforma agrária verificada no Sul do País.

1.1.3 — *Investimento na agricultura*

A preços constantes de 1963, o investimento realizado no sector é, na década de 1970, da ordem dos 6 %, tendo os outros sectores económicos recebido 44 % e 50 %, respectivamente, para a indústria e a prestação de serviços. Praticamente não se investe o montante adequado ao que, em cada ano, se deprecia no sector. Nos últimos anos tem-se verificado algum esforço no investimento em agricultura, embora

a orientação, aplicação e o controlo não estejam isentos de crítica. Julgo que se deve fazer um esforço neste domínio do investimento à agricultura, precisando:

a) Quanto se dispõe para o investimento;
b) Como orientar, seleccionar e diferenciar os incentivos ao investimento;
c) Como organizar e controlar a sua aplicação.

Na nossa opinião a criação de um sistema de crédito agrícola transparente e objectivo, em face da nossa situação real e não o exigível e aplicável a uma posição aceitável de desenvolvimento do sector agrícola, deve ser o responsável por se poderem atingir níveis desejáveis de formação de capital e taxas adequadas de crescimento para o sector. Há que ser claros; estamos numa fase de desenvolvimento incipiente; há que corrigir, há que mudar! Para isso a óptica de aplicação do crédito à agricultura tem de considerar o *atraso* em que nos encontramos.

1.1.4 — *Conclusão*

A agricultura portuguesa *manifesta*: deficiente investimento; crescimento estagnado; insatisfação de ocorrer às necessidades da procura interna; incidência alarmante na balança comercial, sobretudo em função do quantitativo de divisas que todos os anos somos forçados a gastar para nos sustentar. Contudo, Portugal tem possibilidades de produzir mais do que importa neste momento!

A agricultura portuguesa é, contudo, e ainda por falta dos outros sectores económicos ou por imprecisão da implementação do modelo económico português, a única solução de trabalho para cerca de 30 % da população activa portuguesa (países da CEE, cerca de 7 %), e contribui, com o seu diminuto crescimento e deficiente produtividade, em cerca de 10 % a 14 % do PIB (a média da CEE é de menos de 4 %). Penaliza as importações totais que o País faz com cerca de 20 a 25 % e acrescenta ao valor das exportações totais cerca de 30 a 35 % destas. Atinge, nos últimos 3 anos, para o caso da Balança Agrícola, valores de exportação que cobrem em mais de 80 % o valor gasto com as importações. Perante estes números insurgimo-nos com aqueles

que se voltam para o sector agrícola e lhe atribuem a fragilidade e debilidade da nossa economia, a causa dos nossos males, e como se tudo o resto estivesse bem ou em vias de o estar! Há necessidade de apoiar o crescimento da agricultura em função *de uma determinante concepção integrada de desenvolvimento* da economia nacional. Há que considerar apoios diferenciados em função das assimetrias de desenvolvimento agrícola nas diferentes regiões do País e da desigualdade deste com os outros sectores económicos. Há que elevar a produtividade agrícola *a níveis possíveis*, por adaptáveis aos recursos e ao ponto de partida em que nos situamos, sem tombar em falsas promessas ou utópicas solicitações, por irreais (quase sempre a cobrir com subsídios, a distorcer as soluções mais aconselháveis e a matar a competitividade do sector).

2 — *PRINCIPAIS FACTORES A CONDICIONAR A FALTA DE COMPETITIVIDADE DO SECTOR AGRÍCOLA*

São elementos principais que bloqueiam o desenvolvimento da agricultura portuguesa: a não criação da empresa agrícola competitiva é viável; a falta de produtividade no sector; o excesso de mão-de-obra do sector; a preparação e a formação da mão-de-obra disponível feitas para vários níveis de conhecimentos, e responsáveis por transformar o *camponês* e *agricultor* em *agricultor-empresário*; a falta de incentivos à fixação do agricultor à terra como meio digno e remunerativo de vida; a não existência de leis mais justas de Reforma e Previdência para os mais idosos e inferiorizados; a falta de um verdadeiro associativismo agrícola, por forma a se ocupar parte do espaço hoje estatizado; a debilidade da rede de informação permanente, estatística e censitária; o sistema governamental de preços aos produtos agrícolas e de subsídios à agricultura.

Desenvolveremos em síntese os principais factores anteriormente focados que, de natureza estrutural, têm condicionado a evolução da agricultura portuguesa.

2.1 — A não criação da empresa *agrícola competitiva e viável*, susceptível de aceitar a modernização pela dimensão adequada, tem sido a responsável pela deficiente capacidade de resposta do sector aos «inputs» que tem recebido. A redução do ganho unitário e a relação *preços dos factores de produção/preço do produto final* apon-

tam para a dimensão adequada da exploração, garantindo um rendimento bruto adequado e estimulante para quem faz agricultura. Portugal tem cerca de 812 000 explorações agrícolas; 14 % da área total ocupada é feita com explorações com menos de 4 hectares; 50 % desta mesma área é ocupada com explorações com menos de 100 hectares!

A *empresa agrícola* deve ser o centro deste desenvolvimento, deixando a estafada designação de *pequeno* e *médio agricultor*, mas começando a utilizar as designações de empresas de *rendimento bruto pequeno, médio* ou *elevado*, procurando-se a evolução justa para quem vive exclusivamente da agricultura. Há que evitar, em função do espaço geográfico onde nos situamos, o sentido de culpa que encobre a inoperacionalidade do sector agrícola, conduzindo uns a serem GENTE neste País e outros a estarem irremediavelmente condenados a que «as suas mãos conheçam a medida da Fome». A agricultura é uma actividade económica, apoiada cientificamente e tendo como base a terra que produz: visa a redução do *número de unidades agrícolas* (vivendo exclusivamente da agricultura) e o *aumento da dimensão destas*. Há que não ter receios ou se deixar arrastar *por falso Humanismo* e buscar, na preparação e promoção constantes do *agricultor-empresário*, a solução estável da agricultura que se deseja.

2.2 — *Produtividade agrícola*

Portugal manifesta níveis unitários muito baixos quer quanto à produção ($^1/_2$ a $^1/_4$ das médias da CEE), quer quanto à produtividade do trabalho (no período de 1970/1976 a produtividade do trabalho na agricultura passou de 20,2 a 21,4 e no sector não agrícola de 46,8 a 65,6). Diremos mesmo que a falta de produtividade, consequência da não aplicação ou má aplicação da modernização tecnológica, é responsável pela fraca resposta do sector ao desafio que o mercado da «procura» lhe faz. A modernização da produção agrícola deve fazer acompanhar-se da optimização da produtividade. Sem dúvida Portugal tem potencialidades ineficazmente usadas, necessitando de um planeamento adequado de modo a definir claramente as fontes de produção, suas localizações e os níveis de produtividade reais a poderem ser atingidos. Para melhorar a falta de produtividade do

sector deve-se produzir mais por hectare, mais por unidade de trabalho e mais por unidade de energia consumida. A luta da produção deve estar situada entre estes parâmetros. Há contudo duas situações para o aumento da produção: produção com produtividade ou produção em termos do aumento total do que é produzido e normalmente suportada por «custos sociais» ao longo dos anos, que se tornam difíceis de manter e contribuem para o aumento da inflação.

Deve lutar-se contra a improdutividade! É o caminho mais seguro de lutar contra a *Fome* e a *Pobreza.* Só produzir não é suficiente! Pensamos que a falta de clarificação sobre estas situações é a responsável pela ineficácia de actuação e tem, no caso português, levado a um certo grau de incapacidade que deve ser corrigida com coragem e audácia, se queremos mudar! O desenvolvimento agrícola cientificamente apoiado e baseado na terra que produz tem por objectivo o aumento da produtividade. Este, necessariamente, incide no rendimento bruto a obter e faz depender largamente este da dimensão da exploração agrícola. O agricultor optimizará e tornará viável o uso do que a ciência proporciona (uso dos factores de produção e da modernização tecnológica). As diferentes situações, *produção com produtividade* ou *só produção,* exigem que todos, políticos, sociólogos e agricultores, clarifiquem as suas posições, decidindo e justificando as suas opções.

2.3 — *Utilização adequada do solo disponível*

O solo é o principal factor de produção. Utilizar melhor os solos de que dispomos, criando modelos de produção adequados aos mesmos, é necessidade que, só por si, pode ser responsável pelo aumento da produtividade na agricultura portuguesa.

Portugal possui 8,9 milhões de hectares, donde cerca de 4,7 milhões estão ocupados com explorações e 3 milhões com floresta. Contudo, dos 4,7 milhões ocupados com explorações somente cerca de 2,4 milhões poderão ser de terra arável. Cerca de 2 milhões terão de ser reconvertidos e utilizados para a produção florestal ou pastagens de sobcoberto, donde vastas áreas de sobro-azinho terão de surgir *(solo de aptidões modestas que em outros países da Europa é utilizado para pastagens e em Portugal continua a ser destinado à produção*

de cereais). A correcta reconversão permitirá atingir 0,24 hectares de terra arável por habitante que se identifica com as médias a atribuir aos países da SEE (0,25 a 0,33 hectares habitante). Às disponibilidades em solo juntaremos outros factores tais como a temperatura e a luminosidade que, com a água, poderão ser responsáveis, para as zonas mediterrânicas, por uma agricultura de alta potencialidade, em termos de rendimento de energia armazenada.

Não somos assim, só uma agricultura de recursos pobres. Somos uma agricultura à procura do seu modelo e sobretudo de *organização* que permita implantar a tecnologia de produção, adaptada às nossas condições edafoclimáticas.

2.4 — *Mão-de-obra no sector agrícola*

Portugal manifesta um excesso de mão-de-obra no sector (cerca de 30 % da população activa), por falta de outras soluções para a sua utilização. Este facto impede a evolução e o aparecimento da *empresa agrícola viável* e da *produtividade ansiada.* A preparação do agricultor, por educação permanente, preparará, no futuro, a capacidade de gestão adequada à mudança. Uma elevada percentagem dos agricultores tem uma idade superior aos 50 anos. Leis justas de Reforma, Previdência e Incentivos, a quem trabalha na agricultura, permitirão atacar este problema de excesso de mão-de-obra, contribuindo para a solução, mas não a resolvendo na totalidade. Este será um «custo social» a pagar-se à mudança. Há que possuir menos gente, trabalhando em menos explorações e ocupando correctamente todo o espaço disponível!

2.5. — *Associativismo agrícola*

O débil ou inexistente associativismo responsável e representativo, vocacional e profissional, do sector agrícola, não conduz os agricultores a ocuparem o espaço que lhes compete:

— Na tomada de decisões;
— No apoio tecnicoeconómico às explorações;
— Na participação de orientações e mesmo na gestão dos organismos de coordenação económica do sector (combater o reflexo

da era corporativista e mercantilista, *corresponsabilizando* os agricultores no *abastecimento*, na *comercialização*, na *conservação* e na *transformação* dos produtos que produzem).

Há assim necessidade de as organizações vocacionais de agricultores ocuparem o espaço que a máquina do Estado possui.

É evidente o paternalismo de Estado e a larga intervenção estatal no sector agrícola, principalmente no controlo de preços e na distribuição de subsídios. O desejável seria libertar ou reduzir a influência das decisões governamentais na formulação dos preços agrícolas e anular a política de subsídios, que não são usados necessariamente para apoiar a «mudança» da agricultura portuguesa. Ao Governo deve competir apenas a coordenação e a defesa dos variados interesses, deixando à actividade produtiva a livre iniciativa.

2.6 — *Rede de informação permanente*

Torna-se também indispensável, para aferir, a cada momento, do estádio de desenvolvimento da agricultura portuguesa e se fazer uma análise à forma e ritmo a que se processa a sua evolução, que se criem mecanismos de informação permanente. A estatística, a elaboração de cadastros e as operações censitárias permitirão a tomada de decisões pelo melhor conhecimento do nosso aparelho produtivo.

2.7 — *O modelo integrado de desenvolvimento da economia portuguesa*

O modelo integrado de desenvolvimento, que posicione a política agrícola a fomentar, constituirá a base da evolução a prosseguir.

Há que programar o desenvolvimento integrado da *Economia Nacional*, colocando a *agricultura* na sua posição chave. Há que ter a coragem de provocar a «mudança» e a *determinação* de lhe dar execução, apoiando esta por fases e dimensionando os apoios, nomeadamente o crédito, segundo o estádio de desenvolvimento das Regiões ou das produções agrícolas. Portugal tem regiões atrasadas, cujas assimetrias são de corrigir, e possui produções com níveis unitários muito baixos!

O planeamento da agricultura deve ser baseado na capacidade agrícola de produção e de reconversão (dando especial relevo à conservação das potencialidades naturais) e numa política de desenvolvimento integrado, a médio e a longo prazos, bem equilibrada, altamente especializada e agressiva. Esta *política* exige apoios financeiros adequados e dirigidos à industrialização da produção, à defesa da qualidade do produzido, do transformado e dos factores de produção utilizados e à exportação dos produtos agrícolas. Deverá esta política de desenvolvimento agrário apoiar-se nos agricultores que, para além da sua experiência profissional, terão de ser bons gestores e verdadeiros dirigentes das associações socioprofissionais e de classe, que lhes possibilitem desejáveis poderes, político e socioeconómico. Deve, finalmente, esta política estar baseada em serviços capazes de lhes fornecerem o *conhecimento*, a *evolução tecnológica (modernização)* e, atempadamente, a *informação* necessária à definição das prioridades e à previsão quanto ao volume a atingir pela produção para se fundamentar a tomada de opções.

A componente agrícola de desenvolvimento integrado visará, assim: *ordenar* e, em certa medida, *modificar* os sistemas de cultura tradicionais, ajustando-os às condições agroecológicas; *aumentar a produtividade*; *racionalizar* a utilização dos recursos; *viabilizar* as explorações agrícolas. A estratégia deve visar objectivos de maior impacto e aderência, concentrando as acções e os esforços em áreas seleccionadas. Será assim mais fácil avaliar o que foi feito, adaptar a evolução e, em tipo «task-force», concentrar os meios disponíveis e sempre parcos no que se apresenta de solução mais rápida e mais remunerativa, económica e socialmente. Entre os meios a dispor, o *dinheiro* assume um papel essencial pois é competitivo nos mercados financeiros para permitir a má utilização do mesmo.

3 — *INTEGRAÇÃO AGRÍCOLA NA CEE*

As negociações com a CEE conduzirão a que Portugal tenha acesso livre e sem entraves a um mercado diversificado de enorme potencial qualitativo e quantitativo (já dependem deste em cerca de 55 % as nossas exportações).

Há que saber, assim, utilizar bem as ajudas para apoiar a «mudança» que se terá de verificar na agricultura portuguesa, a passar de uma estrutura económica de subsistência a uma estrutura competitiva. Teremos de abrir melhor o nosso mercado nos países da CEE e aceitar as condições que estes conferem a certos países preferenciais e que, quando bem utilizadas, nos possibilitam corrigir as assimetrias de desenvolvimento em relação aos países da CEE e, dentro do nosso país, em relação às diferentes regiões e produções agrícolas. Estes mecanismos podem agir como aceleradores da «mudança» que se deseja, eliminando a «botle neck» que a «inércia» portuguesa estará tentada a manter mesmo após a nossa integração!

Temos de nos encaixar, o que se não fará sem grandes dificuldades, nas tendências da agricultura europeia que, em 1980 e em relação à última década, se sintetizavam em:

a) Diminuição das superfícies cultivadas e diminuição da mão-de-obra no sector, sem quebra de produção pelo aumento da produtividade;
b) Diminuição do número de explorações e aumento da sua superfície;
c) Modificação na estrutura das explorações familiares e aparecimento de novas formas de organização.

Poderíamos assim afirmar: Na agricultura da CEE *menos gente trabalhando menos áreas produzem mais alimentos de qualidade e outros bens essenciais.*

São indicadores desta capacidade produtiva, no período de 1968 a 1977, os seguintes:

Produtividade por Ha	+ 2,4 % ao ano
Produtividade Agrícola	+ 6,3 % ao ano
Aumento da Produção	+ 3,0 % ao ano
População Activa	— 4,2 % ao ano
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	— 0,6 % ao ano

Apesar de todos os progressos observados e conseguidos pela agricultura das comunidades, a Política Agrícola Comum necessita de mudar e adaptar-se melhor e com mais justiça aos objectivos do Tratado de Roma. No momento presente não é possível concluir que a produção agrícola seja igualmente eficiente em todos os países membros! A análise aos

custos de produção e à «eficiência» da produção manifesta diferenças significativas entre os países membros. O conceito de modernização da agricultura apresenta-se, algumas vezes, desajustado da optimização dos recursos potenciais disponíveis, conduzindo ao uso e abuso de tecnologias que nada têm a ver com o país onde se aplicam. A entrada de Portugal envolve a utilização de fundos competindo no orçamento com a secção de garantia do FEOGA. É necessária uma remodelação na política agrícola comum e na política de subsídios. Os mecanismos do FEOGA, principalmente as quantias a dispor pela sua secção de orientação, devem ser substancialmente aumentadas. Mais desejamos que, principalmente na política de estruturas, Portugal seja capaz de, após a sua integração, interferir de uma forma positiva nas decisões, através de perspectivas próprias a adicionar às linhas de orientação impostas e, desta forma, *afirmar-se* perante os países das comunidades que em nós acreditam.

A concluir estas notas alertamos para um problema que afecta gravemente o agricultor do Mercado Comum: *o seu débito progressivo.*

A oportunidade que o agricultor tem de poupar dinheiro já passou! As consequências da inflação sempre crescente, para além do preço dos «inputs», o aumento das taxas (o dinheiro é muito caro!), o aumento da procura para grandes créditos de modo a facilitar ao agricultor e seus familiares as comodidades já alcançadas pelos não agricultores, tudo isto, juntamente com os fracos lucros (quer devido aos baixos preços praticados ou à fraca rendibilidade das explorações), significa que, no momento presente, o agricultor não pode retirar, do rendimento bruto, nada para reinvestir ou amealhar com vista à sua própria segurança. Por estas razões o agricultor assiste a um crescimento acelerado dos seus débitos e encargos!

Por outro lado, os bancos ainda exigem os mesmos padrões de credibilidade que eram normais quando o agricultor investia a maior parte das suas poupanças em outras actividades que não a agricultura. Espera-se que, para o crescimento da produção, o agricultor possa ter acesso à disponibilidade de créditos consideráveis para o investimento. Pensamos mesmo que, depois de uma euforia inicial, o agricultor se defronte com elevadas taxas de juro, aumentando cada vez mais os seus débitos (a evidente falta de formação de capital na nossa agricultura, desde o início do processo, deve ser apontada!). Se os bancos não alteram os seus padrões de credibilidade, tendo em consideração a situação presente, serão responsá-

veis pelo principal bloqueio ao crescimento e, também, pelo adiamento da «mudança» que nunca mais será realizada, na agricultura portuguesa. A agricultura portuguesa deve dar uma resposta ao desafio que se lhe faz! Mas para isso todos devem estar envolvidos nele. Em síntese, diremos o que se pensa acerca das principais orientações sobre o que deve ser feito, de modo a justificar o passo possível e desejável para que a nossa agricultura possa ser diferente e encare a sua integração na CEE:

a) Aumentar a produtividade pela intensificação, diversificação (especialização) e modernização tecnológica a serem usadas na exploração agrícola, principalmente no domínio da produção de cereais e oleaginosas;

b) Intensificar a produção de fontes forrageiras e pastagens de forma a nelas assentar a produção animal possível, por mais viável;

c) Consolidar o aumento das exportações de produtos frescos, enlatados e conservados, procurando novos mercados para os nossos produtos, nomeadamente os seguintes:

— Frutos e frutos secos;
— Vinho (estabelecendo uma política de vinho assente na defesa da qualidade);
— Produtos hortícolas;
— Flores;
— Carne de ovino;
— Produtos florestais.

d) Criar infra-estruturas nos sectores comercial e agro-industrial para fazer face à oferta sazonal e ocasional dos nossos produtos agrícolas, a qual se identifica com a natureza da nossa produção;

e) Contrariar a falta de estandardização e de qualidade dos produtos a serem comercializados e de informação sobre os mercados. Não há organização! Há capacidade fragil de armazenamento e conservação de produtos perecíveis (uma importante falha na cadeia *produção/processamento ou conservação/comercialização*!);

f) Combater a existência de um sistema híbrido de mercado, reflectindo monopólios de importação de alguns produtos agrícolas, uma forte intervenção estatal na definição de preços e um complexo sistema de subsídios, quer à produção quer a nível do consumidor.

4 — *CONCLUSÃO*

Ninguém deseja participar no processo de integração económica se as suas condições e possibilidades de vida não forem melhoradas!

Portanto PORTUGAL deve ganhar com a sua integração na CEE.

Devemos dizer: PORTUGAL, com a integração ou não, é obrigado a «mudar» o modelo económico e produtivo da sua agricultura.

A nossa integração agrícola não é uma tarefa fácil! O problema está em ajudar e estimular esta integração, forçando a «mudança».

A agricultura portuguesa responsável não quer sentir o peso do «custo social» para a sua inoperacionalidade. Não é um mal ser-se agricultor ou ter de se fazer agricultura com terra, no contexto económico nacional: *é um mal fazê-lo mal ou deficientemente por falta de dimensão, recursos e incentivos!*

É nossa convicção que a *redução do défice da Balança Agrícola de pagamentos passa fundamentalmente por se produzir mais do que se importa*; ou reduzir o que se importa, criando tecnologias alternativas para o uso daqueles produtos em que assenta, nomeadamente, a produção animal. Há que estabelecer o plano de produção que se dirija *à unidade que é a empresa agrícola* e ao *agricultor que é o empresário*, integrado na região e *esta* no País. *A participação dos agricultores, na tomada de decisões que lhes dizem respeito, só se tornará efectiva* desde que organizada. O desenvolvimento do plano só será eficiente quando incluir a participação efectiva do sector organizado da produção na tomada de decisões e na corresponsabilização em muitas das acções a desenvolver; quando considerar a definição das zonas mais apropriadas para o fomento da produção; quando utilizar técnicas susceptíveis de aumentar economicamente as produções unitárias; quando baixar automaticamente os custos de produção; quando provocar a livre iniciativa do agricultor; quando procurar uma política de qualidade do produto agrário que se reflectirá, em valor acrescentado, ao que se vende.

Há que modernizar a agricultura portuguesa, entendendo-se como tal *formar* quem a realiza, *dimensionar* as unidades que a estruturam, *produzir* com produtividade, *corresponsabilizar* os agricultores no abastecimento, *conduzir* os agricultores a disporem das máquinas de comercialização, conservação e transformação e *associar* os produtores.

A *reconversão* e o *reordenamento* agrícola do território nacional, a *obtenção de modelos de desenvolvimento horizontal e a formação permanente, diversificada e estratificada*, mas sempre integrada do agricultor português, constituirão marcos a justificar a evolução a que temos de sujeitar o sector, enquadrando-o no espaço geográfico onde somos País, um Povo e uma História. Mas não podemos esquecer que a «mudança» da agricultura portuguesa depende muito da evolução dos outros sectores económicos.

O estabelecimento da produtividade, como fim a perseguir, será a base do apoio ao desenvolvimento calculado e organizado da nossa agricultura, procurando, através de políticas transparentes de crédito diversificado e de preços aos produtos, identificar os «custos sociais» que estamos decididos a empregar para obter os benefícios que se pretendem atingir com uma agricultura que desejamos ver diferente. Os esforços financeiros dirigidos ao que vamos «suportar» na agricultura devem reflectir, claramente, o que vamos mudar ou corrigir, para que possamos ter a *agricultura, competitiva e empresarial, dirigida a mercados abertos.*

A agricultura portuguesa revela uma necessidade de evolução muito mais aberta ao investimento, constituindo assim uma agricultura mais adequada às nossas disponibilidades. *Há que não ter pressa em a fazer, mas pressa em a começar a fazer. Começar hoje já é tarde!*

Apolinário Vaz Portugal

TRANSPORTE

Vilar Queiroz

TRANSPORTE (*)

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO
2. TRANSPORTE RODOVIÁRIO
3. TRANSPORTE FERROVIÁRIO
4. TRANSPORTE MARÍTIMO E PORTOS
5. TRANSPORTE AÉREO
6. TRANSPORTE URBANO
7. SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO NOS TRANSPORTES

(*) Intervenção do engenheiro Vilar Queiroz, em 29 de Março de 1983, no Instituto da Defesa Nacional.

1. *INTRODUÇÃO*

O sector Transportes tem na economia portuguesa um peso próprio significativo e, para além disso, uma influência importante na actividade de outros sectores como, por exemplo, as indústrias transformadoras e o comércio externo.

Este posicionamento é bem evidenciado pelo seguinte quadro de indicadores referentes às empresas públicas do sector Transportes:

	1977	*1978*	*1979*	*1980*	*1981*
Passageiros transportados (10^6)	1 107	1 198	1 328	1 431	1 498
Mercadorias transportadas (10^3 toneladas) modos ferroviário e marítimo	17 021	20 061	24 119	25 213	
Volume de emprego (10^3)	73,3	75,3	74,7	75	74,5
VAB p. c. (10^6 contos)	21,6	25	30,4	31,8	38,8
Investimento (10^3 contos)	5 625	6 721	9 662	9 977	15 271

FONTE: Departamento Central de Planeamento do MFP.

Justifica-se, portanto, uma atenção permanente à problemática do sector, desdobrada na análise cuidada dos seus problemas sectoriais e de coordenação, no planeamento rigoroso e na adopção em tempo oportuno das medidas apropriadas.

2. *TRANSPORTE RODOVIÁRIO*

É o modo predominante na satisfação das necessidades de transporte interno, no continente, quer de passageiros, quer de mercadorias.

Não existem estatísticas exactas quanto à totalidade do transporte rodoviário, mas estimativas recentes atribuem-lhe 84 % do número de passageiros-quilómetro e 92 % do número de toneladas-quilómetro.

Este volume de tráfego é assegurado por uma frota de veículos que as estatísticas publicadas estimam acima do milhão e meio de unidades; considera-se, porém, que esse número inclui uma proporção significativa de veículos degradados e raramente utilizados.

Assim, nos estudos que conduziram à elaboração do Plano Nacional de Transportes estimou-se que a frota operacional era, em 1979, de apenas 1,15 milhões de unidades, dando uma taxa de motorização de 120 veículos por milhar de habitantes, valor que colocava Portugal ao nível da Jugoslávia (120) e da Grécia (130) e bastante atrás da Espanha (220).

Para o escoamento do tráfego rodoviário dispõe o País de cerca de 50 000 quilómetros de estradas, dos quais 20 360 quilómetros constituem a rede primária (estradas nacionais) a cargo da Junta Autónoma das Estradas, com exclusão, porém, das auto-estradas, cuja construção e explora ção está concedida a uma empresa mista.

A maioria das nossas estradas não tem dimensões e perfis adequados às imposições do transporte actual, decorrentes dos volumes de tráfego, das velocidades das viaturas e das dimensões e peso dos camiões. A maior parte das estradas (da ordem de 90 %) são estreitas, sinuosas, mal drena das, com bermas insuficientes e revestidas com uma fina camada betuminosa, rapidamente deteriorável, o que conduz a uma circulação congestionada, a rendimento de transporte muito baixo pelos padrões actuais e, ainda, a um nível de acidentes na estrada que é dos mais altos da Europa — três vezes mais elevado, proporcionalmente à quantidade de tráfego, do que na França, Alemanha Federal ou Itália.

Os índices de utilização dos veículos são, entre nós, bastante inferiores aos valores médios na CEE.

Valores calculados em 1979 indicavam a seguinte situação em termos de quilometragem anual média:

	Portugal	*CEE*
Automóveis	12 000	15 000
Ligeiros de mercadorias	23 600	45 000
Pesados	31 000	60 000

Por outro lado, os coeficientes de ocupação no transporte de merca dorias, medidos em termos de relação carga/capacidade, são geralmente altos. Um inquérito conduzido em 1979 pela DGTT indicou valores de

ocupação média entre 64 % e 112 % da capacidade para diversos tipos de mercadorias, revelando ainda ser corrente a prática da sobrecarga, com o consequente desgaste de veículos e estradas.

A frota de camionagem de carga em Portugal tem uma percentagem muito alta (cerca de 90 %) de veículos por conta própria, sem as preocupações e incentivos de rendibilidade a que está sujeita a camionagem de aluguer. Assim, não surpreende que os seus índices de utilização sejam 25 % mais baixos e os seus coeficientes de ocupação 33 % inferiores, quando comparados com os respectivos valores nas empresas de transporte.

Este conjunto de dados, sumariamente passado em revista, aponta claramente para uma situação economicamente pouco satisfatória na exploração do transporte rodoviário de mercadorias. Aliás, um estudo recente do Banco Mundial sobre os transportes em Portugal conclui que um aumento do nível de utilização para os valores conseguidos em muitos outros países poderia reduzir os custos económicos de forma substancial, podendo essa redução ir até aos 9 milhões de contos por ano.

O transporte interurbano de passageiros é assegurado pela Rodoviária Nacional, por uma associação de empresas privadas que opera no Norte do País e por um certo número de operadores privados de pequena dimensão. Existem ainda serviços de autocarros de aluguer destinados a assegurar necessidades ocasionais, mas que, por deficiências de regulamentação ou de controlo, chegam a efectuar verdadeiros serviços regulares em competição com os outros operadores e com o caminho de ferro.

Os percursos médios são curtos, da ordem dos 30 quilómetros, e a taxa de ocupação tem-se mantido inferior a 50 %. Acresce ainda o facto de as tarifas serem fixadas no quadro da política governamental de uma forma rígida e mantidas abaixo dos custos operacionais, com a contrapartida de subsídios de compensação normalmente insuficientes e irregulares.

3. *TRANSPORTE FERROVIÁRIO*

Os Caminhos de Ferro Portugueses (CP), empresa pública que integrou a partir de 1977 as duas sociedades existentes no sector, detêm o exclusivo do transporte ferroviário no País.

A CP é basicamente um transportador de passageiros que representam 75 % das suas receitas de Tráfego. Dentro desta categoria de actividade, a parte essencial corresponde ao transporte suburbano na região de Lisboa: cerca de 60 milhões de passageiros por ano em cada uma das linhas de Sintra e de Cascais, ao passo que o eixo interurbano mais procurado (corredor Lisboa-Porto) se queda nos 6 milhões.

O volume do tráfego de passageiros na CP evoluiu ao longo da década de 70 com um crescimento anual médio da ordem dos 4 %, situando-se em 1979 nos 210,7 milhões de passageiros, dos quais 87,8 % nas linhas suburbanas.

O tráfego de carga na CP é essencialmente de mercadorias a granel, sobretudo adubos, minérios, cimento, cereais e artigos manufacturados. Petróleo e seus derivados não circulam pela via férrea, dado que as refinarias foram implantadas próximo de portos e dos centros de consumo mais importantes.

A densidade do tráfego ferroviário de mercadorias é bastante baixa: da ordem de 250 000 toneladas-quilómetro por quilómetro de via. Até 1974 este tráfego vinha crescendo cerca de 4,5 % por ano, em 1975 registou uma quebra de 18 % e no período seguinte, 1976-1979, uma subida ligeira, situando-se neste último ano num total de 872 milhões de toneladas-quilómetro, dos quais 93 % correspondentes a movimento em sistema de vagão completo. O percurso médio nesta categoria de transporte situa-se à volta dos 250 quilómetros.

O mercado do transporte de mercadorias é caracterizado por uma forte concorrência entre modos e pela existência de uma legislação complexa destinada, em princípio, a garantir iguais condições de partida num mercado concorrencial. A prática tem mostrado que essa situação se encontra distorcida, com prejuízo do modo ferroviário que tem vindo a diminuir a sua percentagem no movimento total de mercadorias, ficando muito aquém das suas potencialidades.

A infra-estrutura ferroviária consiste em 3609 quilómetros de rede, dos quais cerca de 20 % são de via estreita. A electrificação está ainda muito atrasada, cobrindo essencialmente o corredor Lisboa-Porto, de via dupla, e as linhas suburbanas de Lisboa. Isto faz com que predomine a tracção *diesel* (65 % das locomotivas e automotoras em 1981), de custo elevado por via dos aumentos sucessivos do petróleo.

Como material de transporte, dispunha a CP em 1980 de 504 carruagens com uma capacidade global de cerca de 102 000 lugares e de 5705 vagões e 139 furgões com uma capacidade de cerca de 140 000 toneladas.

Quanto à idade do material o panorama é pouco animador. Se por um lado a maior parte do material de tracção tem menos de 20 anos, 40 % das carruagens tinham mais de 30 anos e 50 % dos vagões tinham mais de 40 anos, no final da última década.

Comparada com níveis europeus, a CP apresenta baixa produtividade, elevada rotação do material e baixos coeficientes de ocupação na carga. Para esta situação contribuem fortemente as obrigações de serviço público impostas à empresa:

— Exploração de linhas e estações com baixa densidade de tráfego;
— Tarifas abaixo do custo real;
— Bonificação a diversas categorias de passageiros e mercadorias.

A recente saída do Decreto-Lei n.º 63/83 permite esperar que se entre decididamente no caminho do equilíbrio operacional e financeiro da CP, aproveitando, segundo critérios económicos, as reais potencialidades do transporte ferroviário. Embora o diploma seja exageradamente optimista ao pretender obter em 90 dias um conjunto de medidas conducentes à melhoria e saneamento de todos os aspectos da exploração, após anos de acumulação inerte de anomalias e prejuízos, fica sem dúvida dado um passo importante no caminho certo.

4. *TRANSPORTE MARÍTIMO E PORTOS*

O transporte marítimo está orientado essencialmente para as rotas internacionais e para as ligações com os Açores e a Madeira e que são vitais para estas regiões insulares.

Os principais produtos movimentados por este modo de transporte, no sentido da importação, são o petróleo bruto e os cereais, que representam só por si cerca de 60 %, seguidos por géneros alimentares e metais.

Em 1979, os portos nacionais do continente movimentaram 35,3 milhões de toneladas com a seguinte distribuição:

	Total	*Petróleo e derivados*
Lisboa	13,8	5,9
Douro e Leixões	7,3	3,1
Sines	11,6	11,6
Setúbal	1,7	0,4
Outros	0,9	—

Os movimentos de descarga predominam com 24,6 milhões de toneladas (70 %).

A estes valores haverá que acrescentar os movimentos nos portos dos Açores e Madeira, estimados para esse ano em 1,2 milhões de toneladas.

A problemática dos portos em Portugal situa-se fundamentalmente na coordenação económica e na racionalização dos investimentos.

As principais questões que requerem estudo ponderado e decisões adequadas são as seguintes:

a) Porto de Leixões

A sua expansão dentro do actual molhe está a chegar ao limite e vai tornar-se necessário um local alternativo para servir a zona norte a partir, provavelmente, da década de 90.

b) Zona Sul

A expansão do porto de Lisboa para fazer face às necessidades previsíveis até à década de 90 ainda é possível e desejável, pelo aproveitamento da margem Sul do estuário que parece ter grande potencial a custos comparativamente modestos. Estão planeados três novos cais de contentores para entrada em serviço posteriormente a 1985.

A vocação económica do porto de Sines continua por estabelecer em definitivo e depende de decisões a tomar noutras áreas, designadamente no âmbito dos planos Energético e Mineiro.

A coordenação dos portos de Lisboa, Setúbal e Sines, que se encontram num raio de 50 milhas, está e mestudo com vista

à racionalização das suas operações e o plano director que vier a ser fixado permitirá definir o desenvolvimento adequado e os investimentos específicos a fazer.

c) Portos Secundários

Há que ponderar muito bem a oportunidade e a rendibilidade dos investimentos. Com efeito, estes portos têm reduzido volume de tráfego e as necessidades das zonas norte e sul encontram-se razoavelmente asseguradas para os próximos anos. Realizar investimentos significativos, como os que se estão a fazer em Aveiro e Viana do Castelo, desinseridos de um plano coordenador, pode revelar-se erro económico pesado.

d) Portos das ilhas

Aqui é já por demais evidente a necessidade — e o atraso — de introdução de melhoramentos substanciais que conduzam à meta de dispor de um porto adequado em cada ilha, convenientemente apetrechado para conduzir a custos de exploração do transporte marítimo razoáveis.

É o Estado que detém a maior parte da frota mercante portuguesa, distribuída por três empresas: CNN, CTM e SOPONATA. As duas primeiras fornecem serviço de carga geral e a terceira especializou-se no transporte de petróleo.

A frota de carga geral é antiquada, ao passo que a frota de petroleiros é nova e com capacidade excedentária.

A produtividade dos navios mercantes portugueses é francamente baixa. Para isso concorrem — e vêm sendo apontados — vários factores que persistem:

— Idade dos navios;
— Manutenção inadequada;
— Desadequação entre tipos de navio e rotas e cargas que servem;
— Larga dependência do equipamento de terra para movimentação de cargas;
— Excesso de pessoal;
— Baixa permanência no mar (cerca de 30 % dos dias).

A frota mercante das três empresas transportava no final da última década cerca de 21 milhões de toneladas, conforme assinalam os números relativos a 1979:

SOPONATA	16,1
CNN	4
CTM	0,6

A tonelagem transportada tem vindo a crescer regulamente desde 1977, apesar das deficiências apontadas e da competitividade do mercado sectorial, o que permite indicar que são razoáveis as possibilidades de expansão, tanto mais que é ainda muito fraca, e tem vindo a decrescer, a percentagem do nosso comércio externo transportada pelos pavilhões nacionais (da ordem de 7 % em 1979).

É seguramente um sector onde se justifica investir, não só porque os mercados existem, mas também pela repercussão benéfica sobre a balança de transportes e a revitalização da indústria de construção naval.

5 *TRANSPORTE AÉREO*

O transporte aéreo português é orientado para o tráfego internacional realizado em situação de exclusivo por uma empresa pública, a TAP, de capital totalmente estatal.

O transporte aéreo continente-ilhas é, no entanto, relevante e sobretudo importante para atenuar os efeitos da insularidade no desenvolvimento da Madeira e dos Açores.

O transporte aéreo interior, quer no continente, quer em cada um dos arquipélagos, tem pouco significado. Essa situação é atribuída à incapacidade das infra-estruturas da rede regional, que não foi ainda possível remover e que, para além de condicionar a capacidade oferecida, não permite sequer garantir a regularidade necessária.

O tráfego de passageiros, que registara altas taxas de crescimento no período de 1970-1973 por força das carreiras para as antigas colónias, tem vindo a recuperar lentamente a partir de 1977, aproximando-se actualmente dos 2 milhões por ano nas carreiras regulares da TAP.

A sua decomposição para o ano de 1981 era a seguinte:

Europa	39,4 %
Ilhas	26,8 %
Continente	13,6 %
Atlântico Norte	7,6 %
África	7,0 %
Atlântico Central e Sul	5,6 %

A taxa de ocupação média era de 64 %, mas variando entre 48 % nas carreiras do continente e 76 % nas carreiras para as ilhas.

O transporte de carga e correio mostra igualmente um crescimento lento no período de 1976-1979, declinando todavia nos anos subsequentes e situando-se em 1981 nas 35 400 toneladas, quanto às carreiras da TAP.

Para o transporte aéreo, Portugal dispõe de 5 aeroportos internacionais: Lisboa, Porto, Faro, Funchal e Santa Maria, situando-se os dois últimos na Madeira e nos Açores, respectivamente. Nos estudos já realizados considera-se necessário aumentar as pistas de Faro e Funchal, expandir os caminhos de circulação e edifícios aeroportuários de Lisboa e Porto e melhorar todo o sistema de controlo do tráfego aéreo. A gestão deste sector está desde 1978 confiada a uma empresa pública especializada — a ANA.

Os principais problemas do transporte aéreo em Portugal situam-se ao nível da modernização das infra-estruturas e ao nível do equilíbrio financeiro da companhia nacional, que depende por sua vez da renovação da frota já em curso, da melhoria da produtividade, do descongelamento de receitas retidas no exterior, de uma correcta política de dotação de capital e de um plano adequado de exploração de actividades subsidiárias.

6. *TRANSPORTE URBANO*

O transporte urbano e suburbano, ligado às grandes cidades, tem registado nos últimos anos um rápido aumento da procura e esta tendência vai certamente desenvolver-se, pois que habitar nos subúrbios e trabalhar na cidade é cada vez mais a única solução praticável para grande parte da população activa.

Esta pressão da procura leva, em escala crescente, a problemas de conjugação e coordenação modais que requerem um esforço de planeamento cuidado e decisões oportunas, não só no domínio dos transportes, mas também da urbanização, da organização do trabalho, da utilização do espaço viário e da política de investimentos. Adiar o reconhecimento dos problemas e a intervenção apropriada significa sempre, nesta matéria, avançar para situações de mais difícil, ou até impossível, solução.

Em Portugal esta problemática põe-se principalmente em relação a Lisboa, cuja área metropolitana, incluindo os subúrbios da margem sul do Tejo, já ultrapassa uma população de 2,5 milhões, prevendo-se que atinja os três milhões em 1985.

O movimento anual de passageiros transportados no interior desta área não é conhecido com rigor, por falta de estatísticas fidedignas relativas aos segmentos suburbanos dos modos rodoviário e ferroviário, mas estima-se que é já superior a 800 milhões, o que representa seguramente mais de metade do total dos transportes interiores terrestres de passageiros.

Este fluxo global é assegurado essencialmente pelas seguintes empresas públicas:

Rodoviárias:

Carris e Rodoviária Nacional.

Ferroviárias:

CP e Metro.

Fluviais:

Transtejo.

A intervenção de três modos de transporte e de cinco importantes empresas, a par da dimensão geográfica, populacional e económica da área servida, evidencia por si só a amplitude e complexidade dos problemas de planeamento que se põem aos poderes públicos — Governo e autar quias.

Esses problemas encontram-se analisados no Estudo de Transportes da Região de Lisboa, concluído em 1981, cujo programa de acção, carac-

terizado como «plataforma indispensável a uma política comum de transportes da região e articuladora das diversas acções a desenvolver aos vários níveis», não tem vindo infelizmente a poder realizar-se com o vigor que se sente necessário.

Nesta vasta problemática entroncam ainda os factores de ordem social que são, simultaneamente, exigências e condicionantes da vida e da actividade de uma tão importante massa populacional, e que se traduzem nos aspectos de mobilidade, segurança, comodidade e custo, os quais é preciso assegurar a níveis aceitáveis.

Daqui resultam as obrigações de serviço público impostas aos operadores, que se traduzem sobretudo na prática de tarifas abaixo dos custos reais. Estas obrigações têm como contrapartida as indemnizações compensatórias e as participações no investimento.

Simplesmente, umas e outras só excepcionalmente são atribuídas nos montantes correctos e a tempo e horas. A situação corrente tem sido a imposição governamental de reduções ou supressões com base em critérios de austeridade orçamental ou mesmo até de juízos subjectivos.

No caso da Carris, por exemplo, só uma vez (em 1981) o Governo satisfez integralmente o montante da indemnização compensatória que resulta da aplicação da fórmula contida no respectivo acordo de saneamento económico e financeiro.

Quanto às participações no investimento elas têm-se apresentado irregulares e insuficientes para as necessidades acumuladas perante frotas envelhecidas e procura rapidamente crescente. Daqui resulta um peso crescente das despesas financeiras nos encargos das empresas, o que conduz normalmente a défices anuais. O problema da renovação e ampliação do material é ainda agravado pela conjuntura inflacionista que faz com que as amortizações realizadas com base nos custos históricos de aquisição não sejam suficientes para a substituição do material envelhecido. Só um exemplo: um autocarro, normalmente amortizado em 10 anos, simplesmente triplicou de custo entre 1977 e 1981.

Vilar Queiroz
Engenheiro

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO

— UMA PERSPECTIVA DA SUA EVOLUÇÃO —

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO

— UMA PERSPECTIVA DA SUA EVOLUÇÃO — (*)

O termo GEOPOLÍTICA é, pela primeira vez, conceptualizado em 1916 pelo sueco RUDOLF KJELLEN, Professor nas Universidades de Gutemburgo e Upsala, como «o estudo dinâmico do Estado, como organismo, num meio geográfico».

Pesem embora as posições antagónicas, representadas pelas correntes «deterministas» e «possibilistas» na teorização do «Poder Nacional» ou a divergência de conclusões sobre o significado da consideração da unidade estratégica do espaço, organizado com base num único ambiente de circulação (da unidade, portanto, das Terras ou dos Mares ou do Ar, como canais de movimento), o conteúdo da Geopolítica não se afastou muito daquele conceito até ao final da II Grande Guerra.

Isto é, em função do conhecimento científico e tecnológico e do quadro dos sistemas de relações internacionais, existentes ou possíveis, num determinado momento histórico, a geopolítica consistiu no equacionamento do espaço geográfico, perspectivado na formação e desenvolvimento do poder dos Estados e da expressão desse poder, isto em ambiente de oposição violenta de interesses.

Sendo meu propósito criar condições para levantar a dúvida sobre o actual significado da análise geopolítica e geoestratégica, é oportuno propor, desde já, algumas interrogações, como ponto de partida para o acompanhamento do processo de formação e desenvolvimento do pensamento geopolítico. Assim:

— Na sua acepção clássica, a Geopolítica e a Geoestratégia constituirão, hoje, «ramos moribundos» do conhecimento, cujo declínio acompanhou o desaparecimento dos «Impérios»?

(*) Exposição feita no Instituto da Defesa Nacional, ao Curso de Defesa Nacional de 1982/83.

— Ou (ainda segundo o seu conceito clássico) se manterão a sua actualidade, pela permanência da «dinâmica imperial», materializada num conflito de vontades (desenvolvido através de confrontos ideológicos, económicos e militares), ao qual o fenómeno tecnológico imprime uma tipologia específica?

— Ou então se, noutro sentido, não terá surgido um novo quadro ambiente, limitativo do desenvolvimento clássico da Política e da Estratégia, no qual, para a interpretação da realidade se torna cada vez mais imprescindível uma permanente atitude de análise de sistemas, assente na operação de modelos concebidos e construídos numa base geográfica?
Neste caso, portanto, a Geopolítica e a Geoestratégia seriam, hoje, mais do que nunca velada e subtilmente utilizadas, seja a nível regional, no âmbito do confronto por Estratégia Indirecta, ou então a nível global, no esforço da manutenção de uma correlação de forças políticas e estratégicas, cuja resultante mantenha a «Paz Nuclear».

De facto, num Mundo em mutação rápida, intensa e constante, no qual o «sentido do espaço» tende a adquirir um significado diferente, mais adaptado a um sentido universalista do comportamento humano, à consciência da escassez, à actual globalização dos fenómenos no Mundo e à interacção sistémica das relações internacionais (às quais a emergência de novos pólos de poder impõe uma dinâmica diferente), parece normal a formulação de interrogações do tipo das que acabei de formular.

Será, pois, para criar o ambiente propício à crítica sobre todo um conhecimento acumulado que procurarei transmitir uma sintética perspectiva de uma evolução, na qual o Homem, à medida que foi dispondo de uma informação mais completa, a utilizou na interpretação do seu ambiente temporal, num esforço de compreensão do seu comportamento e de racionalização das suas atitudes, em função do meio geográfico em que se inseria e se movimentava portanto.

Até à primeira metade do século XX, a teorização geopolítica surge, assim, do processo de integração do conhecimento geográfico e do pensamento político, podendo como tal ser abordada em duas fases (1):

— Uma primeira que, desenvolvendo-se da Antiguidade Clássica aos primórdios da Idade Contemporânea, não ultrapassa o Campo do Estudo das «relações ambientais». Nela se podem procurar, através do diálogo com os «precursores», as raízes do pensamento geopolítico (2).

— Uma segunda fase, correspondente à emergência de perspectivas geopolíticas restritas e globais, segundo as quais são teorizados, respectivamente, o «poder nacional» e o «poder mundial».

Um sintético apontamento sobre a primeira fase considerada é importante para referir a influência que o pensamento grego exerceu sobre a formação de toda uma percepção europeia do Mundo.

Os historiadores e filósofos gregos (3) utilizaram esquemas climáticos gerais como base para a divisão do Mundo conhecido, olhado do único pólo de poder concebido — o espaço helénico —, perspectiva esta só alterada no século V a. C., quando PLATÃO e ARISTÓTELES aceitam a existência de mais do que um pólo de poder. É o equacionamento da «posição geográfica» que conduz estes pensadores a adoptarem, respectivamente, a defesa da «epirocracia» e da «talassocracia», o fundamento teórico, portanto, da oposição entre as expressões terrestres e marítimas do Poder.

O pensamento grego lega-nos uma preocupação de concluir sobre a influência do meio físico, do clima e da conjugação destes elementos, sobre o Homem, a Sociedade Política e sobre a expressão do seu poder. Porém, das conclusões que retiram acerca das relações entre o território e as populações, das vantagens e inconvenientes da «posição» e das estruturas sociais e políticas existentes, verifica-se que foram movidos mais pela necessidade de se conhecerem a si próprios do que por qualquer sentido de natureza prospectiva. Assim, com excepção de ESTRABÃO que,

(1) Figura 1.

(2) Esta fase é decomponível em três ciclos: da Grécia Antiga ao final da Idade Média, do Renascimento aos primórdios do século XVIII, e deste ao final da primeira metade do século XIX.

(3) Figura 2.

no século I a. C., alude à supremacia política de Roma, a qual atribui à «posição central» que ocupava na Península Itálica, jamais se referiram, em antecipação, a quaisquer dos fenómenos que tão profundamente marcaram a Antiguidade Clássica.

A contribuição romana, neste domínio, pode resumir-se à construção de esquemas funcionais de interpretação do Império. Surgem, assim, concepções como a de PLÍNIO «O VELHO» (século I a. C.) em que refere os «anéis do império» — um «exterior», assente na circulação terrestre, e outro «interior», correspondente ao Mediterrâneo, cujo completo controlo proporcionou a Roma um pólo interior de base marítima.

Findo o iato conceptual que, neste domínio, a Idade Média representou, assiste-se a um ressurgimento da riqueza espiritual e cultural de tradição grega — É o Renascimento e com ele uma mais consistente visão interpretativa do Mundo. As descobertas marítimas, enfim Portugal dos séculos XV e XVI, viabilizam o alargamento do espaço acessível ao Homem europeu, constituindo a condição de possibilidades para o contacto entre culturas diversas e para a tomada de consciência da importância do conhecimento da diversidade do espaço. Ponto de partida, pois, para a expansão da Europa e para o alargamento das relações comerciais, a epopeia marítima portuguesa traduziu-se no reavivar das especulações acerca das relações entre o Homem e a Natureza e entre o meio geográfico e a política.

Porém, para além de alguns conceitos, como o hemisférico, centrado no Atlântico, os pensadores não sistematizam, ainda, os seus raciocínios, com base em factores geográficos, pesem embora os contributos de MAQUIAVEL e de BODIN (século XVI) (4). Este último foi, aliás, o primeiro tratadista a estabelecer as diferenças entre os lugares, com base nos diversos elementos de natureza geográfica.

Será, pois, somente a partir do século XVI que a Política passará a dispor de concepções espaciais mais precisas, manifestando-se o desenvolvimento científico da Geografia como uma função imprescindível à construção do Poder dos estados. Surgem conceitos como os de «Fronteiras Naturais» que RICHELIEU (1585-1642) (5) traduz em prática política, e com o Tratado de WESTEFÁLIA (1648) são aceites, na Europa,

(4) Figura 2.
(5) Figura 2.

princípios de demarcação dos Estados, com o que o «território» passa, definitivamente, a entrar no jogo político. Paralelamente, o desenvolvimento das grandes empresas de colonização faz com que o comércio se afirme como factor fundamental das relações internacionais, o que avultará a consciência da importância da circulação.

Uma tal dinâmica vem a traduzir-se, no século XVIII, por um mais íntimo relacionamento entre a Geografia, a Política e a Estratégia, orientado, então, para a racionalização dos sistemas políticos, do comércio e da economia, e tendo por objecto a afirmação do Estado. É o período histórico em que, ao conhecimento das condições físicas e biológicas dos lugares, vem juntar-se a observação dos modos de vida, dos regimes e dos costumes — a Europa revê-se em si própria e tudo se conjuga na afirmação das raças setentrionais do Globo.

No início do século aparecem em França obras que podem já ser consideradas como um primeiro ensaio da Geografia Política e da Geografia Económica. Entre elas cita-se a do Marechal VAUBAN (6), onde é procurada a concretização das relações nascentes entre a Geografia, a Política e a Estratégia. Nela, o seu autor faz ressaltar a importância da base facultada pela Geografia Física e Humana na criação do Poder, logo na consecução dos fins do Estado. MONTESQUIEU (7), por seu turno, deixa reflectir a preocupação então atribuída à diversidade do espaço e a toda a complexidade de relações que a podem determinar, numa procura da influência dos factores geográficos sobre o Homem e sobre os Sistemas Políticos.

Com o cair do século XVIII era já constatável uma tendência no sentido de um determinismo geográfico, indutor da explicação do comportamento dos povos e da sua política, através do estabelecimento de relações com os dados da História Natural.

Em França, o economista TURGOT (1727-1791) «incita os espíritos a aplicar as leis naturais às relações entre a Geografia e a Política».

É o século XIX, espaço charneira do pensamento geopolítico, que nos encontra na História Natural, maravilhado perante a diversidade revelada pela Geografia Física e Humana, adopta, na sequência de toda uma ati-

(6) Figura 2.
(7) Figura 2.

tude racionalista, posições interpretativas enquadradas por correntes de pensamento positivistas e idealistas.

É o século XIX, espaço charneira do pensamento geopolítico, que nos surge com toda uma pujança, alicerçada no ideário da Revolução Francesa, alimentada por adversidades de consequências profundas (como as guerras político-religiosas europeias, do século anterior) e capacitada, também, pela evolução científico-tecnológica materializada na Revolução Industrial — momento, pois, do científico, dos ideais revolucionários (bem expressos, aliás, nas independências no continente Americano), do culto pelo povo e pela natureza.

Neste ambiente, o vasto espaço centro-europeu, teatro de confronto entre os impérios continentais que o poder marítimo inglês alimentava, procura, através de sentimentos próprios, a sua identidade no sistema de relações europeu.

É neste quadro que se destacam, na Alemanha, pensadores como (8):

HERDER (1744-1803), que afirma a História como determinada pelo «Solo» e pelo «Homem» e que desenvolve a teoria do «Estado Natural, ente superior a todas as construções humanas»;

HUMBOLDT (1769-1859), fundador da moderna Geografia que estabelece conceitos sobre a unidade da natureza e sobre as relações recíprocas entre o Homem e o Estado, e entre estes e o ambiente natural;

RITTER (1779-1859) que, com base no evolucionismo de DARWIN, estabelece relações entre o «ambiente», o «Homem», as «Culturas» e as «Civilizações», concluindo por um sistema hierarquizado de divisões regionais do Globo e pela transferência da liderança do Mundo da Europa para a América; a propósito desta concepção refiro GUYOT que, mais tarde (em 1894), a virá a desenvolver e completar, apresentando o Mundo constituído por três mundos duplos, formados por associações de continentes com a liderança nos continentes do Norte, lançando, assim, as bases para a divisão do Mundo em zonas meridiânicas de influência (9).

---

(8) Figura 2.

(9) Neste autor, emerge a noção de sobrevivência de uma cultura ligada à expansão pela conquista de espaço e o conceito de unidade dos mares — «o Oceano como grande via do Mundo».

É, portanto, o momento em que o pensamento europeu admite as possibilidades conferidas pelos grandes espaços transoceânicos e olha a América do Norte como potencial fonte emanadora de Poder e, ainda, os oceanos como a grande artéria do Mundo, meio onde fluem e refluem as manifestações de Poder.

O Homem, consciente do grau de conhecimento alcançado acerca do ambiente natural e da sua inter-relação com a sociedade política, procura, agora, um sentido utilitário, num esforço de teorização e de optimização do «Poder Nacional».

Entramos, pois, no que designei por Segunda Fase do conhecimento Geopolítico ([10]).

No país de KANT, FICHTE, HEGEL e SCHOPENHAUER, bem como de HUMBOLDT e RITTER, não é de estranhar que o forte esteio no pensamento filosófico e nas Ciências Naturais conduzisse FRIEDERICH RATZEL (1840-1904) (que foi o criador da moderna Geografia Política ([11]) à teorização do comportamento humano, como uma expressão da associação do «Homem» em potências políticas, isto em função do meio físico que designou por «Solo». O «Estado» ressalta assim, neste autor, como uma «comunidade humana e um pedaço de solo» que apresenta dois elementos preponderantes: o «espaço» e a «posição. A partir destes pressupostos o autor constrói a sua interpretação: o «Homem», principal componente do Estado, actua sobre o «espaço» (que constitui uma posição de partida, cuja singularidade lhe é conferida pela «posição»), organizando-o segundo o que designou por «sentido do espaço». O desenvolvimento da sua teoria condu-lo ao estabelecimento de «Leis do crescimento territorial do Estado», onde as «Fronteiras» surgem como o «órgão» periférico do Estado representativo da sua vitalidade e dinamismo no alcançar do «espaço vital» necessário à formação e desenvolvimento de um ser político, forte e respeitado ([12]). Daqui a noção de «selecção natural», aplicável aos Estados (considerados como entes orgânicos) que, no autor, mais parece constituir um recurso à imagem de existência biológica, tão em voga na época.

([10]) Figura 1.
([11]) Figura 2.
([12]) No autor surge uma clara correspondência entre «poder mundial» e a inevitabilidade de uma presença intervencionista nas áreas de conflito ou de crise.

RATZEL, embora reconheça o Mar como «elemento unificador da cultura humana», logo como fonte de poder, pronuncia-se pela superioridade das condições oferecidas pelos grandes espaços continentais, portanto pela preponderância da expressão terrestre do poder.

Como seu grande continuador ([13]) cito o sueco RUDOLF KJELLEN (1864-1922), autor também inspirado nos filósofos alemães do século XIX, particularmente na noção de «nação individualidade» de HEGEL. Criador do termo Geopolítica, estabeleceu o relacionamento directo entre o Estado, «ser vital supraindividual», e o ambiente natural.

No processo de evolução do Estado considerou:

Três factores endógenos — o Povo, a Estrutura e o Governo, cujos estudos designou, respectivamente, por Demopolítica, Sociopolítica e Craptopolítica.

E dois factores exógenos — o Património, cujo estudo designou por Ecopolítica e o Território, ao estudo do qual atribuiu a designação de Geopolítica.

Ao imprimir um sentido organicista à noção de Estado de RATZEL destrinça, naturalmente, a Geografia Política da Geopolítica ([14]).

Pese embora o facto de ter reconhecido a «Sociedade das Nações» como um embrião de uma tendência para o «Estado Universal» e o papel harmonizador das pequenas potências nesse processo de universalização, admitiu uma hierarquia entre os Estados, na qual as Grandes Potências constituíam uma casta superior como privilégios indefinidos, o que justificava a variabilidade das suas fronteiras num sentido expansionista que o seu «espaço vital» exigia ([15]) — a este propósito, sublinha a particular apetência da raça germânica para impor os seus direitos naturais.

Em contraste com as teorias «deterministas» (cujo conteúdo se aflorou), os pensadores franceses do final do século XIX, princípio do século XX, naturalmente alicerçados no «positivismo» de LAMARK e de

([13]) Figura 2.

([14]) Geografia Política — estudo da dinâmica do Estado, como organismo num meio geográfico.

Geopolítica — estudo da Terra, enquanto morada dos povoadores humanos, nas suas relações com as demais propriedades da Terra.

([15]) A História Política, particularmente a da Idade Moderna e Contemporânea, é, para o autor, a história das grandes potências.

AUGUST COMPTE, consideram o Estado como «uma unidade nacional e cultural, cujas actividades resultam da consciência colectiva dos cidadãos». Coerentemente, admitem o ambiente físico como apresentando ao livre arbítrio do Homem um certo número de possibilidades materializáveis no «fundamento da existência nacional», entendível, pois, como uma resultante de forças morais e espirituais.

LA BLACHE (1813-1918), fundador da Escola Possibilista francesa [16], utiliza num todo complexo as componentes física, humana, económica e política da Geografia para conceber o Estado como «um agrupamento de regionalismos geográficos justapostos por um interesse político comum», donde a actividade humana se sobrepõe aos simples condicionalismos naturais que mais não são, para o autor, do que uma condição de possibilidade. Neste sentido, introduz na aálise geopolítica o «tempo» e, portanto, a «História».

No desenvolvimento da sua teoria considera que, no muito fluido relacionamento entre a Geografia, a História e os Estados, o elemento mais estável seria o que designou por «princípios de civilização» orientadores da escolha sobre as opções proporcionadas pela natureza. Nesta perspectiva faz intervir factores de evolução, com particular relevo para a «circulação», chegando a uma divisão cultural do Mundo em «Zonas de civilização» [17].

Entre os seus mais imediatos continuadores cito JEAN BRUGNES [18], autor que, em certa medida, procurou a síntese entre o possibilismo e o determinismo. Este autor, na caracterização do Estado, para além da consideração do «Homem» e do «Solo», introduziu um novo elemento: a «Água».

Na sua interpretação surge ainda a noção de «fronteira de segurança» (no sentido de «rayonner au loin»), noção esta decorrente da consideração da «fronteira», para além do «espaço» e de «posição», como imperativo geográfico de um conjunto político.

Abordadas que foram as «perspectivas restritas», objectivadas na teorização do «Poder Nacional», é chegada a oportunidade de apresentar

---

[16] Figura 2.

[17] Nega, assim, o determinismo racionalista de RATZEL, baseado nos impulsos biológicos, optando pelo possibilismo positivista, fundamentado no ambiente civilizacional.

[18] Figura 2.

as «Perspectivas Globais», teorias estas que perspectivam a dinâmica do «Poder Mundial» (19).

Do ponto de vista científico dois factores concorreram para o alargamento do âmbito das concepções geopolíticas a esquemas construídos à escala global: por um lado o desenvolvimento da Geografia Moderna (HUMBOLDT), por outro o interesse manifestado pela Geografia Política (RATZEL) no Poder Nacional, o que, inclusivamente, conduziu à teorização de uma nova área — a Geopolítica (KJELLEN).

Do ponto de vista ambiental, deve olhar-se à amplitude assumida pela circulação, decorrente do desenvolvimento dos espaços coloniais (que no século XIX trouxera para um primeiro plano a África e a Ásia) e a consequente intensificação do tráfego comercial, através das rotas marítimas que ligavam estes Continentes à Europa e à América do Norte.

As perspectivas globais vêm, assim, pôr em relevo o significado de esquemas de distribuição de terras e das faixas de circulação que as unem, estabelecendo o relacionamento entre áreas geográficas e fontes geradoras de poder.

Até ao final da II Grande Guerra o discurso assentará, pois, numa premissa comummente aceite — a da indivisibilidade de cada uma das áreas de movimento (marítima, terrestre e aérea) —, conceito que esteve na origem de cada uma das três teorias que se manifestaram pela defesa da supremacia das expressões, respectivamente marítima, terrestre e aérea do poder (20).

O primeiro analista geopolítico que nos transmite uma visão global é o Almirante americano ALFRED THAYER MAHAN. Contemporâneo de RATZEL, publica as suas cinco principais obras entre 1890 e 1905; destas, só a última é, como veremos, posterior à divulgação da primeira teoria de MACKINDER (21).

MAHAN desenvolve uma análise histórica, de natureza utilitária, focada na Grã-Bretanha, como tal estreitamente ligada ao mercantilismo do século XVIII, ao comércio, à frota mercante, à marinha de guerra e às colónias.

Da conjugação desta análise com uma outra de natureza estratégica,

(19) Figura 1.
(20) Figura 3.
(21) Figura 3.

centrada na Eurásia, conclui que o domínio do mar ($^{7}/_{10}$ da superfície do Globo) resulta de um somatório de forças, factores, instrumentos e circunstâncias de natureza geográfica, e do exercício do «Poder Marítimo», ou seja, «do poder transportado pelo mar», em sua opinião só possível com o concurso de bases externas, factor de possibilidade para o necessário «domínio do mar».

Chama então a atenção para que a «chave do poder mundial» se encontra no Hemisfério Norte, onde a mais importante componente é a Eurásia, espaço onde a Rússia constitui o poder dominante — na sua expressão «vasta e ininterrupta massa, cujo centro não pode ser quebrado». Possuindo este pólo emanador de poder uma natural aptidão para a periferia da Eurásia, sublinha que a faixa de latitude entre os 30° e os 40° Norte constitui uma zona de instabilidade onde, no confronto entre o «poder marítimo» e o «poder terrestre», se manifestavam as vantagens da circulação marítima em relação à terrestre. Neste sentido aconselhava uma aliança anglo-americana, a qual estaria apta a exercer o necessário esforço de contenção, tirando partido de bases localizadas na periferia da Eurásia. A este propósito concluiu ainda que um dia viria em que a Inglaterra, a Alemanha, o Japão e os EUA encontrariam uma causa comum para conter a Rússia e controlar a China.

Porque pretendia que a sua obra constituísse um guia para a nação americana, MAHAN emitiu a opinião de que, podendo o seu país ser considerado, do ponto de vista geográfico, como uma ilha, seria aconselhável que os seus governantes dessem atenção às fronteiras marítimas. Nesta perspectiva advogou a posse das ilhas Hawai, o controlo das Caraíbas e a consrução de um canal, na América Central, para ligação do Atlântico ao Pacífico — manifestava, assim, a preocupação de que a capacidade dos seus governantes se orientasse no sentido de fazer «acordar» uma «vocação marítima» que entendia ser intrínseca à nação americana.

Do ponto de vista conceptual a sua interpretação pode ser considerada como precursora da «Ilha Mundial» de MACKINDER, e as suas conclusões bastante próximas das que, mais tarde, SPYKMAN virá a expressar. Do ponto de vista prático, a sua teoria apoiou, num período em que o colonialismo imperava, os propósitos expansionistas das Grandes Potências — nos EUA contribuíram para o afastamento do isolacionismo e na Alemanha justificaram o seu reequipamento naval.

É chegada a altura de procurar sintetizar o pensamento do geógrafo, professor da Universidade de Oxford, HALDORF MACKINDER (22), teorizador das condições de possibilidade da maior potência continental — a Rússia.

O ambiente político, que constitui o cenário da sua elaboração mental, caracteriza-se por uma Europa no auge dos imperialismos, cujas tensões se repercutiam do Alto Nilo ao extremo Meridional da África e do coração da Europa ao Extremo Oriente; no Novo Mundo os EUA impunham os seus interesses nas Antilhas e no Pacífico Oriental, conseguindo a possibilidade de vir a balancear forças entre o Atlântico e o Pacífico, através da América Central.

Não é, pois, de estranhar que MACKINDER pressentisse nessa aurora do século XX o final de uma época histórica, adequado a um esforço de reflexão sobre a evolução futura, em cuja dinâmica o Império Russo lhe surgia como figura central, já que o equilíbrio europeu dependia do seu posicionamento num sistema de relações, onde a Inglaterra e a Alemanha procuravam uma resultante hegemónica.

É, pois, no envolvimento proporcionado por este quadro ambiente que o autor expõe, em 1904, uma análise histórica com intenção geopolítica, centrada sobre a Rússia, na qual a civilização europeia ressalta como o resultado da luta secular contra a invasão asiática.

Desta análise emerge uma caracterização da Eurásia (conjunto geográfico base desta sua primeira teoria) em termos espaciais, onde sublinha aspectos religiosos e de efectivos populacionais, concluindo sobre o que, do ponto de vista de circulação, nela era acessível, ou não, aos marinheiros.

Efectivamente, ao admitir o conceito de unidade e continuidade do Oceano que «rodeia as terras divididas e as insulares» (o que considera ser a «condição geográfica da unidade no comando do mar») conclui sobre a existência de zonas fora da influência do poder marítimo (espaços interiores, onde a expansão russa para Leste facultaria a criação de áreas economicamente independentes) e de outras zonas fora da influência do poder terrestre.

---

(22) Figura 3.

Neste sentido deduz, então, a persistência de algumas regiões geográficas que conceitua e delimita:

— A «Área *Pivot*» (até ao rio Lena) — à qual a repartição das terras e dos mares conferia uma nítida vantagem, no confronto entre as expressões terrestres e marítimas do poder (obstada, de momento, pelo facto de a Rússia não dispor de um poder equivalente ao dos Estados periféricos).

— O «Crescente Interior» — conjunto limítrofe da «Área *Pivot*», integrando quatro regiões costeiras, coincidentes com as esferas de influência do Budismo, Bramanismo, Maometanismo e Cristianismo, cujo significado diferencia — as terras das Monções (das vertentes do Pacífico e do Índico) e a Europa Atlântica, conjunto que incorporava $^{2}/_{3}$ da população mundial, e a «Terra dos cinco Mares», cujo papel separador, no prolongamento da faixa desértica do Saharà, sublinhou.

— O «Crescente Exterior» — correspondente a um anel de bases exteriores ou insulares, no qual englobou a Grã-Bretanha, o Canadá e os EUA, a África do Sul, a Austrália e o Japão.

Na sua condição de inglês adverte então o Poder Marítimo — a Grã-Bretanha — para a insuficiência da sua posição insular, face às possibilidades abertas ao Poder Terrestre, no caso de a «Área *Pivot*» vir a estender-se para os Impérios Centrais (possibilidade da renovação da Aliança Germano-Austro-Russa). Desta forma chamava a atenção para o real significado da Europa Central, como reforço do significado da «Área *Pivot*», particularmente, pela possibilidade de lhe viabilizar o acesso a mares quentes.

Deste seu modelo de interpretação ressalta ainda:

— Os EUA como factor de influência indirecta no equilíbrio europeu, pois que, como potência oriental futura, o afectaria através da Rússia.

— O Próximo, Médio e Extremo Oriente, como respeitantes ao equilíbrio instável dos poderes.

— A China como ameaça à liberdade do Mundo se, com o auxílio do Japão, atingisse a destruição do Império Russo.

Quinze anos se passam até que MACKINDER reformule a sua primeira interpretação com a publicação, em 1919, da sua fundamental obra «DEMOCRATIC IDEALS AND REALITY».

A Guerra de 14-18 significara, no essencial:

— O afundamento dos Impérios Centrais e o consequente vazio político no centro da Europa.
— O fim do domínio turco sobre as províncias árabes o que implicava o reequacionamento político da área.
— O desaparecimento do Império dos Czar e a sua reformulação na URSS, em 1917, isolada agora pelos seus antigos aliados.
— A intervenção norte-americana na Europa, o internacionalismo do Presidente WILSON, um definitivo voltar de olhos, portanto, da Europa para a América do Norte.
— A Sociedade das Nações, ou seja, uma proposta de esforço concertado para o diálogo internacional.

MACKINDER procura, então, influenciar a reorganização do espaço político europeu e a repartição do Mundo que a Paz de Versailles negociava.

À consideração, de MAHAN, dos EUA serem considerados como uma «ilha», MACKINDER contrapõe uma outra realidade física — a Ilha Mundial (conjunto Euro-Afro-Asiático com $^1/_6$ da superfície terrestre contra $^1/_{12}$ do restante das terras emersas que, como tal, mais não representavam do que satélites do Velho Continente).

MACKINDER completa esta ideia, apontando a tendência para a unidade deste conjunto, no qual distingue:

— O «Heartland», área inacessível à navegação que ocupa a maior parte de duas regiões geográficas, cujo significado realça:

  A «Great Lowland»: a mais extensa planície do Mundo (Sibéria Ocidental, Turquestão e Vale do Volga);
  A «Great Tableland»: as zonas de altiplanície da Pérsia, do Afeganistão e do Baluchistão.

— O «Saharà e a Arábia), elemento dissociador que, com o Heartland, constitui todo um espaço inacessível aos povos marítimos.
— O «Heartland do Sul», grande promontório africano ao Sul do Saharà,

então área colonial na sua quase totalidade, mas cuja importância futura o autor prevê.

— As «Coastlands», integrando a Ásia das Monções e as Penínsulas e Ilhas europeias, atlânticas e mediterrânicas.

Neste conjunto estabelece particulares relações de ligação do «Heartland do Norte» o mar Negro e o mar Báltico, regiões que o «Poder Europa. Este relacionamento é reforçado com as conclusões de uma análise estratégica que desenvolve, as quais o conduzem a integrar no «Heartland do Norte» o mar Negro e o mar Báltico, regiões que o «Poder Terrestre» poderia facilmente controlar. A conjugação destas conclusões com a de que o Poder Terrestre detinha, em relação ao Poder Marítimo, uma maior apetência para fechar a região do Suez, leva-o a incluir no «Heartland do Norte» a Europa Oriental. Coerentemente propõe, então, a divisão da Europa Central e Oriental em três sistemas de Estados, interpondo um (do mar Báltico ao Mediterrâneo), entre a Alemanha e a URSS, como elemento dissociador dos dois elementos essenciais de «Heartland do Norte» — a área da mobilidade e a fonte de poder.

Em síntese, ao chamar a atenção para a importância crítica da Europa Oriental, e embora referindo que o «Heartland» não era inacessível ao «Poder Aéreo» recentemente revelado como tal, insiste em advertir o «Mundo Livre» sobre o perigo que adviria da formação de um «poder epirocrático» com base do «Heartland» — a possibilidade da Alemanha se impor à Rússia — perigo que resume na expressão:

« — Quem controlar a Europa de Leste, comanda o Heartland
— Quem controlar o Heartland, comanda a Ilha Mundial
— Quem controlar a Ilha Mundial, comanda o Mundo.»

Quarenta anos após a apresentação da sua primeira teoria, ou seja, em 1943, MACKINDER, respondendo a interrogações que lhe foram postas, reafirma as bases físicas do seu modelo de interpretação, ou seja, a «Ilha Mundial» e o «Heartland», embora adapte o seu conceito à realidade dos últimos anos da Guerra.

Recorda, então, a correspondência entre os significados temporais da abertura à possibilidade da actuação europeia por linhas exteriores, utilizando o Mar como canal de movimento, e a possibilidade de actuação, por linhas interiores, nos vastos espaços asiáticos.

É, pois, em função da circulação que reformula o seu conceito de «Heartland», dele extraindo a «Lenalândia» ([23]), região que inclui num «Manto de Espaços Vazios» que, como um «Cinturão», rodeia o Pólo Norte (do Saharà, passando pelas regiões desérticas do Médio Oriente e da Ásia, Alasca, escudo florestado do Canadá e fechando-se na faixa subárctica Oeste dos EUA). Este «cinturão» englobaria, então, no seu interior, duas regiões com idêntico significado: o «Heartland» e a «Bacia do Oceano Central» (o Atlântico Norte).

Fora deste cinturão considera o «Grande Oceano» (Atlântico Sul, o Índico e o Pacífico) e as terras que para ele drenam, com particular relevo para o significado das terras das monções da Índia e da China que, em sua opinião, uma vez desenvolvidas, poderiam vir a equilibrar o espaço compreendido entre o Missouri e o Yenisey.

Conclui então que, se a URSS vencesse a Alemanha, aquela se tornaria a maior potência terrestre do Globo, detentora da mais forte posição defensiva, facto não afectado pelas alterações resultantes da expressão do Poder Aéreo.

Nesta conformidade não preconiza o «desaparecimento» da Alemanha, mas aponta para uma função bivalente na relação de forças na Europa e no Mundo:

— Por um lado, a Alemanha como tampão, entre o Poder Terrestre soviético e o Poder Marítimo Ocidental; este, assente numa aliança permanente entre os EUA (a defesa em profundidade), a Inglaterra a fortaleza avançada) e a França (a defensável cabeça de Ponte) — ao sublinhar aqui, pois, a necessidade do poder naval se converter em anfíbio, reconhece, ainda que não explicitamente, a evolução tendencial para um conceito integrado dos diversos canais de movimento.

— Por outro lado, a Alemanha contida em duas frentes: o Poder Terrestre a Oriente e o Poder Marítimo a Ocidente.

MACKINDER, ao chamar a atenção para a importância crescente das regiões das florestas tropicais da América do Sul e da Africa, e, como já foi referido, para as terras das monções, revela o Hemisfério

([23]) Figura 4.

Sul como uma realidade futura. Daqui se poderia inferir a consideração da possibilidade da emergência de pólos de poder com influência na Hegemonia do Norte.

Porque surge entre as 2.ª e 3.ª teorias de MACKINDER é interessante abordar o fundamento teórico utilizado pela Alemanha como justificação para a sua política de expansão para a Europa Oriental — a região crítica apontada por MACKINDER.

Fá-lo-ei com base numa breve referência a HAUSHOFER e à ESCOLA DE MUNIQUE (24).

Na evolução desta Escola podem considerar-se três fases distintas pelo seu significado.

A primeira, de natureza científica e utilitária, entre 1923-1933 (ou seja até à subida de Hitler ao Poder).

A segunda, de natureza propagandística, de 1933 a 1936, já sob a influência do partido nacional-socialista alemão.

A terceira, de 1936 até à derrota da Alemanha, como instrumento ideológico do nazismo.

Por razões de objectividade referirei, apenas, o primeiro período.

O Estado é, por HAUSHOFER, considerado como um «organismo vivo» que integra os «elementos fundamentais» de RATZEL e as «características essenciais atribuídas por KJELLEN.

Associa, assim:

Ao Sangue — a Raça e a Sociedade;
Ao Solo — o Meio e a Economia,

sintetizando na fórmula «Sangue e Solo» a «comunidade vital indissociável» que considera existir entre o Homem e o Ambiente Geográfico. Neste sentido, o «Governo» assume, na sua acepção, a representação concreta do conceito de Estado.

O biologismo orgânico de raiz Kantiana condu-lo, pois, à posição expansionista, implícita na sua formulação do «espaço vital», cujas «fronteiras» assumem um significado natural, resultante da dinâmica de penetração cultural sobre os espaços geográficos exteriores ao núcleo emanador.

(24) Figura 3.

Assente neste conceito, a «autarquia económica» (figura surgida no final da I Grande Guerra como necessidade derivada da evolução do fenómeno Guerra — na expressão de LUDENDORFF, própria da situação de «fortaleza sitiada» inerente a uma Nação no início de uma Guerra Total) transforma-se, com HAUSHOFER, numa «economia de defesa», variante da «economia de guerra», alcançável como KURT HESS definiu «pela coincidência estrutural e organizativa do princípio director da economia em tempo de Paz e em tempo de Guerra».

A ampliação, como uma motivação hegemónica, das ideias político-económicas da Escola Alemã ao espaço Mundial conduziu a um processo de base científica (fundamentada em conclusões de autores como ARTHUR DIX (1921) e WALTHER SCHMIDT (1926-1936) sobre a classificação dos Estados numa base económica e sobre a função das nações industrializadas como motoras de conjuntos geoeconómicos), processo esse em que os Estados gigantes, únicos capazes de assegurar a Ordem Mundial, teriam de bastar-se através de uma auto-suficiência de recursos, conferida pelo controlo ou conquista das «Pan-Regiões».

Conclui, desta forma, pela divisão do Mundo em vastos espaços orientados no sentido dos meridianos, por forma a que cada um dispusesse de recursos materiais e humanos e de acesso ao mar ([25]):

— A PAN-AMÉRICA — cuja função directora caberia aos EUA.
— A PAN-EURÁFRICA — sob a hegemonia alemã (incluía a Arábia e parte do Irão).
— A PAN-RÚSSIA — eventualmente considerada sob a influência da URSS (incluía parte do Irão e a Índia).
— A PAN-ÁSIA ORIENTAL — mais tarde designada pela potência dominante — o Japão — ÁREA DE CO-PROSPERIDADE DA GRANDE ÁSIA.

Como resultante da sua interpretação, em que a URSS era considerada como asiática, a Europa Oriental passava a constituir uma condição de impulso para as ambições alemãs na Eurásia, uma vez que a sua unificação, sob a influência germânica, corresponderia a um deslocamento

([25]) Figura 5.

do «Heartland» para Oeste, condição de partida para colocar a Nova Alemanha em paralelo geopolítico com a URSS.

Segundo HAUSHOFFER a União Soviética ver-se-ia, desta forma, forçada a um entendimento sobre o destino da Eurásia, o que evitaria o confronto entre a Alemanha e aquela potência.

HAUSHOFFER foi fuzilado, Hitler invadiu a Rússia e a Alemanha foi derrotada.

Ainda no período em que à experiência da I Grande Guerra se junta a vivência da evolução política, social e tecnológica, das duas décadas que a separam da II Grande Guerra surgem os teorizadores do «Poder Aéreo» ([26]).

Com excepção de SVERSKY, SLESSOR e RENNER, estes autores apresentam-se mais como estrategistas da Arma Aérea do que como geopolíticos ou geoestrategistas.

Dentre eles referirei apenas SVERSKY, por ser o mais significativo.

Este autor, que foi piloto de caça da I Grande Guerra, na Rússia (seu país natal), refugia-se nos EUA na sequência da revolução de Outubro, estabelecendo-se, como engenheiro, na indústria aeronáutica.

Na sua vasta obra como publicista, cuja parte fundamental surge a partir de 1942, debruça-se sobre o emprego da Arma Aérea, retirando interessantes conclusões acerca do seu emprego e do seu significado futuro.

Em síntese, refere-se:

— O «Bloqueio da Nação Inimiga» como função do «Poder Aéreo.

— A insuficiência do «Domínio do Ar», uma vez que para o «Poder Aéreo» triunfar se tornava imprescindível que fosse alcançado um suficiente «grau de superioridade aérea».

— A destruição da capacidade ofensiva da aviação estratégica inimiga, como premissa da defesa contra o bombardeamento estratégico (em contraposição à defesa do espaço aéreo atacado).

Raciocínio este que o leva à conclusão de que uma futura guerra mundial teria, em sentido alargado, semelhanças com a Grande Guerra de 1914-1918 — uma guerra de posições conduzida a partir de «cidades-fortaleza».

([26]) Figura 3.

— O «Poder Aéreo» baseado numa aviação estratégica (dotada de bombardeiros de longo alcance, capazes de realizar bombardeamentos de precisão), como futura unidade de medida do Poder de um país. Daqui a importância que atribuía ao desenvolvimento prioritário da indústria aeronáutica.

Em termos geoestratégicos, referindo-se ao seu país adoptivo, sublinha que este apresentava uma particular apetência para triunfar pelo domínio do ar, tal como a Inglaterra, como pelas suas condições raciais, geográficas e históricas triunfara pelo domínio do mar.

Alerta então para a possibilidade da América do Norte poder, no futuro, vir a ser atacada não só através do Atlântico e do Pacífico como também através do Árctico — e esta é uma das fundamentais conclusões da sua obra.

É, pois, nesta base, que perspectiva o confronto Este-Oeste: o Novo e o Velho Mundo, enfrentando-se, não através dos oceanos Atlântico e Pacífico, mas sim através da Região Polar Árctica.

No desenvolvimento do seu modelo admite a existência de dois «Heartland» — o «soviético» na Eurásia, e o «US Industrial Heart» no Continente Norte Americano —, o que o conduz à conclusão de uma «área de decisão», correspondente à «área de sobreposição» de um círculo e de um elipsóide, centrados em cada um dos «Heartland» e com as dimensões equivalentes ao raio de acção dos bombardeiros de então. Para além desta área, onde seria travada a batalha pela supremacia aérea, as remanescentes corresponderiam a regiões de hegemonia americana e soviética ([27]).

Ao manifestar-se como partidário das acções conduzidas a partir das bases metropolitanas relega para um segundo plano as bases avançadas, cuja utilidade admite, no entanto, para a obtenção da surpresa no desencadeamento do ataque inicial, com a condição da sua «posição» garantir o risco da batalha aérea definitiva.

Em conclusão, ao considerar o Mundo dividido em duas «zonas de influência e a vitória de uma das duas potências hegemónicas alcançável pela Batalha Aérea, exterioriza uma posição, cujo extremismo concorreu, significativamente, para o ambiente de confronto num sistema bipolar.

([27]) Figura 6.

Como fecho da teorização geoestratégica, desenvolvida até à década de 50, julgo importante fazer ainda referência a NICOLAS SPYKMAN, professor de Direito Internacional da Universidade de Yale, cujo trabalho, em valor global, constitui talvez o maior contributo para o equacionamento do significado da expressão marítima do poder ([28]).

Em 1942, já com os EUA em guerra, publica importantes obras ([29]) em que desenvolve uma interpretação geopolítica do tema fundamental da política externa norte-americana: a opção entre o isolamento e o intervencionismo, naquele momento, sobre o «como», «onde» e «até quando» deveriam os EUA intervir.

Subordinando os meios aos fins, conceitua o Estado como um Ser Único ao qual todos seriam devedores de esforço, sacrifício e sangue, sem exigência de qualquer retribuição em troca.

Na sua acepção, o «Poder» é tematizado em termos de sobrevivência num universo de hostilidade violenta, consistindo, portanto, na aptidão para «impor aos demais a vontade própria». Daqui resulta um conceito de «equilíbrio do poder», não como processo de evitar ou tornar difícil a Guerra, mas sim como «a neutralização dos demais estados que faculte a liberdade para ser a força e a voz que decide». Coerentemente, considera que os objectivos externos só poderão ser alcançados se, no plano interno e externo, a justiça, a equidade e a tolerância não interferirem com a formação e expressão do poder.

Com estes pressupostos, discursa sobre a «ameaça» que define como «qualquer outra hegemonia com acesso ao mar, próxima ou remota, que se tenha tornado demasiadamente poderosa», o que implicitamente correspondia à consideração do acesso ao mar como condição de possibilidade da ameaça.

Desde já se sublinha, portanto, o extremismo das suas posições, em correspondência com a «Geopolitick» alemã, atitude que de alguma forma espelha uma percepção da realidade estratégica que virá a influenciar a dinâmica do pós-guerra.

É sobre as hipóteses formuladas de «equilíbrio do poder» e de «ameaça» que SPYKMAN constrói o seu modelo de interpretação geopolítica.

([28]) Figura 3.

([29]) A Estratégia da América na Política Mundial: Os EU e o Equilíbrio do Poder (1942). A Geografia da Paz (1944).

Do ponto de vista geográfico, considera o Mundo dividido em cinco grandes ilhas: a Austrália, a África e a América do Sul, no Hemisfério Austral, e a América do Norte e a Eurásia, no Hemisfério Boreal. Deduz então que, em função da extensão, da humanização e do clima, a metade Norte do Mundo (onde as ilhas podem ser consideradas, do ponto de vista de circulação, como Penínsulas) é a que maior importância apresenta dos pontos de vista económico, político e militar.

Nesta conformidade, justifica a posição privilegiada dos EUA:

— Situam-se no Hemisfério Norte.
— Têm as dimensões de um continente.
— Estão voltados para dois oceanos.
— Situam-se entre a Europa Ocidental e a Ásia Oriental, zonas correspondentes às maiores aglomerações populacionais do Mundo e de maior impulso económico, político e militar.

A sua interpretação acerca do significado da distribuição das terras e dos mares transparece nas projecções que utiliza:

— Numa projecção polar observa que as «penínsulas» norte-americana e euroasiática se olham através dos oceanos Atlântico, Pacífico e Árctico, definindo as linhas fundamentais da política mundial.
— Numa projecção Mercator conclui que o Velho e Novo Mundo se envolvem mutuamente com dois oceanos comuns entrepostos — o Atlântico e o Pacífico.

Neste quadro considera que o Velho Mundo será o campo de batalha onde, no futuro, se travará a luta pelo poder mundial, sublinhando que os EUA, detentores mais prováveis de um «poder não compensado», estariam nas melhores condições para aí desempenhar um papel decisivo.

No seu modelo de interpretação geoestratégica inclui, para além do Novo Mundo, quatro outras regiões:

— O «Heartland», cujos limites se não afastam, na generalidade, da Área *Pivot* de MACKINDER.
— O «Rimland», correspondente à área de amortecimento circundante, integrando, assim, a Europa Marítima, o Médio Oriente, a Índia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente (sensivelmente, o «crescente interior» de MACKINDER).

— Os «Off Shore Continents and Islands», conjunto formado pela África, Madagáscar, Austrália, Nova Zelândia e Japão (ou seja o «crescente exterior» de MACKINDER, se neste exceptuarmos o Novo Mundo).
— O «Ocean Belt», unidade oceânica envolvente das terras emersas (o «Grande Oceano» de MACKINDER, se a este associarmos o Atlântico Norte).

É interessante a verificação de que dois modelos de análise, assentes sobre uma muito semelhante interpretação da realidade geográfica (30), conduzem, em MACKINDER e SPYKMAN a conclusões aparentemente diversas.

O primeiro teoriza as condições de possibilidade da expressão terrestre do poder, subordinando o domínio do Mundo ao controlo da Europa Oriental, pese embora a chamada de atenção para a importância das terras que drenam para o «Grande Oceano» e a importante função a desempenhar pelas que constituem a bacia do Atlântico Norte.

O segundo teoriza as condições de possibilidade da expressão marítima do poder, subordinando o domínio do Mundo à prévia conquista do Rimland (que inclui a Europa Marítima), pelo «Heartland».

No entanto, MACKINDER e SPYKMAN expressam uma mesma intenção:

— Chamar a atenção do Mundo Marítimo para a necessidade de acordar e reforçar a sua natural aptidão para manobrar por linhas exteriores, através dos vastos espaços oceânicos:
  — O primeiro, pela negativa, alertando para o perigo da particular apetência do Heartland para a periferia da Eurásia;
  — O segundo, pela afirmativa, apontando para a superior capacidade do Mundo Marítimo para controlar o «Rimland» no esforço de contenção do «Heartland».

Julga-se assim que, no fundamental, as interpretações de MACKINDER e de SPYKMAN se conjugam naquilo que constitui hoje em dia uma

(30) Figura 7.

realidade — um espaço único de circulação, onde se manifestam expressões integradas dos poderes terrestre, marítimo e aéreo.

Esta curta abordagem ao desenvolvimento do pensamento geopolítico e geoestratégico deixa antever o seu sucessivo contributo para o desenvolvimento do Poder Nacional, para a dinâmica do comportamento dos estados e para a compreensão da sua postura, no confronto em que se materializa a oposição das suas vontades.

Surgindo, assim, como possível elemento de justificação e de persuasão no desenvolvimento de atitudes e comportamentos imperialistas e hegemónicos, é compreensível a reserva, desconfiança, repúdio até, com que um tal tipo de teorização foi encarado no pós-guerra.

Ultrapassado, porém, o espaço de tempo necessário ao apagamento de «tabus», torna-se importante repensar o real sentido da utilidade da análise geopolítica e geoestratégica.

Julga-se, assim, que a noção de «continuidade do espaço» (resultante do desenvolvimento da actividade humana num gigantesco e fechado sistema de relações), ao conter implícita uma modificação do «sentido do espaço», veio dar ênfase ao significado dos estudos de natureza geopolítica e geoestratégica.

Uma tal posição é justificável, entre outras, por duas ordens de razões:

— O sentido eminentemente dinâmico de que actualmente se reveste o conhecimento geográfico.

  Pesem embora as alterações, por vezes significativas, verificáveis na interpretação dos factores de análise, o dinamismo geográfico proporciona um correcto sentido para a geopolítica e para a geoestratégia, consideradas como atitudes de análise de sistemas que projectam o conhecimento geográfico no estudo político e estratégico de «situações», aqui consideradas como contendo implícito um significado de «movimento».

— O realce que assume a «circulação», limitada por enquanto a um espaço finito, no específico ambiente em que se desenvolve a sociedade tecnológica (dominada pela consciência da «escassez» e pela «incerteza nuclear»).

  A Geografia ao estudar a dinâmica desse espaço finito, portanto

a Terra e as inter-relações Homem-Ambiente, no sentido de proporcionar um conhecimento científico do *Habitat* e das suas tendências, assume um carácter de imprescindibilidade tanto para o político como para o estrategista, ambos inseridos num mesmo ambiente sistémico que os obriga a decidir em uníssono.

É neste sentido que se entende que a actual dinâmica ambiental, ao traduzir-se por um sentido de «continuidade do espaço», onde a diversidade ressalta com acutilante instantaneidade, reforça a necessidade de atitudes de análise de sistemas que interpretem a realidade política e estratégica do «espaço» numa base geográfica. Por isso se entende que os modelos de interpretação da realidade, utilizados numa tal perspectiva de análise, ao projectarem o dinamismo geográfico na concepção e execução da Política e da Estratégia, proporcionam um válido contributo para o desenvolvimento do conteúdo científico destas áreas do conhemento.

Uma tal atitude poderá então corresponder, em função da escala em que é desenvolvida, aos actuais e cada vez menos destrinçáveis conceitos de Geopolítica e de Geoestratégia, mais voltados hoje para a procura de soluções racionalizadas, conducentes ao equilíbrio e à «Paz Nuclear».

Instituto da Defesa Nacional, 22 de Dezembro de 1982.

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes
Coronel

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO — EVOLUÇÃO HISTÓRICA

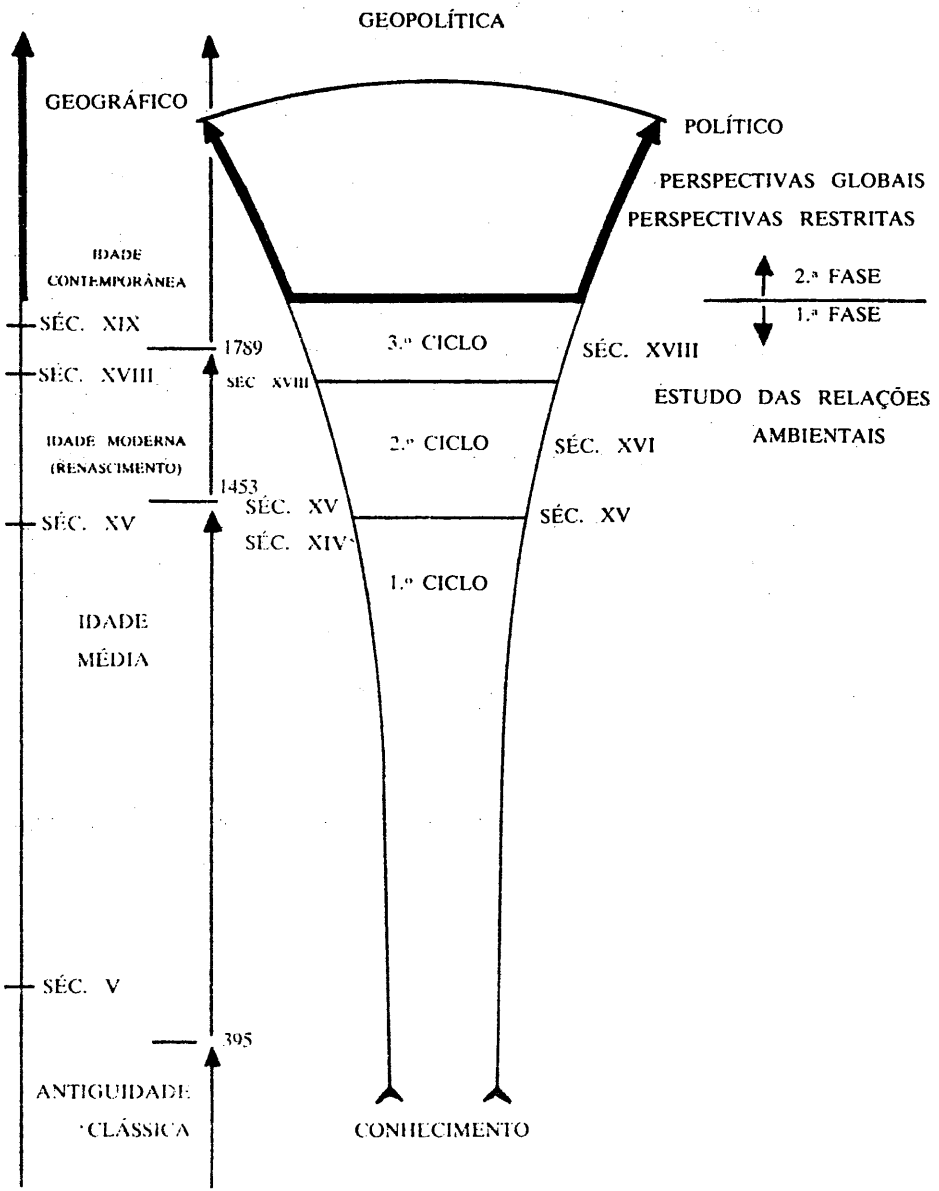


FIGURA 1

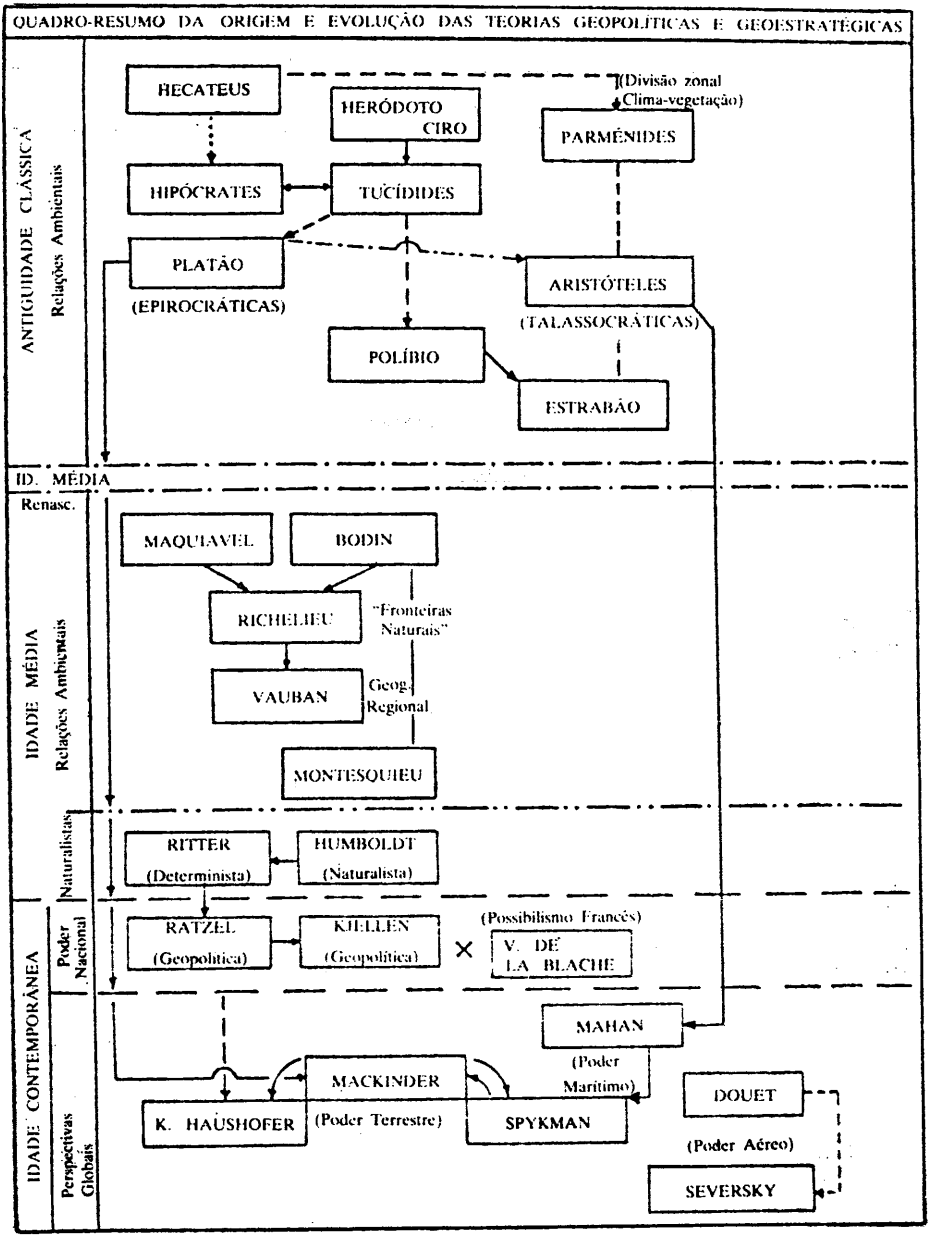

QUADRO-RESUMO DA ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS
ANTIGUIDADE CLÁSSICA
Relações Ambientais
HECATEUS
HERÓDOTO
CIRO
(Divisão zonal
Clima-vegetação)
PARMÊNIDES
HIPÓCRATES
TUCÍDIDES
PLATÃO
(EPIROCRÁTICAS)
ARISTÓTELES
(TALASSOCRÁTICAS)
POLÍBIO
ESTRABÃO
ID. MÉDIA
Renasc.
IDADE MÉDIA
Relações Ambientais
MAQUIAVEL
BODIN
RICHELIEU
"Fronteiras
Naturais"
VAUBAN
Geog.
Regional
MONTESQUIEU
Naturalistas
RITTER
(Determinista)
HUMBOLDT
(Naturalista)
IDADE CONTEMPORÂNEA
Poder
Nacional
RATZEL
(Geopolítica)
KJELLEN
(Geopolítica)
(Possibilismo Francês)
V. DE
LA BLACHE
Perspectivas
Globais
MAHAN
(Poder
Marítimo)
MACKINDER
(Poder Terrestre)
K. HAUSHOFER
SPYKMAN
DOUET
(Poder Aéreo)
SEVERSKY

FIGURA 2

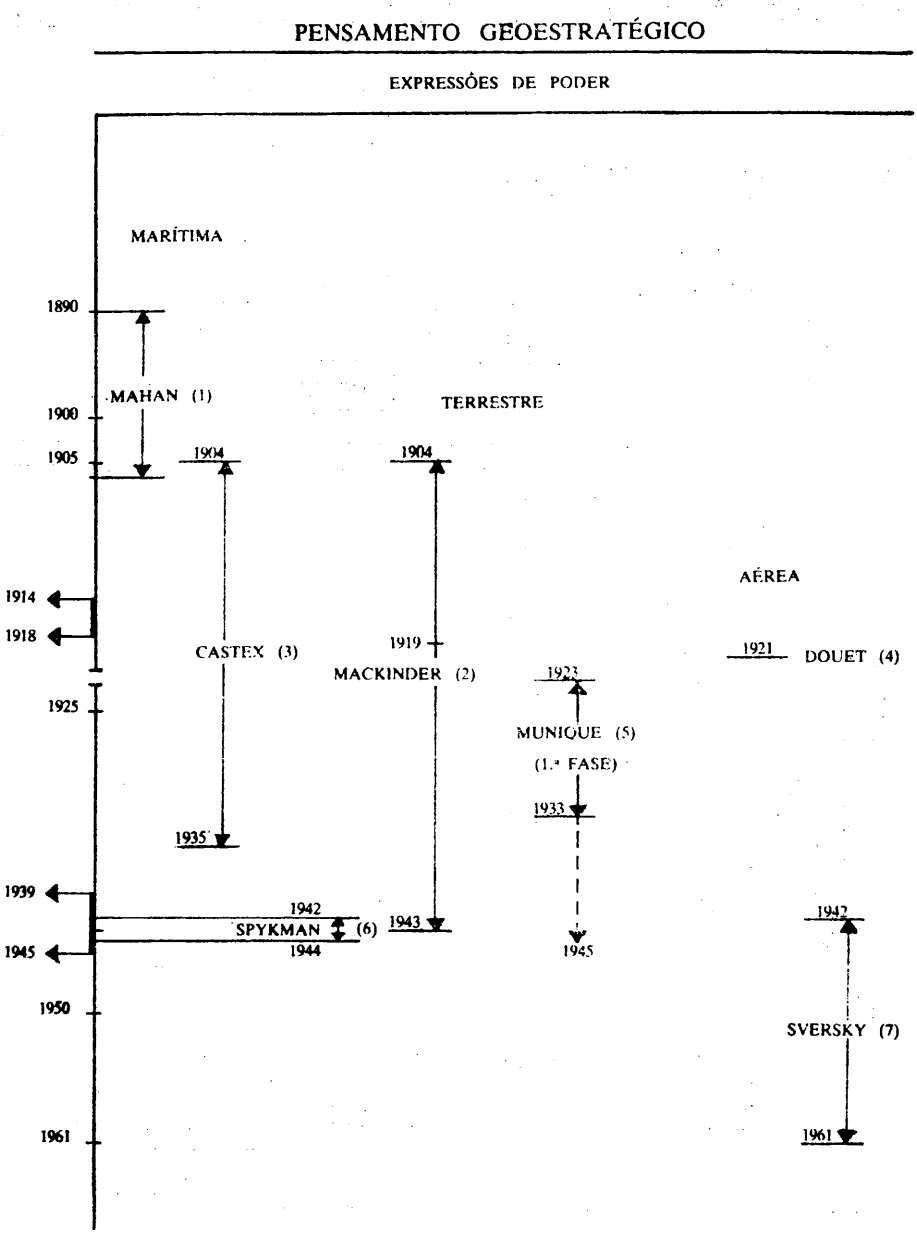
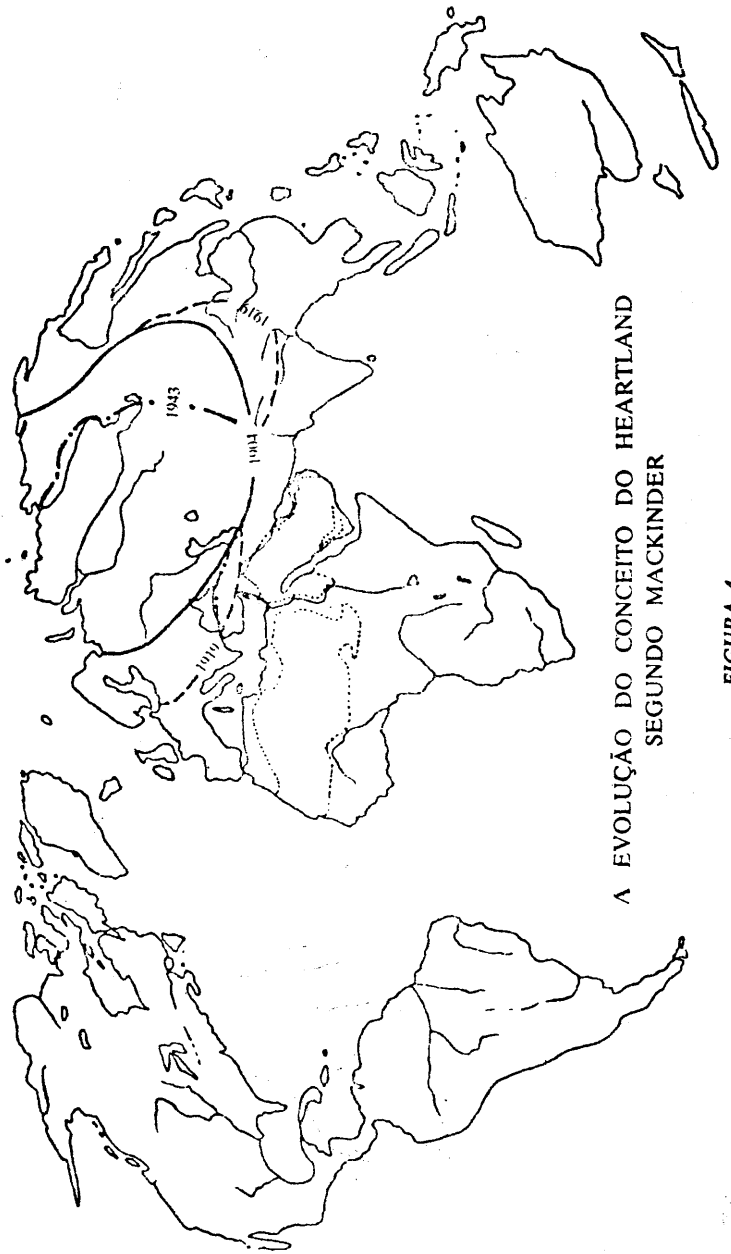
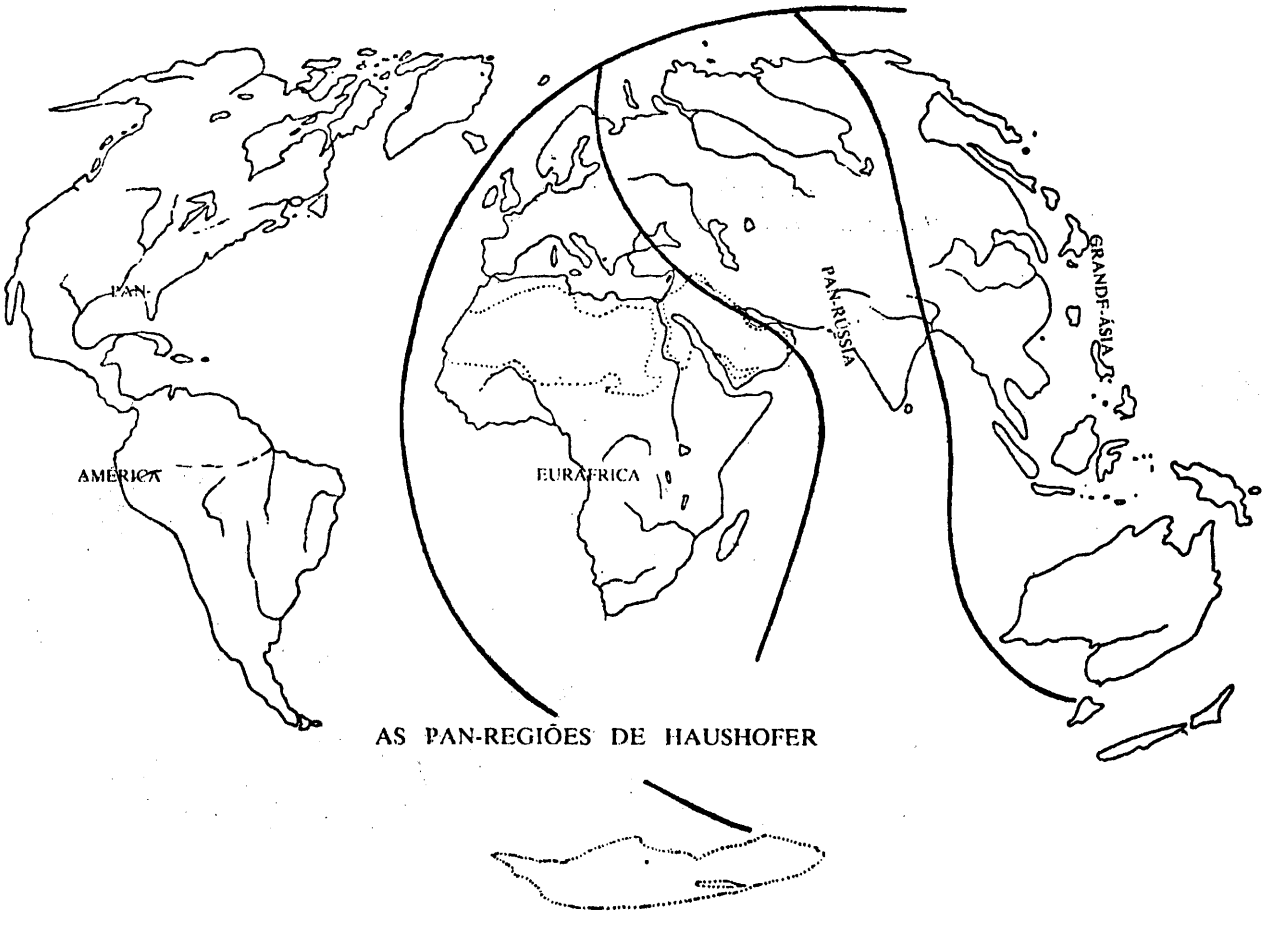

PENSAMENTO GEOESTRATÉGICO
EXPRESSÕES DE PODER
MARÍTIMA
TERRESTRE
AÉREA
1890
MAHAN (1)
1900
1905
1904
1904
1914
1918
CASTEX (3)
1919
MACKINDER (2)
1921
DOUET (4)
1923
MUNIQUE (5)
(1.ª FASE)
1925
1933
1935
1939
1942
SPYKMAN (6)
1943
1945
1944
1945
1947
1950
SVERSKY (7)
1961
1961

FIGURA 3



A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DO HEARTLAND SEGUNDO MACKINDER

FIGURA 4



AS PAN-REGIÕES DE HAUSHOFER

FIGURA 5

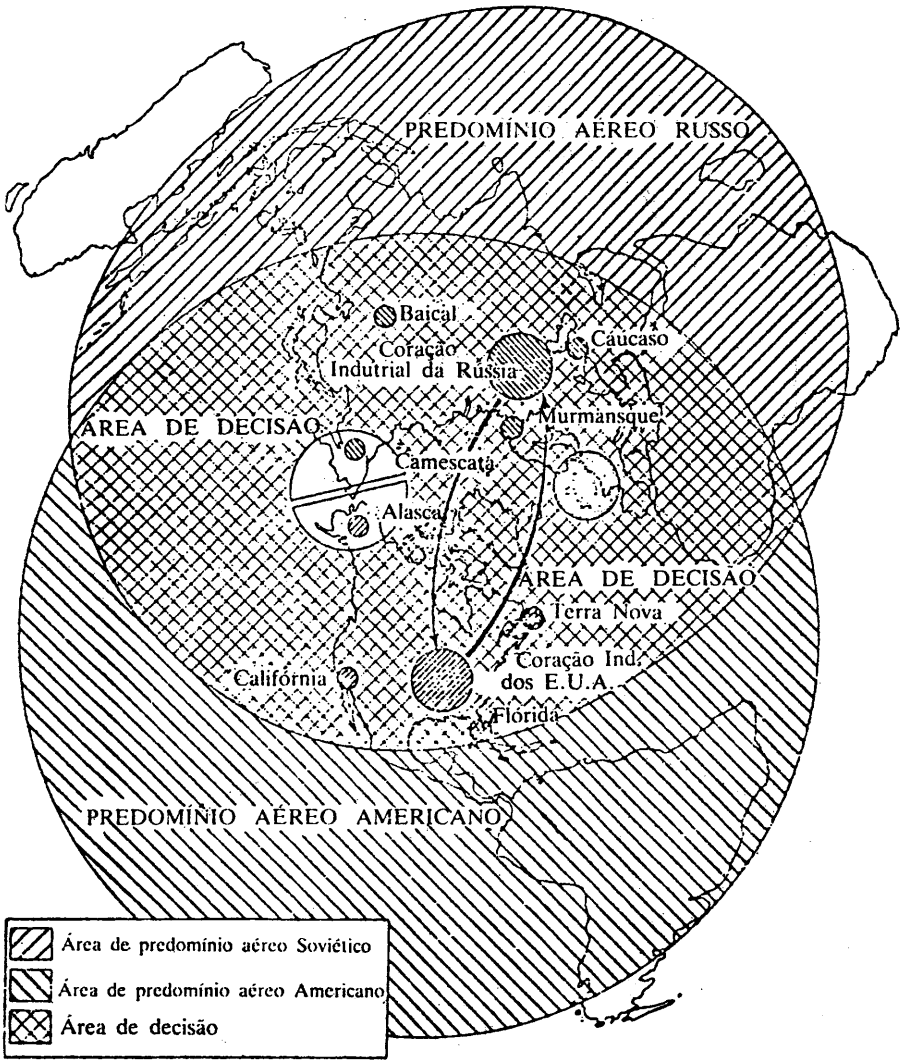
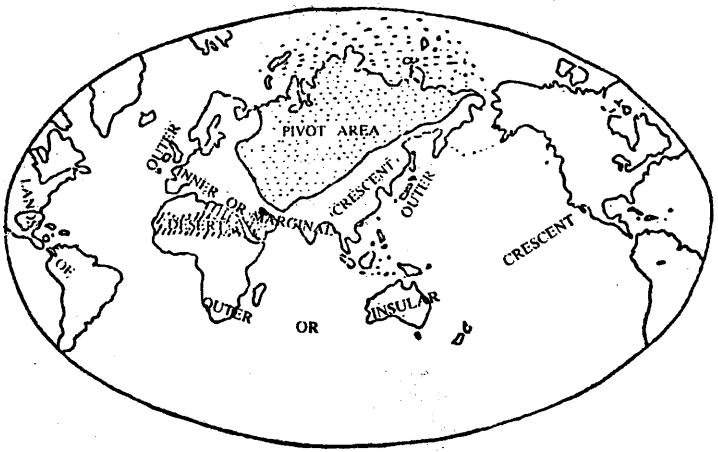

PREDOMÍNIO AÉREO RUSSO
Baical
Coração
Indutrial da Rússia
Cáucaso
ÁREA DE DECISÃO
Murmansque
Camescata
Alasca
ÁREA DE DECISÃO
Terra Nova
Coração Ind.
dos E.U.A.
Califórnia
Flórida
PREDOMÍNIO AÉREO AMERICANO
Área de predomínio aéreo Soviético
Área de predomínio aéreo Americano
Área de decisão

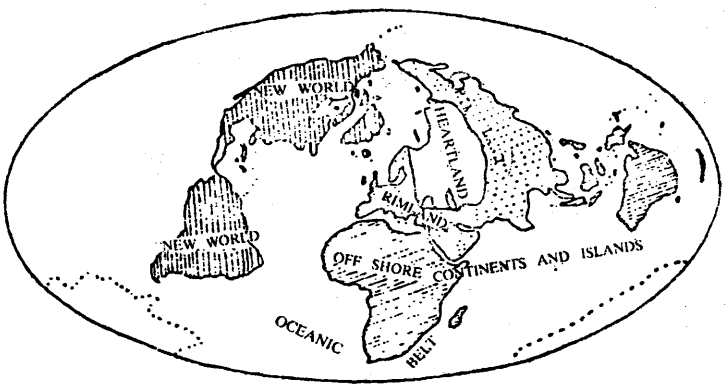
FIGURA 6

TEORIA DE MAC KINDER



"DEMOCRATIC IDEALS AND REALITY"
BY HALFORD J. MACKINDER

TEORIA DE SPYKMAN



GEOGRAPHY AND POLITICS
IN A DIVIDED WORLD"
BY SAUL B. COHEN

FIGURA 7

ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA

José Luís Almiro Canêlhas

ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA (*)

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O tema ESTRATÉGIA PSICOLÓGICA é muito vasto porque ele consubstancia e traduz o essencial de todos os tipos de luta, desde a guerra nuclear, passando pela guerra fria, pela guerra convencional, e chegando ao simples terrorismo. Todas as guerras, revoluções e conflitos são afinal lutas psicológicas, lutas de vontades, em que cada contendor procura vergar e dominar a vontade do adversário.

Já Napoleão dizia que, na guerra, $^3/_4$ da vitória eram devidos às forças morais. E, nos nossos dias, numa escola de Estado-Maior da China ensina-se que a guerra é composta por 70% de propaganda e 30% de esforço militar.

Relacionando a estratégia psicológica com outros tipos de estratégia, podemos dizer que a estratégia psicológica, juntamente com a estratégia política, estratégia económica e estratégica militar, são ramos interdependentes da estratégia total.

A estratégia psicológica exprime-se em geral através da propaganda, mas ela pode revestir-se de várias outras formas, chegando a confundir-se com as estratégias política, económica e militar. Por outras palavras, há acções de carácter político, económico e militar, que têm por objectivo a realização de uma certa estratégia psicológica.

Às vezes sucede, como veremos, que a estratégia psicológica actua em divergência com outras estratégias, o que é grave e revela descoordenação e incoerência ao nível político-governamental.

Para analisarmos um pouco mais profundamente o problema da estratégia psicológica, começaremos por recuar no tempo, visto que o presente nunca tem explicação sem o passado.

(*) Conferência proferida no Instituto da Defesa Nacional, em 15 de Dezembro de 1982, pelo general José Luís Almiro Canêlhas.

É evidente que o vector psicológico, que às vezes se apresenta como um resultado das novas doutrinas e das aperfeiçoadas técnicas psicológicas, utilizando os modernos meios de comunicação social, é, afinal, tão velho como a própria humanidade.

Desde sempre, a par da ameaça e da violência material (ou em complemento dessas acções), os homens utilizaram a astúcia, a persuasão, a intriga, o terror, para desmoralizar o adversário ou para estimular o ânimo dos seus combatentes e das suas populações.

Há curiosos acontecimentos históricos em que predomina o emprego da componente psicológica como, por exemplo, a conquista da Grécia por Filipe II da Macedónia, a guerra da Gália conduzida por César, a pacificação da Vendeia realizada pelo General Hoche, a ocupação da Áustria, por Hitler, em 1938, a derrocada da estrutura político-militar da França em 1939 e, já na actualidade, as guerras da Indochina, Argélia, Vietname, Angola, Moçambique, etc. ...

Em todos estes conflitos pode dizer-se que a parcela de esforço psicológico aplicada não foi inferior à do esforço militar. E que houve acções violentas realizadas exclusivamente com objectivos psicológicos.

Há, contudo, um acontecimento histórico que deve ser realçado porque dá à estratégia psicológica uma dimensão e características excepcionais, que haveriam de ter enormes repercuções no futuro da humanidade: A REVOLUÇÃO FRANCESA.

Aqui surgiram os novos conceitos de NAÇÃO ARMADA e de LEVANTAMENTO EM MASSA, em que os factores psicossociais passaram, obviamente, a ter uma influência fundamental nas decisões políticas e nas decisões militares.

Verificou-se, então, um espectacular desenvolvimento da propaganda, alimentada pelas ideias de «luta de classes», direitos e liberdades, etc. E de toda esta conjuntura resultou uma profunda alteração na concepção estratégica da guerra.

Foi Clausewitz, general prussiano, que, estudando este período da história, especialmente as campanhas napoleónicas que se seguiram à revolução, escreveu o tratado «Da Guerra» no qual enunciou, pela primeira vez, o conceito de Guerra Total, que é afinal o tipo de guerra que no mundo de hoje mais se pratica.

Dizia ele: «Na arte da guerra deixaram de intervir apenas os factores especificamente militares. Nela passaram a integrar-se todos os factores: económicos, diplomáticos, psicológicos, sociais, etc., susceptíveis de intervirem no resultado das operações.»

Meus Senhores:

Permitam-me um breve parêntesis, neste aligeirado percurso histórico, para uma pequena reflexão.

Passaram quase dois séculos sobre estes enunciados de «Guerra Total», e ainda hoje um dos graves problemas do Ocidente é que muitos governantes e chefes militares não compreendem este conceito estratégico. E não precisamos de ir mais longe. Nós, os portugueses, nunca o assimilámos suficientemente. Nem durante os 20 anos de guerra que suportámos no Ultramar, nem depois dela. Abordaremos este assunto, à frente, com um pouco mais de pormenor.

Voltando agora a Clausewitz: é dele esta frase genial e muito citada: «A guerra é a continuação da política por outros meios.» Mais tarde, Lenine aproveitou este conceito e concluiu: «então a política também é a continuação da guerra», dando assim à guerra moderna um carácter de PERMANÊNCIA.

A seguir vem Estaline, que afirma: «Se queremos acabar depressa com o capitalismo e apressar, portanto, a vitória do comunismo, reparemos que a máquina, instrumento do capitalismo, não se alimenta apenas de operários, mas também de matérias-primas.» Ora estas existem por todo o Mundo, e assim, a guerra, que já havia sido definida como «total», por Clausewitz, e «permanente», por Lenine, tornou-se, com Estaline, UNIVERSAL.

É a isto que se chama a Guerra Revolucionária. Portanto, TOTAL, PERMANENTE e UNIVERSAL, assumindo nela, a componente psicológica, uma função de grande relevo.

Marx admitiu que «A guerra é militar em última instância. A sua sorte decide-se, antes de tudo, nos «fronts» da guerra económica e psicológica».

Repare-se nesta afirmação de Lenine pelas concepções que revela: «Dentro de 50 anos os exércitos não terão mais necessidade de se bater. Nós

teremos minado suficientemente os nossos inimigos para que não seja mais necessária a intervenção militar.» Isto é a clara apologia da guerra psicológica.

E Vichinsky, em 1954, do alto da tribuna da ONU, lançou para o Mundo este desafio surpreendente: «Nós não venceremos o Ocidente por meio da bomba atómica. Nós venceremos o Ocidente com qualquer coisa que o Ocidente não compreende: as nossas cabeças, as nossas ideias, as nossas doutrinas.»

Esta frase confirma a estratégia psicológica atrás enunciada por Lenine. Não há realmente, como atrás se disse, nenhum conflito da história contemporânea em que a estratégia psicológica não assuma uma importância vital e, por vezes, até decisiva, dentro dos conceitos de estratégia directa, ou de estratégia indirecta. Assim:

— A estratégia psicológica interveio na I Grande Guerra (1914-1918), não só na exploração de algumas operações militares mas principalmente na mobilização de grandes exércitos e na manutenção do moral.

— Foi depois, cerca de 1933, instrumento privilegiado do nazismo. Nele se atinge o auge da propaganda demagógica dirigida ao inconsciente colectivo das massas. Utilizaram-se os grandes mitos, as grandes Ideias-Força, as grandes mentiras, e puseram-se em acção eficazes técnicas de propaganda, através de processos espectaculares, como paradas militares, desfiles e manifestações, que envolviam grandes multidões sensibilizadas e arrebatadas pela fascinação dos «slogans» e dos símbolos, que produziam nelas os efeitos de «unanimidade e de contágio.»
Disse Hitler: «Foi a propaganda que nos conquistou o Poder. Ela nos ajudará a conquistar o Mundo inteiro.»

— Pela mesma altura na China, em 1934, Mao Tsé-Tung iniciou a grande marcha de fuga para o Norte (Manchúria) em condições extremamente penosas: partiram 120 000 pessoas. Chegaram ao destino 45 000, tendo percorrido 10 000 quilómetros num ano. Mas era tal o vigor psicológico deste chefe que, nessa mesma marcha, ele foi agitador e semeador de ideias, lançando as bases da ulte-

rior campanha em que venceu Tchang-kai-Chek, militarmente muito superior. Vejamos de que forma:
Dizia M. T. T. que no seu exército cada homem era soldado, monge e professor. Em «A Nova Democracia» escreveu: «É impossível conseguir a vitória sem uma mobilização política do povo.» E ainda esta frase muito conhecida: «O exército vermelho mergulha no vasto oceano das massas com as quais se funde. O Exército vermelho sem a população não seria mais do que um guerreiro maneta. A população é para o exército o que a água é para o peixe.» Mao-Tsé-Tung deu à guerra revolucionária um desenvolvimento doutrinário que havia de fazer escola em todo o Mundo e conseguiu com ela sucessos verdadeiramente espectaculares.

Aqui a estratégia psicológica foi, uma vez mais, e mais do que nunca, o factor determinante da vitória final, fazendo depender dela todas as outras estratégias.

— Na guerra 1939-1945 pode dizer-se que não houve operação militar que não fosse acompanhada de acção psicológica.
Mas, ainda aqui, e só até aqui, o que decidiu a vitória, ou a derrota, foi sempre a operação militar armada.
— Depois da II Grande Guerra não voltou a haver conflito generalizado, envolvendo frontalmente grandes naçõess, mas a verdade é que também não voltou a haver paz no Mundo: guerra fria, guerras de libertação, guerras limitadas, conflitos internos, golpes de Estado, terrorismo, e a exploração psicológica sistemática de todos estes acontecimentos, alteraram profundamente a fisionomia mundial nestes últimos 37 anos.
Talvez mais do que se tivesse havido uma terceira guerra mundial do tipo da II Grande Guerra.

Após 1945, com o fim dos grandes impérios inglês e francês e com a derrota da Alemanha, ficaram face a face no Mundo, em permanente conflito de interesses, objectivos e ideologias, dois grandes blocos, liderados por duas superpotências com visão messiânica: Rússia e EUA.

O resultado do confronto salda-se, até agora, em vantagens nítidas para o bloco Leste. E esse sucesso deve-se à sua política e correspondente

estratégica indirecta caracterizada pela guerra revolucionária, tendo como componente principal a guerra psicológica, ou seja, a PROPAGANDA. Vivemos no «Século da Propaganda».

Um estrategista do nosso tempo disse:

«Na impossibilidade de se enfrentarem frontalmente, os grandes poderes optaram por uma estratégia indirecta — a luta pelo resto do Mundo — em que a guerra psicológica é o elemento essencial.»

E o General Beaufre na sua «Introdução à Estratégia» afirma:

«A estratégia indirecta é o melhor antídoto contra a paralisia nuclear.»

Não tem sido feliz o Ocidente na forma como tem respondido à guerra revolucionária conduzida pela China, Rússia, e outros países de Leste.

Carlos Lacerda refere-se a este facto ao prefaciar o livro «Em Cima da Hora», de Suzane Labin, publicado em 1964, nos seguintes termos:

«O Ocidente morrerá de uma psicose que se chama o complexo de Marte e que consiste em só ver, só compreender, só temer a grande guerra quente e deixar inteiramente descoberta a frente decisiva: a da guerra subversiva conduzida pelo mundo de Moscovo...

O Ocidente preocupa-se em armar o braço, deixando passivamente que o adversário lhe desarme o espírito.»

Essa incapacidade é muito objectivamente reconhecida pelo ex-presidente Nixon, no seu livro «A Verdadeira Guerra», principalmente a propósito do insucesso do Vietname.

Mas esta situação não se limita aos EUA, que têm a desculpa de ser uma nação jovem, que se mostra um tanto ingénua e incauta perante a experiente argúcia dos seus adversários.

A própria velha Europa tem sossobrado, quase sistematicamente, quando é arrastada para o campo da guerra psicológica, executada num contexto geral de guerra revolucionária. Veja-se a França na Indochina e na Argélia e, logo a seguir, Portugal, em África.

O General francês Nemo, num assomo de perplexidade, comentava nos seguintes termos o chamado «paradoxo da guerra».

«As guerras no Ultramar, após 1945, evidenciaram o revés do forte perante o fraco, do carro perante a mina, do obus diante da espingarda, da inteligência abstrata perante a inteligência concreta, da força em relação à paciência, da riqueza em face da pobreza, do material complexo perante o homem de mãos vazias.

As civilizações que pareciam em atraso levam-nos a descobrir novas formas de guerra, e impuseram-nos essas formas quando ainda estávamos mal preparados para as aceitar.»

E um escritor argelino refugiado em França, ao observar a reacção do exército francês às acções de guerra subversiva na Argélia, logo no início do movimento, comentou:

«A França está em riscos de perder a guerra pelo simples facto de que, fazendo os rebeldes uma guerra psicológica (por muito sangrenta que ela seja), a resposta ser à base da guerra clássica que cai no vazio.»

Estamos perante aquilo que alguém chamou a «manobra pela lassidão». Trata-se de um processo subtil que consiste em levar o adversário, muito mais forte em meios militares, ao desgaste moral e à exaustão, empregando meios reduzidos, mas dispondo de liberdade de acção e capacidade para durar, mesmo em circunstâncias desfavoráveis.

A operação desenvolve-se, portanto, essencialmente, no plano moral e psicológico.

E essa manobra não se desenrola apenas nos teatros de operações onde há operações militares ou onde actua a guerrilha.

Para conduzir à abdicação, ao desânimo e à consequente derrota moral, atinge a chamada «Frente Interna» onde se encontram os centros de decisão, e atinge toda a população que, com o seu sacrifício, suporta ou pode vir a suportar a guerra.

Nixon afirma no livro a que já me referi que a guerra do Vietname foi perdida nas salas do Congresso e queixa-se amargamente das campanhas de opinião contra a guerra, desencadeadas pelos órgãos de informação, os quais, segundo afirma, contribuíram, substancialmente, para a derrota e para o vexame do seu país.

E nós, Portugueses?

Nós Portugueses recebemos da experiência da Indochina, Argélia e Vietname muitos ensinamentos, que não aproveitámos convenientemente. E tivemos, nessa mesma época, a nossa primeira experiência de guerra subversiva, conduzida do exterior, em Goa, Damão e Diu, que durou 5 anos, na qual, contudo, o adversário não logrou alcançar sucesso. Prova disso é que a União Indiana teve então de recorrer à invasão armada, em Dezembro de 1961, cuidando, no entanto, de salvar a face, a respeito da sua filosofia pacifista, adoptando uma estratégia psicológica curiosa que consistiu em invadir os territórios portugueses com um potencial bélico em terra, mar e ar, esmagador e flagrantemente desproporcionado para a acção (cerca de duas vezes). E isto, especialmente, para evitar causar baixas às nossas tropas. Desmoronou, desmoralizou e conduziu, portanto, uma guerra psicológica empregando meios convencionais. É um exemplo curioso de uma operação militar com objectivos psicológicos.

Pois apesar de todos os ensinamentos que recolhemos, nossos e alheios, quando surgiram as guerras de Angola, Guiné e Moçambique, cometeram-se grandes erros políticos e estratégicos, designadamente no campo psicológico.

Apenas um exemplo relativo a um dos sectores mais sensíveis — a informação pública. A população portuguesa nunca foi minimamente esclarecida acerca da natureza da guerra e do seu desenvolvimento. Temia-se a consciencialização. Por isso a atitude geral da Nação era de incompreensão, condenação e até de calúnia dos que combatiam e às vezes morriam.

Lembro-me que um dia, em 1964, foi proposto pelo EME ao SGDN o envio para os jornais de algumas fotografias de actividades militares. O despacho que mereceu a proposta apresentada pelo EME foi o seguinte: «Não é conveniente a difusão de imagens bélicas.» Julgo que este exemplo é suficientemente elucidativo da errada estratégia psicológica na «frente interna». Denota, até, contradição entre estratégia política e estratégia psicológica. A estratégia política de então considerava a guerra como única forma de fazer face à subversão; a estratégia psicológica escondia essa guerra à população, que a tinha de alimentar com meios humanos e materiais, durante muito tempo.

Porém, a situação era decepcionante porque uma quantidade considerável de petróleo ainda se encontrava sob a areia. Acorreu menos 1 milhão e meio de veraneantes do que era normal e as culturas de ostras perderam-se; mas, ainda no fim de Maio, a apanha de algas pôde ser retomada e a pesca não foi seriamente afectada. O prejuízo sofrido pela biomassa costeira foi considerável; o futuro dirá quais os efeitos que perdurarão a longo prazo.

24. O maior derrame de petróleo ocorreu com a explosão da plataforma de exploração «IXTOC I» no golfo do MÉXICO em 3 de Junho de 1979. Na fase inicial foram vertidas no mar cerca de 4 mil toneladas de petróleo por dia. Os esforços empreendidos para estancar o derrame só lograram êxito nove meses mais tarde, no dia 24 de Março de 1980, em que o furo ficou vedado por um bloco de cimento de 30 toneladas. Em resultado, o vertimento totalizou cerca de meio milhão de toneladas. O prejuízo foi considerável, bem como o montante despendido em medidas de limpeza. Em Outubro de 1980, os jornais anunciaram que a recuperação do golfo do MÉXICO fora mais rápida do que se esperava e que a actividade piscatória e a indústria do turismo regressavam gradualmente à normalidade ([10]).
25. Em 1978, o número de navios que sulcava os oceanos era cerca de 38 300 a que correspondia uma tonelagem aproximada de 384 milhões de toneladas. A tonelagem dos petroleiros representava 46% do total; dos transportadores de gás liquefeito, 1,4% e dos transportadores de substâncias químicas, 0,5% ([11]). Embora os navios transportadores de gases liquefeitos e de substâncias químicas signifiquem uma pequena parcela da tonelagem mundial, a perigosidade da mesma carga constitui uma fonte de preocupação para os Estados costeiros.
26. O desenvolvimento dos portos e de áreas para actividades de recreio suscita preocupações relativas ao uso indevido de margens e leitos, através do lançamento de dragados, aterros e destruição de sapais, salgados e outras zonas húmidas que, além de constituírem *habitats* privilegiados de desova e de desenvolvimento de espécies importantes na dieta alimentar humana, contribuem significativamente para descontaminar o meio marinho.

([10]) *In* «Mexican Offshore Blow-Out Rivals Ekofisk», *Marine Pollution*, **8**, 1979.
([11]) *In* «Sea Transport», por P. M. Alderton, Thomas Reed Publications Ltd, London, 1980.

27. O Grupo Conjunto de Peritos sobre Aspectos Científicos da Poluição Marinha da IMO / FAO / UNESCO / WMO / WHO / IAEA / UN / UNEP, conhecido abreviadamente por GESAMP, definiu poluição marinha como a introdução pelo homem, directa ou indirectamente, de substâncias ou de energia no meio marinho de que resultem efeitos deletérios, tais como: prejuízo para os organismos vivos; perigo para a saúde humana; obstáculo ao exercício de actividades de uso do mar, incluindo a pesca; degradação da qualidade da água do mar; e diminuição das actividades de recreio ([12]).
28. Da introdução de substâncias prejudiciais no meio marinho, podem resultar os seguintes efeitos para os seres vivos:
    a. *A toxidade* reduz o número de organismos marinhos, influencia o metabolismo, o processo de fotossíntese e a reprodução e altera o comportamento;
    b. *A acumulação* nos tecidos pode resultar da necessidade que têm os organismos marinhos de disporem de algumas dessas substâncias para desencadear processos bioquímicos ainda mal compreendidos, especialmente na síntese de vitaminas e enzimas. Sucede, porém, que esses organismos são tóxicos e como tal não devem ser consumidos;
    c. *A persistência* ou a resistência dessas substâncias ao impacto químico, fotoquímico e microbiológico do meio marinho. O único processo eficaz para eliminar os efeitos da persistência consiste em sepultar esses poluentes por meio de sedimentação, isolando-os da biosfera.
    d. *A cancerigenidade* ou a possibilidade de ocorrência de cancro;
    e. *A teratogenia* ou a probabilidade de ocorrência de deformações à nascença;
    f. *A mutagenia* ou a possibilidade de ocorrência de alterações no complemento genético.

29. É importante referir que a maior fonte de poluição marinha, que contribui com cerca de 80% da totalidade, é resultante de actividades baseadas em terra, designadamente descargas industriais (directas por efluentes líquidos e indirectas por resíduos sólidos e efluentes gasosos),

([12]) *In* «Impact of Oil on the Marine Environment», *GESAMP Reports and Studies*, 6, FAO, Roma, 1977.

resíduos agrícolas e efluentes domésticos, vertidos sob forma líquida, e os seus resíduos sólidos lançados no mar.

30. Os efluentes domésticos são essencialmente constituídos por substâncias orgânicas biodegradáveis, compostos orgânicos persistentes, organismos patogénicos, metais pesados, detergentes e calor.
31. Os efeitos resultantes da introdução no meio marinho de efluentes domésticos, que não sejam tratados, são os seguintes:

    a. A matéria orgânica biodegradável reduz o teor de oxigénio e gera condições adversas à conservação das comunidades existentes;
    b. Apesar do efeito bactericida da água do mar reduzir a vitalidade e quantidade de organismos patogénicos, subsiste o risco de infecção para os banhistas e consumidores de moluscos;
    c. A fertilização forçada do meio marinho por nitratos, fosfatos e outros sais indispensáveis ao desenvolvimento de plantas e introduzidos por efluentes domésticos, industriais e detritos agrícolas, intensifica a produtividade, criando matéria orgânica indesejável e reduzindo o teor de oxigénio dissolvido. Este processo recebe o nome de *eutrofização;*
    d. O elevado grau de toxicidade dos detergentes e metais pesados;
    e. Dentro dos limites da adaptação dos organismos, uma elevação de temperatura do meio ambiente intensifica o consumo de oxigénio e pode alterar a composição das comunidades;
    f. As comunidades naturais que vivem nas proximidades dos edutores urbanos sofrem uma lenta mudança, com substituição dos organismos mais sensíveis por outros resistentes e consequente diminuição da sua diversidade.

32. É evidente que os efluentes domésticos devem sofrer um tratamento adequado antes do seu lançamento no meio receptor. Contudo, admite-se que em zonas costeiras abertas, mexidas, bem oxigenadas e transparentes à penetração da luz solar, seja possível efectuar o lançamento de substâncias orgânicas biodegradáveis desde que tenham sido previamente depuradas dos outros componentes.
33. Os resíduos industriais podem ser quimicamente tão diversificados como os produtos obtidos. A escala do problema posto por este simples enunciado pode ser aferida do modo seguinte: segundo estimativa apreciada

em 1978, estariam identificadas cerca de 4 milhões de substâncias químicas e este número seria aumentado ao ritmo de 6000 por semana; segundo a mesma fonte, estariam comercializadas cerca de 63 000! A magnitude do problema acentua-se se se considerar que a maior parte destas substâncias é encaminhada para o meio marinho e que de relativamente poucas se dispõe de determinações da sua toxicidade; aliás, o ritmo de identificação de novas substâncias químicas é tal que o conjunto de laboratórios, orçamentos e pessoal qualificado existente é inadequado para assegurar os estudos de impacte das novas substâncias, empenhado como está na caracterização dos produtos comercializados ([13]).

34. Em seguida apresentam-se algumas substâncias que têm merecido uma atenção especial da Organização Mundial de Saúde (WHO) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

35. O mercúrio é perigoso para a saúde humana como ficou demonstrado pelos casos mortais e de invalidez ocorridos na cidade japonesa de MINAMATA, entre 1953 e 1958, em consequência do consumo de pescado contaminado por efluentes industriais. A contribuição antrópica para a contaminação do meio marinho pelo mercúrio é insignificante numa escala global: a produção anual apresenta 0,1% do mercúrio existente no oceano. No entanto, numa escala regional essa poluição ganha significado, atendendo à afinidade especial do mercúrio para se acumular em organismos vivos e sedimentos; neste sentido foram tomadas medidas a nível europeu para limitar tal contaminação, impondo restrições às fontes para que, por exemplo, o teor de mercúrio no tecido muscular do pescado não ultrapasse 0,3 mg/kg. Para prosseguir neste esforço, torna-se ainda necessário depurar convenientemente os efluentes líquidos urbanos onde são vertidos resíduos odontológicos, laboratoriais, de instrumentos e lâmpadas, entre outros.

36. O cádmio é um metal pesado de elevada perigosidade para o homem por ser insuficientemente eliminável, acumulando-se nos tecidos ósseos. Em 1972, uma comissão de peritos da WHO e da FAO chegou a uma conclusão preliminar sobre a dosagem de cádmio tolerada pelos seres humanos: 0,5 mg por pessoa e por semana. O cádmio vertido no meio marinho por actividades industriais e agrícolas acumla-se especialmente em moluscos, podendo constituir um risco para os seus apreciadores.

([13]) *In* «Chemicals: How Many Are There?», por T. H. Maugh II, *Science*, 199, 1978.

Segunda: Essas possibilidades existem na natureza humana e só um em cada dez resiste à violação psíquica.

Terceira: A violação psíquica colectiva faz-se sem que a isso nada se oponha.

Fiquei na altura surpreendido com estas conclusões, muito especialmente com a percentagem de resistentes apresentada, e tenho meditado sobre elas ao longo dos anos. Não sei se serão totalmente verdadeiras.

Mas uma coisa eu concluí com a experiência da guerra psicológica que sofremos nos últimos vinte e sete anos, especialmente no período agitado dos últimos sete:

É muito grande a vulnerabilidade e inconstância da alma humana. E é muito grande a inconsciência acerca destes problemas.

Só espíritos fortes e bem formados são capazes de colocar os altos valores da humanidade e da Pátria acima dos seus interesses pessoais; de aceitar a verdade e a realidade, mesmo quando elas lhes são adversas e desfavoráveis. E essa característica não é privilégio das classes mais incultas. Encontram-se homens fortes e homens fracos, com personalidade e sem personalidade, desde os analfabetos aos sábios.

Há, infelizmente, muitos seres humanos com justas razões de revolta. São, inevitavelmente, sensíveis à «derivação» (ou «transfusão») que se faça do seu natural descontentamento.

Muitos seres humanos, porém, sem grandes razões de queixa quanto ao nível e qualidade de vida de que disfrutam, vivem dominados por uma ambição desmedida do dinheiro, pela ganância do poder, numa palavra, pelo individualismo (tão característico dos portugueses) e, por isso, caem com frequência no oportunismo conformista que possa conduzi-los rápida e facilmente aos seus objectivos.

A maior crise das nações do Ocidente, incluindo o nosso país, é, realmente, de forças morais.

Em tal contexto tem de reconhecer-se a posição determinante do elemento psicológico.

Nesta guerra psicológica as reacções das nações ocidentais têm-se mostrado desconexas e desadaptadas. Responde-se às acções de guerra revolucionária mais por intuição e improviso ocasional do que por premeditação e planeamento.

Há que, a par da estratégia directa da dissuasão nuclear, preparar a resposta conveniente à estratégia indirecta da guerra revolucionária.

E pode fazer-se tudo isso com total respeito pelos direitos e liberdades.

Até mais: deve fazer-se tudo isto em defesa desses valores.

Mas é necessário que uma tomada de consciência não tarde! De contrário poderá vir a ter actualidade a conhecida expressão do General Mac Arthur: «A história do fracasso na guerra pode ser resumida em duas palavras: 'Demasiado tarde'.»

Meus Senhores:

Se uma das conclusões deste curso vier a ser a verdadeira natureza da guerra que assola o Mundo e na qual, há muito, nós temos estado envolvidos, julgo que o IDN cumpriu a sua missão.

E se eu, nestas breves e simples palavras, ao abordar o tema da Estratégia Psicológica, tiver contribuído, de alguma forma, para a consecução desse objectivo, confesso: sinto-me feliz com isso.

José Luís Almiro Canêlhas
General

A DEFESA NO MUNDO

Redacção

A DEFESA NO MUNDO

«CAMBIO 16» (ESP), de Janeiro de 1983

A Espanha é um dos 14 principais produtores de armamento e de material militar. Em 1982 as vendas espanholas atingiram 150 000 milhões de pesetas, dos quais 70 000 milhões ao estrangeiro.

As empresas do «Instituto Nacional de Indústria» («Bazán», «Construcciones Aeronauticas», «Santa Bárbara» e «CETME») perfizeram 84 % do total das transacções.

A indústria militar espanhola emprega diariamente 50 000 trabalhadores de uma trintena de empresas. O I. N. I. absorve mais de metade do efectivo do sector, sendo o resto repartido pelas empresas privadas e pelas fábricas militares de Trubia, Valladolid, La Marañosa e Múrcia.

A Espanha é competitiva no fabrico de armas ligeiras, munições, viaturas blindadas, artilharia e alguns componentes de aviões e de navios até ao nível da corveta. No que respeita a sistemas de armas, electrónica, à investigação e à guerra electrónica, a Espanha é carente, sendo também os mísseis totalmente importados.

Em consequência, a balança da defesa é claramente negativa para a Espanha, já que o país importa muito mais do que exporta (em 1981 mais de 100 000 milhões de pesetas para a importação face aos 60 000 milhões da exportação).

Para o período de 1983/1990 a «Lei de Dotações Orçamentais» prevê para as F. A. quase 2,3 biliões de pesetas, não estando a indústria nacional — segundo fontes oficiais — preparada para fabricar a terça parte do material necessário, porquanto se vê obrigada a incorporar as tecnologias mais avançadas, o que implica grandes investimentos na investigação ou, em alternativa, à produção sob licença, o que supõe o pagamento de «royalties» e a dependência do exterior.

«L'EXPRESS» (FR), de Fevereiro de 1983

Em Outubro de 1982 a Agência Internacional de Energia (A. I. E.) em reunião com os principais países industrializados, com excepção da França, procedeu a uma revisão de alto a baixo das perspectivas energéticas mundiais. Para o ano 2000 está prevista uma procura de energia compreendida entre 5090 e 5800 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP), o que está muito longe das 8900 que a A. I. E. prognosticou em 1977, sendo a diferença de mais de 40 %. Esta diferença afecta os pedidos de fornecimento feitos aos países da OPEP porque, em 1977, a Agência estimava para 1985 um consumo de 42 a 50 milhões de barris por dia, enquanto actualmente o consumo se cifra entre 23 a 26 milhões de barris.

A baixa da procura de petróleo devida, principalmente, à alta do preço do «bruto», precipitou a economia mundial numa crise persistente.

Os preços elevados permitiram às companhias aumentarem os seus proveitos, dos quais uma parte tem sido empregue em investimentos destinados a reduzir a importância do petróleo nos planeamentos energéticos dos países ocidentais.

Mas a diminuição da procura impôs a necessidade de revisão dos projectos de investimento, decisão difícil porque o sector da energia adapta-se mal a uma política de «stop and go».

Deste modo, foi perdida a esperança de desenvolver os projectos de carburantes sintéticos até ao fim do decénio. No continente norte-americano, a EXXON renunciou à exploração dos xistos betuminosos do Colorado. Também a SHELL do Canadá e a GULF OIL abandonaram o importante programa de extracção de areias asfálticas da Província de Alberta. A sociedade ASHLAND OIL desistiu, em Novembro de 1982, do projecto da liquefação do carvão no Wyoming devido à incerteza dos custos de produção. No Brasil, o plano do álcool (obtenção de um carburante a partir da cana-de-açúcar) está em vias de ser abandonado e na África do Sul foi retardada a construção de uma unidade para a liquefação do carvão.

Uma questão importante é saber se a redução da procura do petróleo, que se verifica há vários meses é devida, principalmente, à economia de energia ou ao marasmo da economia mundial.

Na resposta a esta questão, o director da A. I. E. considera que a contracção da procura provém, em partes iguais, da economia e do retardamento do crescimento económico. O presidente da EXXON pensa que dois terços da baixa na procura são devidos à «conservação» e o presidente do Instituto Francês de Petróleo, mais pessimista, atribui a maior parte de recessão à crise económica.

«L'EXPRESS» (FR), de Fevereiro de 1983

Durante o ano de 1982 as matérias-primas sofreram uma baixa considerável que afectou sobremaneira os países produtores do Terceiro Mundo.

Os preços dos produtos alimentares diminuíram 10,5 %, os produtos industriais 14,1 %; os têxteis baixaram apenas 3,9 % mas os metais diminuíram 16,8 %.

Por outro lado, afectados pela «estagnação» económica, os países ocidentais e, também, os países socialistas têm a tendência de limitar as aquisições de matérias-primas, o que para os países em vias de desenvolvimento constitui uma verdadeira tragédia porque, muitas vezes, os seus recursos em divisas provêm de um único produto como, por exemplo, o cobre para o Chile, o cacau para o Ghana e o chá para o Sri Lanka.

Os termos de troca dos países do Terceiro Mundo não cessam de se degradarem em especial devido à recessão mundial e às acções de especulação internacional, implicando quedas anuais de divisas muito importantes.

Em 1980, para melhorar esta situação 85 países assinaram, sob os auspícios da «Conferência das Nações Unidas para o Comércio e para o Desenvolvimento» (CNUCED), um acordo sobre a criação de um fundo comum para a estabilização dos preços das matérias-primas. Todavia, este fundo, destinado a financiar a constituição de «stocks» reguladores por intermédio de contribuições obrigatórias dos Estados signatários, nunca foi implementado porque não foi ratificado por um número suficiente de países. Por outro lado, os países do Mercado Comum criaram um sistema — conhecido pelo nome de STABEX — para a estabilização das receitas de 60 países de África, das Caraíbas e do Pacífico, associados à Comunidade Europeia. Devido a dificuldades financeiras provenientes,

sobretudo, da baixa constante dos preços dos produtos, a CEE não está actualmente em condições de garantir aos seus associados do Terceiro Mundo um «preço justo» para as suas exportações.

A formação de um «cartel» pelos países produtores parece constituir a única saída.

Assim, a situação dos países produtores de matérias-primas do Terceiro Mundo afigura-se deplorável, mas a Europa, os Estados Unidos e o Japão também poderão vir a ser afectados dado que o Terceiro Mundo absorve, bem ou mal, mais de um quarto das suas exportações.

«TIME» (EUA), de 2 de Maio de 1983

O plano de reestruturação da defesa militar francesa, de que alguns aspectos julgados mais polémicos já levaram a que o Governo socialista francês tivesse demitido o Chefe do Estado-Maior do Exército por atitudes públicas de discordância com ele, revela uma mudança da anterior ênfase em forças convencionais para uma mais poderosa dissuasão nuclear, e ainda uma evolução do conceito de defesa do território nacional como santuário, para uma maior inclinação para adesão à defesa avançada da Europa na RFA, ao lado dos aliados NATO, sem que, no entanto, isso signifique qualquer intenção de reintegração francesa na estrutura militar da NATO, conforme informação do Ministro da Defesa.

Um dos aspectos mais salientes de plano consiste na criação de uma Força de Acção Rápida de 50 000 homens, constituída por 1 Divisão de Pára-quedistas, 1 Divisão de Fuzileiros, 1 Divisão de Infantaria, 1 Divisão Blindada Ligeira e 1 Divisão Helitransportada.

«MILITARY TECHNOLOGY (RFA), de Maio de 1983

A Austrália não adquirirá nenhum navio «Porta-Harriers» para substituir o velho porta-aviões «Melbourne», que já foi retirado do serviço no ano passado, após o cancelamento pela Inglaterra da venda do «Invincible» que teve de ser utilizado nas Falkland e o abandono do projecto de compra de um navio americano do mesmo tipo, da classe «IWO JIMA». Em último caso, poderia verificar-se a compra do «Hermes» que também foi utilizado pelos ingleses nas Falkland. Entretanto, há compradores para o «Melbourne», parecendo o mais provável a União Indiana.

—/—

As novas corvetas de 2000 toneladas (ou fragatas ligeiras) em construção no Brasil, as quais são os primeiros navios de guerra a serem inteiramente projectados e construídos na América do Sul, serão propulsionados por um sistema CODOG (Combined Diesel or Gas). O programa prevê a construção de 12 unidades.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUÍÇA), n.º 5/83

A URSS desenvolveu um novo míssil de cruzeiro de longo alcance, o qual pode ser instalado em plataformas móveis, constitui uma nova ameaça contra a Europa Ocidental, é designado pelos EUA por «SSC-x-4», e terá um alcance da ordem dos 3000 quilómetros.

—/—

O Governo sueco publicou um relatório de 90 páginas sobre a presença de submarinos estranhos nas suas águas, onde se revela terem sido detectados pelo menos 6 submarinos soviéticos, bem dentro das águas territoriais do país e próximo da base naval de Muskö. Segundo o relatório, dos 6 submarinos 4 eram da classe convencional «Whiskey» e os outros 2 eram mini-submarinos tripulados, sendo a sua identificação feita por meios visuais, contactos «sonar» classificados de «positivo» (a mais elevada classificação) e por análise de ruídos hidrofónicos. A acrescentar a tudo isso, foram observadas marcas feitas no fundo do mar por mini-submarinos em 5 áreas diferentes do fiorde de Horsfjaerden. Os mini-submarinos tinham cerca de 15 metros de comprimento e uma guarnição de 2 a 5 homens, conforme a sua missão. Todos os submarinos escaparam, apesar de terem sido lançadas, ao todo, 47 cargas de profundidade.

—/—

A República Popular da China dá prioridade ao seu arsenal nuclear, segundo o jornal do Partido «Bandeira Vermelha». Logo após a sua tomada de posse, o MDN chinês pronunciou-se a favor de cortes ma-

ciços nas forças convencionais (que ainda têm 4,2 milhões de homens), por forma a poder modernizar-se o seu equipamento. Em 1982, os gastos em defesa da República Popular da China orçavam por 15,7 % do orçamento do país.

—/—

As vendas de armas da França aumentaram em 1981 de 23 %, dividindo-se cerca de 70 % para produtos espaciais, 20 % para material terrestre e 10 % para material naval. Embora tenham decaído as vendas para o Médio Oriente e para o Magrebe, mesmo assim elas ainda constituem 69 % do total.

—/—

Em conformidade com o jornal «El País», a França ofereceu à Espanha a possibilidade de fabricar mísseis mar-mar «EXOCET» sob licença, durante a visita do MDN francês a Madrid. A Espanha também teria adquirido direitos de exportação daquele míssil.

—/—

Em conformidade com uma intervenção do MDN da Espanha nas Cortes, os principais objectivos da política de defesa do novo Governo socialista são: modernizar as Forças Armadas; desenvolver a indústria de armamento; confiar cada vez mais em recursos nacionais para equipar as Forças Armadas; alterar a organização territorial do Exército; aumentar a percentagem de profissionais nas Forças Armadas; estabilizar os efectivos humanos e melhorar os seus vencimentos; reorganizar a estrutura do comando, e actualizar o treino militar. Para a Marinha, a criação do novo grupo de combate, centrado no porta-aéreos «Príncipe das Astúrias» em construção, contará com 7 fragatas lança-mísseis; para além disso, serão construídas mais 3 corvetas «Descubierta» e mais 3 submarinos «Galerna», e serão ainda adquiridos novos aviões «Harrier» e helicópteros anti-submarinos. Para a Força Aérea, as prioridades são para o futuro avião de combate (já decidida a compra de «F-18») e a par-

ticipação em qualquer programa «European Agile Combat Aircraft» (ACA) desde o princípio. As linhas mestras da reorganização do Exército incluem o desmantelamento das presentes brigadas territoriais, a substituir por divisões ou por brigadas sediadas fora dos centros urbanos, a redução de 15 para 13 brigadas, o corte de 90 000 homens aos efectivos, e a redução em 25 % dos oficiais.

«REVISTA GENERAL DE MARINA» (ESP), de Maio de 1983

Segundo a revista soviética de temas navais «Morskoy Sbornik», a Marinha Soviética vai construir um novo tipo de submarino de propulsão nuclear de 23 000 toneladas de deslocamento, capaz de alcançar uma velocidade com imersão de 65 nós.

—/—

Tiveram êxito as provas de mar do novo prototipo naval norte-americano «SES-200» («Surface Effect Ship»), o qual constitui um melhoramento do anteriormente experimentado, consistindo a modificação num aumento de 110 para 160 pés de comprimento e de 100 para 128 toneladas de deslocamento. A capacidade de carga do novo modelo é de 67 toneladas (a do anterior era de 35), a sua autonomia é de 5000 milhas e a sua velocidade vai até aos 50 nós.

—/—

Após a crise das Malvinas, a maioria dos países ocidentais considera a sua frota mercante como um «4.º exército» em caso de conflito militar, e a doutrina militar espanhola considera-a como um dos três elementos que constituem o poder marítimo. A importância da frota inglesa ficou demonstrada naquela crise, em que aproximadamente 75 navios das 116 unidades britânicas empenhadas foram mercantes, os quais proporcionaram o apoio logístico necessário à condução de uma operação militar a cerca de 8000 milhas da metrópole.

—/—

Alguns navios da frota mercante espanhola, em caso de conflito, poderiam desempenhar um papel fundamental. Assim, os porta-contentores serviriam de porta-aviões auxiliares, os «ros-ros» para operações de desembarque, e os atuneiros para guerra de minas e transporte de material.

—/—

O director do Departamento de Investigações Marítimas de Fearnley's, na publicação «Norwegian Shipping News», confia numa saída para a presente crise do sector dos navios petroleiros, com base em: uma esperada redução da frota mundial que, dos 305 milhões de TPM actuais, passará para cerca de 280; envelhecimento da frota, que conta com mais de 200 milhões de TPM com mais de 10 anos; o elevado número de navios que não cumprem com as regras do IMO; os numerosos navios que resultam inexploráveis dados os seus elevados consumos de combustível; a reestruturação da localização das refinarias; e o considerável aumento da tonelagem amarrada em 1982.

—/—

O total das capturas mundiais de pesca, segundo as estatísticas da FAO, aumentou de 2% em 1981. O Japão volta a situar-se no primeiro lugar mundial como importador de produtos alimentares do mar, e também como maior produtor mundial. No entanto, o país que se creditou com o maior aumento foi o Chile, que ultrapassou o Peru. A seguir ao Japão, Chile e Peru, vêm imediatamente a URSS e a República Popular da China.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 23 de Junho de 1983

Estimam-se os seguintes efectivos da Força Aérea norte-americana para a instalação de mísseis de cruzeiro na Europa:

Inglaterra: cerca de 3000 militares e igual número de familiares, para um total de 160 mísseis;

Itália (Sicília): cerca de 2078 militares e número idêntico de familiares, para 112 mísseis;

República Federal da Alemanha: cerca de 1220 militares, 100 civis e 1300 familiares, para 96 mísseis:
Holanda: cerca de 1200 militares, 163 civis e 1400 familiares, para 48 mísseis;
Bélgica: números idênticos aos da Holanda, para 48 mísseis.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE», de 1 de Julho de 1983

Pelo menos um país membro da NATO terá de declarar publicamente que aceita passar a dispor da nova granada para as peças de 155 mm para que se comece a investir na produção da controversa arma de neutrões, em conformidade com legislação restritiva que acaba de ser aprovada pelo Congresso dos EUA. As novas munições destinar-se-iam a substituir as cerca de 2000 granadas nucleares que já se encontram na Europa Ocidental, cuja idade é de 20 anos.

Para tentar ultrapassar a possível reacção da opinião pública europeia, o Exército dos EUA está preparado para fabricar a granada de neutrões em 2 partes. Desse modo, seria enviada para a Europa uma granada nuclear clássica de baixa potência, mas seria simultaneamente produzido um dispositivo de tritium radioactivo que, quando instalado nela, torná-la-ia numa munição de neutrões mais poderosa. Em conformidade com este plano, os chamados «tritium reservoirs» seriam mantidos nos EUA.

O Pentágono está já desenvolvendo duas outras munições de neutrões — a ogiva para os mísseis «Lance» e uma granada para artilharia de 8 polegadas (203 mm) — para armazenar nos EUA, porque nenhum país NATO aceitou o estacionamento delas no seu território.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUÍÇA), de Julho de 1983

O MDN da Espanha visitou o seu colega da RFA para se definirem as bases de um acordo bilateral de cooperação no sector da produção de armamento. O interesse espanhol reside em ter acesso a conhecimentos tecnológicos que lhes permitam produzir armas idênticas às dos países europeus da NATO e também vendê-las a outros países. Quanto aos alemães, desejariam conseguir a maior parte possível dos contratos destinados à modernização das forças armadas espanholas.

A Espanha parece dar prioridade à sua participação no projecto de avião europeu «ACA», aos carros de combate da próxima geração, e aos helicópteros anticarro que constituem o seu complemento táctico.

«ARMED FORCES» (REINO UNIDO), de Julho de 1983

Embora seja um país não alinhado, sem pertencer a qualquer organização supranacional de defesa, a Áustria mantém umas forças armadas proporcionadas à situação nacional de neutralidade relativamente aos assuntos internacionais.

Esta situação provém do «Tratado de Estado» (Staatsvertrag), de Maio de 1955, assinado entre a Áustria e as 4 potências da II Guerra Mundial: Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França. Este tratado restabeleceu a soberania nacional após uma década de ocupação pelos Aliados.

A defesa da soberania é uma missão do Exército Austríaco — Bundesheer — essencialmente uma milícia com um efectivo total de cerca de 170 000 homens, dos quais apenas 10 % em tempo inteiro, sendo reservistas os restantes.

O Plano de Defesa austríaco baseia-se no conceito conhecido por «Raumverteidigung», isto é, «Defesa Territorial». Este conceito traduz-se por uma atitude puramente defensiva destinada a negar ao inimigo externo a posse de qualquer parcela do território ou o trânsito pelos bem conhecidos itinerários que permitem a travessia dos Alpes, principalmente pelo vale do Inn ou pelo colo de Brenner.

Sem poder dispor da força necessária para impedir a incursão inicial do inimigo em território austríaco, o «Bundesheer» assenta fundamentalmente na guerrilha para diminuir a eficiência do invasor e, finalmente, para o eliminar.

Consequentemente, o «Raumverteidigung» baseia-se na defesa dos mais importantes itinerários e instalações, conjugada com o emprego de uma táctica de guerrilha orientada para retirar a iniciativa ao invasor.

O plano de defesa indica os pontos-chaves do país, tais como vales, locais de passagem nas montanhas e pontes, que servem os itinerários principais. Estes itinerários e os pontos importantes para a sua defesa deverão ser mantidos por forças de milícia que têm a vantagem de um

conhecimento pormenorizado do terreno e podem ocultar-se entre a população local.

De acordo com as necessidades, a milícia pode ser apoiada por formações blindadas por forma a deter a progressão inimiga ao longo dos principais itinerários.

Entre os pontos-chaves existem zonas extensas — «Raumischerungs Zonen» — nas quais o adversário deverá ser submetido a ataques de guerrilha por parte de forças especiais, «Jadgkampfer», ou comandos de caça, da «Bundesheer». Estas formações especiais actuam sobretudo de noite, acolhendo-se depois nas florestas ou nas montanhas. O objectivo dos seus ataques é o de retardar a progressão do adversário e permitir que o defensor obtenha vantagem táctica.

A principal componente das forças da Defesa Territorial é a «Raumgebundene Landwehr» (que se poderá traduzir por milícia fixa) constituída por tropas de infantaria que actuam localmente. Estas unidades de infantaria são apoiadas, ao nível regional, por forças equipadas com armas pesadas, a «Mobile Landwehr» ou milícia móvel.

O terceiro vector do Exército Austríaco é composto pelos especialistas e pelas tropas mecanizadas do «Bereitschapfstruppe» (forças móveis de combate), cujos efectivos absorvem a grande maioria do pessoal do quadro permanente das Forças Armadas, constituindo o seu escalão mais operacional.

—/—

O Exército Espanhol optou por um sistema de controle de fogo «laser» criado pela «Hughes Aircraft Co.» para melhorar a capacidade dos seus carros de combate quanto à pontaria da primeira salva. A Espanha é o primeiro país do mundo a modernizar os seus carros «M48» com este tipo de sistema.

«L'EXPRESS» (FR), de Julho de 1983

A colocação de 4451 quilómetros do gasoduto soviético está terminada. Mas, a 6 meses das primeiras entregas de gás à França e à Alemanha, falta ainda a fase mais delicada dos trabalhos: a construção de 40 estações de compressão.

Até agora, o embargo tecnológico americano apenas teve uma pequena influência na eficiência e na rapidez dos trabalhos.

Em 1986, a URSS deverá entregar ao Ocidente 32 biliões de metros cúbicos de gás.

«L'EXPRESS» (FR), de Agosto de 1983

Forças Navais do Índico

1. A esquadra francesa do Oceano Índico compreendia, em Agosto de 1983, o efectivo de 2042 homens, dos quais 1257 embarcados em navios de guerra e 464 a bordo de navios de apoio.

As Forças Marítimas do Oceano Índico (F. M. O. I.) articulam-se com as forças francesas de DJIBOUTI (COMFOR) e, também, com os da zona sudoeste do Oceano Índico (CONSUP — REUNIÃO).

O poder de fogo é fornecido, essencialmente, por unidades navais destacadas da base de Brest (Atlântico) e de Toulon (Mediterrâneo).

Actualmente as F. M. O. I. dispõem de um petroleiro de reabastecimento, o «Var», de três escoltadores, de um navio oficina, de um patrulha, de uma unidade de apoio logístico e de um navio de transporte ligeiro de desembarque, aos quais se devem juntar as unidades de reforço previstas, tais como um escoltador lança-mísseis, dois aviões, um avião «Breguet-Atlantique» e um «comando» de fuzileiros. Algumas vezes são destacados para a área um ou dois submarinos prefazendo um total de cerca de 20 navios de guerra.

2. A Esquadra Americana montou um impressionante dispositivo de dissuasão e de intervenção, sendo agora a força mais importante presente no Índico.

Como base na V Esquadra, compreende duas categorias de forças permanentes:

— A «COMIDEAST FORCE», baseada no Bahreim, composta por quatro ou cinco escoltadores;
— Um porta-aviões nuclear, o «Carl-Vinson» e a sua escolta de cinco escoltadores, um draga-minas e duas unidades de apoio logístico. Esta força poderá ser reforçada por um porta-aviões do mesmo tipo e por «vários» submarinos nucleares de ataque.

Ao todo, um efectivo de uma trintena de navios e de cerca de 25 000 homens.

3. A base principal da esquadra soviética do Índico é... Vladivostoque. Uma força permanente de navios de todos os tipos está principalmente concentrada no golfo de Adem e no Mar Vermelho: 6 navios de combate, 12 unidades de apoio logístico, dois submarinos convencionais e três navios científicos (navios espiões) constituíam aquela força em Maio de 1983.

«CAMBIO 16» (ESP), de Agosto de 1983

A Espanha está aumentando o seu comércio com os países de Leste e, só nos primeiros seis meses de 1983, as exportações espanholas atingiram 40 000 milhões de pesetas, ou seja, 66 % mais que em 1982.

Este importante aumento das vendas aos países socialistas foi sobretudo devido ao facto de estes terem superado, em parte, a sua escassez de divisas que, em anos anteriores, os obrigou a reduzir as compras ao exterior.

No seu conjunto, as exportações espanholas para os países do COMECON representaram, no primeiro semestre de 1983, 2,9 % do total mundial. Foram vendidos, principalmente, produtos agrícolas, vinhos, produtos siderúrgicos e, também, navios e contentores para a Polónia e para a Jugoslávia. A Bulgária adquiriu em Espanha um hospital completo com todos os equipamentos e instalações.

As importações espanholas dos países do Leste sofreram, também, um aumento considerável (à volta de 63 %). As compras — sobretudo à União Soviética — foram constituídas por petróleo bruto e areias betuminosas, madeira, móveis, produtos farmacêuticos e químicos, milho e tractores.

«CAMBIO 16» (ESP), de Agosto de 1983

Cerca de 4000 pescadores e 300 barcos espanhóis serão prejudicados directamente pelo novo acordo de pescas entre a Espanha e Marrocos.

As negociações terminaram por uma redução da capacidade de pesca espanhola nas águas marroquinas em cerca de 40 %, num total de 117 600 toneladas de registo bruto com mais de 1000 embarcações e 15 000 tri-

pulantes. Além disso, as licenças de pesca pagas pelos armadores aumentam à volta de 70 %, os quais até ao acordo pagavam já 2000 milhões de pesetas por ano. Com a desvalorização da peseta, as licenças atingirão dentro de pouco tempo os 4 milhões de pesetas/ano, cifra incomportável para os armadores que aguentarão melhor a redução do número de licenças que o aumento do seu custo.

As compensações espanholas para este acordo ainda não se encontram definitivamente fixadas, mas pensa-se num empréstimo de 85 000 milhões de pesetas a satisfazer num prazo de 5 a 10 anos com um juro entre os 3 e os 5,5 por cento.

A pretensão marroquina no sentido de ser autorizado o trânsito de citrinos pelo território espanhol com destino aos países da CEE não foi atendida pelos negociadores espanhóis, face às pressões dos produtores do Levante Espanhol.

Segundo o Director-Geral das Relações Internacionais de Pesca, a largo prazo a frota que pesca em águas marroquinas tenderá a desaparecer.

Por este motivo, o Plano de Pescas (4 anos) de Secretário-Geral de Pescas, que o Governo acaba de apresentar, contém outras alternativas, sobretudo no Oceano Índico.

«ARMED FORCES» (REINO UNIDO), de Setembdo de 1983

Discursando na conferência anual no «Royal United Services Institute for Defence Studies» o Secretário da Defesa, Michael Heseltine, confirmou que a política de defesa britânica continuará a dar ênfase às quatro principais contribuições para a NATO: defesa territorial do Reino Unido, empenhamento de forças terrestres e aéreas na defesa da Europa Central, colocação de forças navais no Atlântico Oriental e no Canal e conservação da força nuclear estratégica independente, na qual os mísseis «Polaris» que equipam os submarinos serão substituídos na década de 90 por mísseis «Trident».

Também informou que será dedicada uma atenção especial aos problemas do controle de armamentos e desarmamento e, também, à obtenção de maior eficiência no «management» da Defesa.

«INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL» (PORTUGAL), Junho de 1983

Vinte e dois auditores civis e militares terminaram em 9 de Junho, o Curso de Defesa Nacional — CDN/83.

Pelo grande interesse de que se revestem, publicam-se as palavras proferidas na sessão de encerramento pelo Professor Doutor José António Rebocho da Esperança Pina, Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

«No decorrer do Curso da Defesa Nacional de 1983 foram tratados por diversos especialistas temas que interessam à Defesa Nacional e que, no fim de contas, têm indiscutível interesse para o País.

Foi uma nova experiência, muito enriquecedora, não só no campo da aquisição de novos conhecimentos, através de um processo de debates polémicos, dos trabalhos de grupo, das viagens de estudo, como também pelas amizades que no campo humano se estreitaram.

Apesar das diferentes formações, mentalidades, ideologias políticas ou religiosas dos auditores, foi possível encontrar pontos de consenso, demonstrando-se assim, mais uma vez, ser possível trabalhar em conjunto, em prol do País que temos de ter, dispostos a ajudar e a unir todos os portugueses.

Tendo em conta as finalidades dos Cursos da Defesa Nacional, parece que os seus objectivos foram, de certo modo, atingidos:

— Proporcionar uma sólida compreensão do ambiente nacional e internacional e da metodologia de formulação da política da Defesa Nacional, no quadro constitucional;
— Proporcionar um estímulo e uma oportunidade para contribuições individuais para o progresso e aprofundamento da problemática da defesa;
— Procurar hábitos de independência de julgamento, de análise objectiva de problemas e sua adaptabilidade;
— Actualizar e aperfeiçoar conhecimentos, técnicas e metodologias necessárias ao tratamento dos problemas actuais e perspectivas da defesa.

Pensamos que, futuramente, caberá ao Instituto da Defesa Nacional, dentro do âmbito das suas atribuições:

— A promoção, em colaboração com o Ministério da Educação, da difusão e aprofundamento dos conhecimentos sobre temas da Defesa

Nacional, através do sistema educativo, designadamente nos ensinos secundário e superior;
— Contribuir para a definição de uma política e de uma estratégia de Defesa Nacional, com natureza global e âmbito interministerial;
— A realização de maior número de actividades com finalidade de contribuir para o estudo e solução dos problemas nacionais.

A reflexão que temos feito dos problemas nacionais leva-nos a tecer algumas considerações, pelo que recordaremos, em traços largos, situações nacionais vividas, que são pertença do passado:

«... O País perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido, nem instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não existe nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Já não se crê na honestidade dos homens públicos...

... Os serviços públicos vão abandonados a uma rotina dormente. O desprezo das ideias aumenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo. Todo o viver espiritual, intelectual, parado. O tédio invadiu as almas...

... A ruína económica cresce, cresce, cresce... O comércio definha. A indústria enfraquece...

... Neste salve-se quem puder, a burguesia proprietária de casas explora o aluguel. A agiotagem explora o juro...

... Assim todas as consciências certificam a podridão, mas todos os temperamentos se dão bem na podridão!»

Estas algumas considerações feitas em Junho de 1871, por Eça de Queiroz, em «Uma Campanha Alegre» de «AS FARPAS».

Ao evocarmos situações de um passado já longínquo e ao constatarmos, diariamente, um presente desanimador, resta-nos a esperança de saber que o País tem sempre tido as potencialidades para se recompor de todas as crises da sua História.

Reconhece-se prioritário e legítimo o governo que resulte do voto obtido nas urnas, mas é desejo de todos que governe com autoridade,

pois só assim haverá ordem, condição «sine qua non» para a manutenção e gozo da liberdade.

Impõe-se uma governação eficiente e estável. Não podem continuar os governos que não governam, mas que apenas se limitam a defender.

O problema básico da democracia é a garantia da liberdade, mas para que esta seja consolidada torna-se necessário haver educação cívica, tolerância e espírito de compreensão e uma noção clara de responsabilidade, assente num sentido de justiça social.

Gentes de todos os quadrantes, com vários tipos de pensamento, desempenhando actividades das mais díspares, têm de pôr de lado as razões que as distanciam e encontrar a unidade necessária, pois só assim é viável encarar o futuro com optimismo.

Um futuro promissor talvez seja possível, mas para isso há que estabilizar o País e criar condições para enfrentar as grandes dificuldades que se avizinham. Não se procuram soluções ideais, mas sólidas e realistas, tanto quanto possível.

A reconstrução nacional é uma das metas que cabe à Defesa Nacional como Instituição. Urge, pois, analisar problemas, propor soluções, com energia e esforço inquebrantável, que conduzirão ao sucesso.

Só assim podemos ter a certeza de que o País que somos queira reconstruir-se com pureza de ideal, aproveitando do passado o que se deve manter vivo e do presente o que são aquisições válidas.

Estamos sintonizados com as palavras do Senhor Director do Instituto da Defesa Nacional, no discurso que fez na sessão de abertura solene do curso de 1983:

«... A experiência dos últimos anos mostra-nos, com evidência, que não é pelo caminho da desconfiança uns dos outros, tantas vezes projectada em actos públicos nacionais; que não é pelo caminho dos conflitos institucionais sistemáticos; que não é pelo caminho da violência, da agressão, da agressividade, das lutas em que são lançados constantemente portugueses contra portugueses; que não é pela disputa sem mérito de coisas sem grandeza, que é possível basearmos a defesa da Pátria e construírmos o bem-estar, a segurança, a felicidade seja de quem for...

... Decidimos viver em democracia, mas não basta dizer-nos democratas para o sermos. Temos de demonstrar, em todos os nossos actos, um procedimento democrático; temos, sobretudo, de respeitar, profunda-

mente, os cidadãos e as instituições democráticas no uso dos seus legítimos direitos ...»

Deste modo, os auditores do curso de Defesa Nacional de 1983 deverão continuar a colaborar, inseridos na Associação de Auditores dos Cursos da Defesa Nacional, no sentido de:

— Preservar e projectar os valores culturais que contribuam para o reforço da unidade nacional;
— Participar e contribuir activamente na difusão de doutrinas no âmbito da segurança e defesa nacionais;
— Cooperar com o Instituto da Defesa Nacional, de modo a reforçá-lo e projectá-lo nos diversos sectores da vida nacional;
— Fomentar entre os seus membros o espírito de cooperação e de apoio;
— Participar activamente nos problemas da Defesa Nacional, denunciando situações que ponham em risco os valores supremos da Pátria.

Em nome de todos os auditores do Curso de Defesa Nacional de 1983, saúdo a Direcção e todos os responsáveis pelo Instituto da Defesa Nacional, pedindo-lhes que continuem a formar gerações, conscientes de valores morais perenes à nossa civilização.

Quero dirigir-me, de um modo particular, ao Senhor Director do Instituto da Defesa Nacional, Sua Excelência o Senhor General Altino de Magalhães, pelos serviços brilhantes que tem prestado ao País e às Forças Armadas, pelos dotes de invulgar inteligência e pelas qualidades morais que todos reconhecem, dando assim, a garantia de que continua em boas mãos a obra de Defesa Nacional.

Não deixaremos em vão, Senhor General, o esforço que fizemos. Seremos dignos das nossas responsabilidades.

É óbvio que empreendimentos complexos só poderão avançar se todos tomarmos consciência da sua importância e os assumirmos como nossos.

A obra é de todos, porque se trata da reconstrução de Portugal.»

Redacção

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO **CEGRAF/Ex**—RUA DOS REMÉDIOS, 202,—1100 LISBOA